

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Dissertação de Mestrado

Utopia Dividida

Crise e extinção do PCB (1979–1992)

Fabricio Pereira da Silva

2005

UTOPIA DIVIDIDA: CRISE E EXTINÇÃO DO PCB (1979-1992)

FABRICIO PEREIRA DA SILVA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientadora: Maria Paula Nascimento Araújo

Rio de Janeiro
Março de 2005

UTOPIA DIVIDIDA: CRISE E EXTINÇÃO DO PCB (1979-1992)

Fabricio Pereira da Silva

Orientadora: Maria Paula Nascimento Araújo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Social.

Aprovada por:

Presidente, Professora Doutora Maria Paula Nascimento Araújo (PPGHIS/UFRJ)

Professor Doutor Luiz Werneck Vianna (IUPERJ)

Professor Doutor Carlos Fico (PPGHIS/UFRJ)

Professora Doutora Marieta de Moraes Ferreira (PPGHIS/UFRJ) – Suplente

Professor Doutor Raimundo Santos (CPDA/UFRRJ) – Suplente

Rio de Janeiro

Março de 2005

Silva, Fabricio Pereira da.

Utopia dividida – crise e extinção do PCB (1979-1992) / Fabricio Pereira da Silva. – Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2005.

ix, 158f.; 2 cm.

Orientadora: Maria Paula Nascimento Araújo

Dissertação (mestrado) – UFRJ / IFCS / Programa de Pós-graduação em História Social, 2005.

Referências Bibliográficas: f. 161-168.

1. Partidos Políticos Brasileiros. 2. Socialismo. I. Araújo, Maria Paula Nascimento. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. III. Utopia dividida – crise e extinção do PCB (1979-1992).

Resumo

Essa obra trata da crise e extinção do Partido Comunista Brasileiro (PCB), processo que teve seus acontecimentos decisivos entre 1979 e 1992. Enquanto suas propostas para a redemocratização brasileira em boa parte foram vitoriosas (superação processual e pacífica da ditadura através da formação de uma ampla frente democrática intraclassista), o PCB encontrou sua maior crise e se esgotou. A chave para entender tal processo está na crescente inadequação de suas concepções e estrutura “orientalistas” a uma sociedade que completava sua modernização capitalista (ainda que em moldes conservadores, através de uma “via passiva”) e se complexificava. Além disso, foram fatores importantes a dificuldade do partido em lidar com a transição “negociada” (de caráter “fraco”, à qual se atrelou em posição subalterna) e com a crise dos países socialistas e do marxismo.

Palavras-chave: Partido Comunista Brasileiro; partidos políticos; socialismo; redemocratização brasileira.

Abstract

This work deals with the crisis and extinction of the Brazilian Communist Party—henceforth, PCB—a process which has its decisive moments between 1979 and 1992. Despite the fact that its proposals for the Brazilian re-democratization were successful in a great deal (peaceful and processual overcoming of the dictatorship through the construction of a wide democratic intra-class coalition), the PCB met its greatest crisis and vanished. The key to understanding this process is found in the increasing inadequacy of its concepts and the ‘orientalism’ applied to a society, which was completing its capitalist modernization (though in a conservative fashion through a passive way) and growing more and more complex. Also important were the party’s difficulty in dealing with the negotiated transition (of weak character, to which it adhered in a subordinate position) and to the crisis of Marxism and the socialist countries.

Key-words: Brazilian Communist Party; political parties; socialism; Brazilian re-democratization.

Agradecimentos

À Maria Paula, pela orientação e amizade dos últimos anos.

A Luiz Werneck Vianna e Carlos Fico, pela honra de integrarem a minha banca e pelos incontáveis apontamentos e conselhos.

A Gilvan Cavalcanti, Severino Mello, Givaldo Siqueira, Geraldo Rodrigues, Zuleika Alambert, Zuleide Faria e Leandro Konder, que com seus depoimentos tornaram essa dissertação repleta de vida e sentido.

A Raimundo Santos, Renato Lemos, Ivan Alves Filho, Luiz Sérgio Henriques, Carlos Ellery, Anita Prestes, Alberto Aggio, Graziela Melo, Celso Castro, Marieta de Moraes e Inácio Almeida, pela amizade, apoio, conversas, empréstimos, críticas, histórias, aulas...

Aos meus pais, por tudo que me proporcionaram desde sempre.

À Aline, por ter tornado minha vida plena de amor e esperança no futuro.

A Bruno, pela amizade sincera.

A Fabiano, Peninha, Marisa, Vicente, Leandro e João Paulo, pelas conversas e discussões já não tão frequentes quanto foram um dia, mas ainda assim fundamentais.

Aos meus colegas de turma, sem distinção, que tornaram meus dias mais felizes.

Ao CNPQ, pelo auxílio financeiro durante a realização dessa dissertação.

Índice

Introdução..... pág. 10

Capítulo 1: PCB em questão

O nacional e o internacional, reforma ou revolução..... pág. 24

Antecedentes: disputas ideológicas, “história laudatória” e memórias militantes..... pág. 25

História “militante” e história “acadêmica”..... pág. 26

O “nacional” e o “internacional” na trajetória pecebista..... pág. 30

“Reforma” ou “revolução”: a dicotomia pecebista..... pág. 35

Capítulo 2: Luta pela democracia, democracia em debate

O PCB na Abertura (1979-83)..... pág. 40

Um partido exilado..... pág. 43

A Abertura segundo o PCB

(e suas divergências com outras correntes de esquerda)..... pág. 47

Novos atores em cena: ainda há espaço para o PCB?..... pág. 55

Em busca da revolução: a cisão de Luiz Carlos Prestes..... pág. 63

A democracia na ordem-do-dia..... pág. 72

“Lutar para negociar, negociar para mudar”:

consolidação do “centro” pecebista..... pág. 83

Capítulo 3: Entre a esperança e a decepção

O PCB na Redemocratização (1984-88)..... pág. 91

O PCB nos momentos decisivos da redemocratização:

apoio tardio às Diretas Já e participação decidida no Colégio Eleitoral..... pág. 93

O “PCB legal”: do otimismo à decepção..... pág. 101

Partido da “ordem” ou da “revolução”?..... pág. 107

Governo ou oposição? CGT ou CUT? Dilemas pecebistas, certezas petistas..... pág. 112

As reformas no “socialismo real” e o PCB:

instrumentalizações e compreensões divergentes..... pág. 118

Capítulo 4: Divisão fatal da utopia

O destino do PCB em disputa (1989-92)..... pág. 127

Em busca de alternativas (e de unidade):

candidatura presidencial e entrada na CUT..... pág. 129

O colapso do “socialismo real” e o PCB..... pág. 134

O PCB em questão..... pág. 142

A morte do PCB (ou última “diáspora”)..... pág. 150

Conclusão..... pág. 157

Bibliografia e fontes..... pág. 161

Introdução

Escrever a história de um partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico.

(Antonio Gramsci, nos *Cadernos do cárcere*)

O peso da tradição e o jogo das mentalidades, a cultura e o discurso, os grupos sociais e a ideologia, a psicologia social, o jogo dos mecanismos organizacionais e a importância das representações coletivas. Na verdade, não se vêem muitos domínios históricos onde a explicação das ações do homem em sociedade ponha em jogo um feixe mais completo de parâmetros.

(Serge Berstein, no artigo *Os partidos*, parte integrante da obra *Por uma história política*)

Esta é uma história nascida da perplexidade. Tal sentimento levou a uma gama de questionamentos, aos quais busco responder em parte nestas páginas. O fim de um mundo bipolar, o questionamento da utopia de um novo mundo mais justo e solidário; no Brasil, a paradoxal transição democrática brasileira desembocando na consolidação de um projeto eminentemente conservador. São transformações que causam até hoje no autor desta dissertação um poderoso “magnetismo”, o que explica em última instância a realização desse trabalho, apresentado sumariamente nesta introdução.

Um bom caminho para abordar esse conturbado período é estudar a trajetória de um partido político ligado visceralmente àquelas transformações, o que obriga a lidar pelo menos indiretamente com todas elas: o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Por que um partido? É indiscutível que as agremiações políticas exerceram no século passado um papel central nas estruturas de poder das sociedades ocidentais, e também como aglutinadores dos desejos e aspirações de grandes massas. Se os partidos continuarão exercendo papel relevante no futuro (ou se terão que passar por uma profunda reforma para manterem ao menos parte de suas funções), é uma questão que não deve ser abordada nestas páginas. O fundamental aqui é reconhecer que o partido político (também o de tipo “leninista”) serviu de instrumento e canal para um número incalculável de indivíduos. E assim se deu também com o PCB, um dos mais importantes partidos brasileiros ao longo de várias décadas.

Como uma boa chave para o estudo de um partido político, acabou-se adotando nestas páginas a concepção do filósofo marxista italiano Antonio Gramsci. Escrevendo especificamente sobre a abordagem que considerava correta para se escrever a história de um partido político, Gramsci desenvolveu sua visão:

O que é a história de um partido? Será a mera narração da vida interna de uma organização política? (...) A moldura do quadro deverá ser mais ampla e abrangente. Será preciso escrever a história de uma determinada massa de homens (...). Mas será que essa massa é constituída apenas pelos adeptos do partido? (...) será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é expressão e a parte mais avançada.¹

Gramsci segue adiante observando que o grupo social do qual o partido é expressão tem aliados, adversários, inimigos – o que acaba por englobar toda a sociedade na qual a agremiação se insere e, inclusive, a sujeita a certas interferências externas. Assim, “escrever a história de um partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico.”² A intenção desse trabalho, como se vê, não poderia ser a de realizar *apenas* uma espécie de “inventário” das disputas internas de uma organização de esquerda. Ao invés disso buscou-se integrá-la (dentro de certos limites, naturalmente) ao movimento geral da política brasileira e internacional, relacioná-la ao espectro partidário mais amplo, aos movimentos sociais, à opinião pública – como sugere Gramsci. Trata-se de um objetivo que pela sua complexidade talvez seja irrealizável em toda sua plenitude, mas procurei não perdê-lo de vista em nenhum momento ao abordar meu objeto de pesquisa.

* * * * *

¹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, vol. 3, pág. 87.

² Id. Para um bom exemplo de trabalho historiográfico inserido nessa abordagem gramsciana, ver ANDERSON, Perry e CAMILLER, Patrick, *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*, Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. Ver também SANTANA, Marco Aurélio, *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*, São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: Unirio, 2001.

Essa obra tem por objetivo principal³ contribuir para a história social e política do Brasil e para a história do tempo presente, ao focar a trajetória de um dos partidos políticos mais importantes do país ao longo do século XX: o “Partidão”, adorado ou temido por seguidas gerações de brasileiros e combatido mesmo dentro do campo das esquerdas. O PCB oscilou ao longo de sua trajetória entre a adesão a um projeto revolucionário e tendências mais reformadoras em sua *praxis* e mesmo em seus objetivos declarados, entre os exemplos internacionais do “socialismo realmente existente” e a dura realidade brasileira, entre a opção de se constituir num partido de massas ou assumir o papel de “partido de quadros” (tendo por objetivo o “assalto” ao poder), entre a via pacífica ao socialismo e a insurrecional. Com todas as dificuldades, atravessou décadas lutando por uma sociedade que seria mais humana e fraterna, a “sociedade socialista do futuro” que nunca chegou.

O período focado neste estudo começa em 1979, com a extinção do Ato Institucional n.º 5 e a decretação da Anistia – o que abriu novos espaços para a atuação do PCB, permitindo a volta dos dirigentes pecebistas exilados na Europa e a fundação do semanário legal “Voz da Unidade” em 1980. A partir desse momento se iniciou a atuação pública dos autodenominados “renovadores” (boa parte dos intelectuais de renome do partido⁴) e também dos chamados “prestistas” (agrupados em torno de Luiz Carlos Prestes) – o que abriu uma das disputas internas mais difíceis da história do partido. O período abordado se encerra em 1992 com a divisão do PCB em dois grupos principais⁵: o Partido Popular Socialista (PPS), formado pela ala majoritária enquanto “herdeiro político renovado” do PCB⁶, e o PCB “reconstruído”, reunindo os que não aceitaram a

³ Há um outro objetivo que buscou-se cumprir ao longo dessa pesquisa. Realizei uma gama de entrevistas, visando a constituição de um acervo público de história oral com militantes pecebistas. Assim, além de contribuir de alguma forma com o processo de preenchimento de parte das lacunas encontradas na história do tempo presente, espero ter produzido novas fontes (ainda que modestas) para outros trabalhos que possam contribuir para um melhor entendimento do passado (obra que é eminentemente coletiva).

⁴ Como Armênio Guedes, Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna, Leandro Konder, Aloísio Teixeira, Marco Aurélio Nogueira, Moisés Vinhas, Ivan Ribeiro, Luiz Sérgio Henriques, Mauro Malin, entre outros.

⁵ Isso a grosso modo. Houve quem defendesse a autodissolução do PCB e a entrada no Partido dos Trabalhadores (PT), outros que acabaram rumando para o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e ainda um grupo que propôs um novo partido mais amplo, o Partido da Esquerda Democrática (PED), projeto que acabou não se concretizando. Não devemos esquecer, finalmente, de boa parte da militância que, desiludida com os rumos da disputa, se afastou de qualquer atuação partidária.

⁶ O que envolve uma apropriação seletiva do passado: eles não “extingiram” o PCB, o “renovaram”. Enquanto herdeiro do PCB, O PPS buscava preservar traços de sua história considerados positivos (a luta pela

reformulação do partido e mantiveram seus símbolos e a estrutura “leninista”. Tal período pode ser considerado como o da “grande crise” do PCB. Ao longo daqueles anos, o partido foi perdendo progressivamente espaço nas esquerdas e nos movimentos sociais (e especialmente entre os sindicatos), ao mesmo tempo em que, com a tão aguardada legalidade em 1985⁷, os pecebistas foram obrigados a amargar ínfimos resultados eleitorais. Tudo isso à revelia da vitória do caminho defendido pelo partido (e combatido por vários outros grupamentos de esquerda) para a superação da ditadura: pacífico, negociado, progressivo. Tiveram que conviver com crises internas que custaram esporádicas cisões e com a crise que acometeu o “mundo socialista” e o pensamento marxista em geral. Tudo isso culminou na divisão fatal do PCB. Trata-se de uma fase ainda pouco explorada em pesquisas acadêmicas⁸.

O período estudado guarda relação em especial com o processo de redemocratização no Brasil, e com um importante reagrupamento das esquerdas brasileiras – sendo criado um novo partido de massas de base operária, o Partido dos Trabalhadores (PT), que progressivamente assumiu o espaço hegemônico no campo das esquerdas que já havia sido do PCB e que este não conseguiria mais ocupar. Está relacionado também à derrocada do chamado “mundo socialista” e à maior crise da história das esquerdas. Esses decisivos processos históricos de alcance nacional e global têm seu destaque garantido nas páginas deste estudo, pois possuem óbvia ligação com a trajetória pecebista.

O que mais chama a atenção de quem procura analisar os últimos anos da trajetória do PCB é a aparente contradição que se encerra na seguinte sentença: no momento em que as propostas pecebistas para a redemocratização em boa parte são vitoriosas (superação processual e pacífica da ditadura através da formação de uma ampla frente democrática intraclassista, aumento progressivo das liberdades), o partido encontra sua maior crise e praticamente se esgota, acabando por ser oficialmente extinto. É a esse paradoxo que se procura entender nas próximas páginas.

paz e pela democracia, por exemplo) e se desvencilhar do que julgavam um pesado “fardo” (a burocracia interna, a associação à violência revolucionária, a filiação “restritiva” ao marxismo).

⁷ Desde 1947 o partido era considerado extinto pela Lei Eleitoral.

⁸ A respeito desse período, ver PANDOLFI, Dulce, *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995; MARIANI, Bethania, *O PCB e a imprensa – os comunistas no*

* * * * *

Tornar uma pesquisa viável, fazer com que ela se materialize numa obra coerente, envolve fazer escolhas quase sempre difíceis. Já discorri sobre a delimitação temporal imposta, os objetivos e a questão central que norteiam o trabalho. Ainda se faz necessário tecer alguns comentários sobre as opções metodológicas realizadas.

Haveria uma possibilidade incomensurável de fontes passíveis de uso ao se abordar um objeto como o PCB. Jornais e revistas da grande imprensa, de outras agremiações, iconografia... Por todo o período da pesquisa, sempre pairou um veemente desejo de ampliá-la *ad infinitum*. Entretanto, definiu-se desde o princípio que o mais coerente em relação aos objetivos escolhidos seria privilegiar o que chamo aqui de “produção pecebista”: a produção *material* realizada pelo próprio PCB ou com o intuito de dialogar com seus membros. Assim, foram pesquisados os veículos da imprensa pecebista⁹, os documentos emitidos pelo partido e seus debates congressuais. Além disso, foi incluída na pesquisa toda a produção realizada pelos vários grupos dissidentes do partido, que permaneceram dialogando com suas “posições oficiais” mesmo depois de expulsos ou afastados do PCB¹⁰: trata-se de parte integrante de um “pensamento pecebista” (em suas diversas variações), que mantinha o partido como um referencial crítico e buscava um diálogo (em geral negado) com seus dirigentes e/ou com suas bases. Deu-se uma abordagem *qualitativa* a essa gama de fontes escritas, valorizando seu conteúdo, suas especificidades, idiossincrasias e silêncios. Afastou-se dessa forma quaisquer pretensões quantitativas, algo que seria inviável dada a heterogeneidade das fontes: formas diversas, públicos variados, periodicidade irregular, objetivos diferentes, etc.

imaginário dos jornais (1922-1989), Rio de Janeiro: Revan, Campinas: UNICAMP, 1998; SANTANA, Marco Aurélio, op. cit.

⁹ O último ano do jornal *Voz Operária*, o jornal *Voz da Unidade* e a revista teórica *Novos Rumos*. Levo em conta a especificidade desse tipo de produção, que interferiu na realidade pesquisada (assumindo preferencialmente a linha de pensamento majoritária no interior do partido) e ao mesmo tempo pode servir de fonte. Esses órgãos oficiais fazem parte do aparelho do partido, ou seja, são de alguma forma parte integrante do objeto estudado – além de fonte.

¹⁰ A última da fase do jornal *Voz Operária*, editado pelos “prestistas”, e a revista *Presença*, dos “renovadores”. Outra revista consultada foi *Socialismo e Democracia*, organizada em boa parte por ex-militantes pecebistas e importante no debate acerca das esquerdas naquele período.

Finalmente, seria empobrecedor realizar uma pesquisa acerca de um tema tão recente sem recorrer ao riquíssimo material humano legado pelo PCB: mulheres e homens que hoje estão espalhados por diversas agremiações ou que abandonaram a militância partidária (mas não a atividade política de forma mais ampla). Tendo isso em vista, colhi uma série de depoimentos de militantes das diferentes linhas de pensamento que tiveram peso no PCB durante o período analisado. Optou-se majoritariamente pelos chamados “militantes-chave”, reconhecidamente representativos da vida partidária (entrevistando-se também alguns militantes de base, o que permitiu uma visão mais complexa do objeto). Assim, lançou-se mão desse importante recurso metodológico para a história do tempo presente: a história oral. Foram levados na devida conta todos os questionamentos que esse tipo de metodologia pode suscitar. A análise de entrevistas não se restringe a um mero cruzamento de informações oferecidas pelos entrevistados, na busca de uma pretensa “verdade”. Buscou-se detectar nas entrevistas também o que teria sido “esquecido”, consciente ou inconscientemente, as informações desencontradas, as diferentes periodizações, o “não-dito”¹¹. Isso, tanto quanto as informações “cristalinas” obtidas nas entrevistas, é o alimento do historiador que queira de fato realizar um trabalho sério nesse campo – lembrando que histórias de vida são “instrumentos de reconstrução da identidade, não apenas (...) relatos factuais. Por definição reconstrução a posteriori, a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência.”¹²

O que chama atenção no conjunto de depoimentos colhidos é a semelhança de discursos entre a maioria dos entrevistados¹³. Em vários momentos fica a impressão de que esses militantes pecebistas teriam vivido experiências semelhantes. As opiniões coincidentes, longe de representarem falta de reflexão por parte dos entrevistados ou forte coerção no interior da organização, levam a pensar na intensa e longa convivência de grupo vivida por esses entrevistados, o que levaria a uma certa unificação discursiva (às vezes

¹¹ “Existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, ‘não-ditos’. As fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento.” (POLLACK, Michael, “Memória, esquecimento, silêncio”, In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 2., n.º 3, 1989, pág. 8).

¹² *Ibid.*, pág. 13.

¹³ Com exceção de dois depoimentos: o de Zuleide Faria de Melo, dona de uma trajetória em vários pontos diversa dos outros depoentes e única a participar da “reconstrução” do PCB, sendo hoje sua presidente nacional; e o de Leandro Konder, que saiu do partido em 1982 e terminou por se afastar mais decididamente dos pecebistas. Eles não parecem ter participado (ou o negaram em certo momento) por motivações diversas do processo de formação da memória coletiva compartilhada pelos outros depoentes.

inconscientemente). As opiniões coincidentes parecem advindas da convivência em grupo (que boa parte dos entrevistados mantém até os dias de hoje, no PPS). Aqui fica mais que nunca evidente que a memória é construída com o passar do tempo, por meio de diversas “negociações” e seleções. A espécie de *memória coletiva* desenvolvida por esses depoentes “é um elemento constituinte do sentimento de identidade, (...) na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.”¹⁴

Em resumo: lançou-se mão de uma análise *qualitativa* do material produzido pelo partido, sua gama de colaboradores e também dissidentes ao longo do período delimitado. A essas fontes impressas somou-se, ao longo do trabalho, um corpo de entrevistas com militantes pecebistas, participantes das diferentes correntes que tiveram representação no partido em algum momento do período estudado. Buscou-se dar pesos equilibrados no desenvolvimento do trabalho à massa documental impressa e às entrevistas. Outras observações mais específicas acerca da particularidade de cada fonte e algumas dificuldades mais localizadas podem ser encontradas ao longo do texto, na medida em que as fontes selecionadas são empregadas.

* * * * *

Antes de concluir esta breve introdução, é necessário apresentar os conceitos fundamentais que servirão de base à narrativa (sistematizá-los rapidamente oferecerá maior clareza ao trabalho). O PCB e sua inserção na realidade brasileira são analisados nas próximas páginas em grande medida à luz do pensamento gramsciano. Falou-se anteriormente acerca da visão de partido em Gramsci. Há, no entanto, outros aspectos de sua obra que nos serão ainda mais importantes. Um deles é o da produção ou apropriação de idéias num partido político e sua divulgação para o resto da sociedade através dele. Ao escrever sobre a discussão de idéias políticas em um partido, não pretendi me ater a uma

¹⁴ POLLACK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 5, n.º 10, 1992, pág. 204.

pretensa “elite” daquele partido, mas a toda massa que vai além das estruturas do partido e que para Gramsci é o próprio:

Que todos os membros de um partido político devam ser considerados como intelectuais é uma afirmação que pode se prestar à ironia e à caricatura; contudo, se refletirmos bem, nada é mais exato. Será preciso fazer uma distinção de graus; um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que importa: importa a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual.¹⁵

Todos seriam, em maior ou menor grau, *intelectuais orgânicos*, ou agiriam na prática como tais, ou seja, intelectuais ligados intrinsecamente a uma classe social, surgidos a partir da formação e desenvolvimento progressivo da própria classe. Gramsci reconhece, no entanto, diferenças de nível. Sua teoria da estrutura interna do partido comunista se baseia em três grupos: “1) um estrato de ‘homens comuns, médios’, caracterizados mais ‘pela disciplina e fidelidade’ do que ‘pelo espírito criativo’; 2) um estrato coesivo principal, que organiza e centraliza, ou seja, que dirige o partido; 3) e um estrato intermediário, que serve de ligação entre os outros dois, apresentando traços de um e de outro”¹⁶. O segundo estrato merece mais atenção, mas Gramsci aponta a mobilidade existente no interior do partido, fator que não deve ser esquecido.

Como boa parte desse trabalho se baseia na produção intelectual pecebista do período (apesar de não ter sido a intenção produzir uma análise de “história intelectual” *strictu sensu*), é justificável que se lance mão do conceito de *intelectual orgânico* (bem como da visão gramsciana de partido) para melhor compreender o PCB e sua produção intelectual. Outro aspecto da teoria de Gramsci que terá papel central nesse trabalho é a concepção de sociedades “orientais” e “ocidentais”, e a possibilidade da transição de uma para a outra pela via “passiva”.

Gramsci analisa as diferenças estruturais existentes entre “as formações sociais do ‘Oriente’ (...) caracterizadas pela debilidade da sociedade civil em contraste com o predomínio quase absoluto do Estado-coerção; e (...) as formações sociais do ‘Ocidente’, onde se dá uma relação mais equilibrada entre sociedade civil e sociedade política, ou seja,

¹⁵ GRAMSCI, Antonio, op. cit., v. 2, pág. 25.

¹⁶ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci – um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, pág. 177.

onde se realizou concretamente a ‘ampliação’ do Estado.”¹⁷ Gramsci adapta o conceito de “hegemonia” desenvolvido por Lênin numa sociedade de tipo oriental (a Rússia czarista) para as sociedades de formação “ocidental” (como Gramsci já considerava a Itália). Nas

formações “orientais”, a predominância do Estado-coerção imporia à luta de classes uma estratégia de ataque frontal, uma “guerra de movimento” ou “de manobra”, voltada diretamente para a conquista e conservação do Estado em sentido restrito; no “Ocidente”, ao contrário, as batalhas deveriam ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e de espaços (“guerra de posição”), da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e para sua posterior conservação.¹⁸

Esse seria o caminho viável, nesse tipo de sociedade, para sua transformação, levada adiante pelas classes subalternas, interessadas na superação das desigualdades.

Constatada a “ocidentalização” italiana, restava compreender como esse processo *não* se deu pela via revolucionária (como havia ocorrido em sociedades capitalistas centrais). Para isso, o filósofo italiano lançou mão do conceito de “revolução passiva”: a possibilidade de uma sociedade passar a um novo estágio de organização (nesse caso, o capitalista) sem uma revolução aberta, de tipo *jacobino*. Com isso, “na oposição dialética somente a tese desenvolve, na realidade, todas as suas possibilidades de luta, até capturar os supostos representantes da antítese: exatamente nisso consiste a revolução passiva ou revolução-restauração.”¹⁹ Tal fenômeno se daria somente de uma maneira processual e em certos aspectos incompleta, a partir de um grande equilíbrio no processo de luta de classes.

De pouco serviria aos objetivos desse trabalho a produção gramsciana, se ela não possuísse em boa medida um caráter universalizante (se não pudesse ser *adaptada* a outras sociedades e outros períodos históricos, além da Itália do *Risorgimento*). Aliás, é desse caráter que depende a fecundidade e até certo ponto a perenidade de uma teoria. Falou-se até aqui dos conceitos gramscianos exatamente porque é possível adaptá-los a uma

¹⁷ Ibid., pág. 147. Vale dizer que se tratam de conceitos *históricos*, já que o autor não aponta apenas a existência sincrônica de sociedades de “tipo” “oriental” e “ocidental”, mas a possibilidade de uma sociedade passar progressivamente de um “tipo” a outro: processo que teria se dado na sociedade brasileira (de acordo com a tese da revolução “passiva” ou “conservadora”, defendida pelo sociólogo Luiz Werneck Vianna e anteriormente por Florestan Fernandes).

¹⁸ Id.

¹⁹ GRAMSCI, Antonio, op. cit., v. 5, pág. 318.

realidade como a brasileira²⁰, o que vem sendo mostrado por alguns importantes autores²¹. Em relação ao período aqui abordado, três autores são fundamentais: Luiz Werneck Vianna, René Armand Dreifuss e Carlos Nelson Coutinho, que compreenderam o processo de modernização capitalista brasileiro (“ocidentalização”) pela chave da revolução passiva²².

Vianna analisa a evolução da sociedade brasileira a partir do prisma da revolução passiva. Em sua obra principal, *Liberalismo e sindicato no Brasil*, essa categoria analítica gramsciana foi empregada “como recurso de interpretação para o processo de modernização autoritária desencadeado no Brasil, sob a égide do Estado corporativo da década de 30.”²³ O autor notou ainda a manutenção dessa chave da “revolução-restauração” brasileira (pela qual “qualificam-se como revolução movimentos políticos que somente encontraram a sua razão de ser na firme intenção de evitá-la, e assim se fala em Revolução da Independência, Revolução de 1930, Revolução de 1964”²⁴) na ditadura militar-tecnocrática.

Dreifuss analisou os acontecimentos de 1964 (em sua obra *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*) sob o mesmo prisma, ao encará-los como a vitória de um “bloco modernizante-conservador” eminentemente burguês, que progressivamente teria conquistado a hegemonia da sociedade. Assim, “o que se viu em

²⁰ Gramsci já apontava para essa possibilidade: “o conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino.” (GRAMSCI, Antonio, *ibid.*, págs. 209-210).

²¹ Florestan Fernandes, em sua clássica obra *A revolução burguesa no Brasil*, já lançava mão (mesmo que em alguns momentos não se referisse textualmente) de ferramentas de análise gramscianas ao compreender a modernização capitalista brasileira como um processo de longa duração, conservador, sem marcos factuais tão definidos – uma revolução sem revolução. Sobre a presença gramsciana na obra de Fernandes, cf. COUTINHO, Carlos Nelson, “Marxismo e ‘imagem do Brasil’ em Florestan Fernandes”, in: IANNI, Octavio (org.), *Florestan Fernandes e o Brasil*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

²² Aqui vale uma importante ressalva no que diz respeito a Coutinho e Werneck Vianna. Esses autores em especial (além de alguns outros com menor intensidade) surgem nessas páginas exercendo duas funções: de cientistas sociais e de personagens da narrativa. Dessa forma, ao mesmo tempo em que a original produção acadêmica desses autores surge aqui como importante inspiração teórica para a realização desse trabalho, também guarda relação com as disputas ideológicas no interior do PCB (tendo exercido um importante papel sobre o partido em determinado momento).

²³ VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva – iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997, pág. 7.

²⁴ *Ibid.*, pág. 12.

1964 não foi um golpe das Forças Armadas contra João Goulart, mas a ‘culminância de um movimento civil-militar’.”²⁵

Coutinho também sublinha o caráter de “revolução conservadora” dos principais movimentos políticos brasileiros vitoriosos, afirmando que, por esse tortuoso caminho, a sociedade brasileira progressivamente assumiu um caráter “ocidental”. Para ele,

no Brasil as transformações foram sempre o resultado do deslocamento da função hegemônica de uma para outra fração das classes dominantes. Mas estas, em seu conjunto, jamais desempenharam, até recentemente, uma efetiva função hegemônica em face das massas populares. Preferiram delegar a função de dominação política ao Estado – ou seja, às camadas militares e tecnoburocráticas –, ao qual coube a tarefa de “controlar” e, quando necessário, de reprimir as classes subalternas.²⁶

Daí deriva a utilização do termo “regime militar-tecnocrático”, de caráter “cesarista”, para nomear o regime inaugurado em 1964. Para compreender a transição democrática, Coutinho aponta dois movimentos: um pelo alto, o projeto de “transição pelo alto” do regime; outro por baixo, o interesse das classes subalternas em uma democracia de massas. Assim, o autor diferencia o “projeto” de transição da ditadura do “processo” histórico que acabaria se dando, fruto da negociação entre as duas tendências, com vantagem entretanto para a primeira (da qual a derrota do movimento das *Diretas Já* em 1984 foi um marco): o que determinaria a redemocratização brasileira como uma “transição fraca”. Havia um “risco contido nessa forma de transição relativamente ‘negociada’. Nela se verifica sempre (...) a combinação de processos ‘pelo alto’ e de processos provenientes ‘de baixo’; e, decerto, é o predomínio de uns ou de outros o que determina o resultado final, a natureza do *terminus ad quem* da transição”²⁷. Como naquela transição democrática predominaram as forças do “alto”, ela terminaria por

reproduzir, ainda que “atenuados” e “modernizados”, alguns dos traços mais característicos do tradicional modo “prussiano” e “passivo” de promover as transformações sociais no Brasil. Uma transição desse tipo – que poderíamos chamar de “fraca” – implicava certamente

²⁵ FICO, Carlos. *Além do golpe*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2004, pág. 36, citando DREIFUSS, René Armand, *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*, Rio de Janeiro: Vozes, 1981, pág. 361. Daniel Aarão Reis também adotaria essa definição dos acontecimentos de 1964 como um “movimento civil-militar”.

²⁶ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci – um estudo sobre seu pensamento político*, op. cit., pág. 204.

²⁷ COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 1992, pág. 52.

uma ruptura com a ditadura implantada em 1964, mas não com os traços autoritários e excludentes que caracterizam aquele modo tradicional de se fazer política no Brasil²⁸.

Assim, diversas concepções relacionadas ao pensamento gramsciano são empregadas nas próximas páginas, mas não de maneira artificial. Parte importante da tradição do pensamento social brasileiro e da historiografia recente mostrou a possibilidade de adaptação de tais conceitos à realidade brasileira de uma maneira não-determinista e crítica (acrescidos de conceitos próprios cunhados pelos autores referidos acima). Desta forma, nas próximas páginas todos os membros do PCB que produziram material acerca da agremiação, em maior ou menor grau, são tratados como intelectuais orgânicos (não confundindo com os intelectuais “acadêmicos”, distinção que será feita mais adiante). A chave explicativa da “revolução passiva” é utilizada para compreender a modernização capitalista do Brasil, que será tratada como “ocidentalização”. 1964 é definido ao longo do trabalho como “movimento civil-militar” sempre que necessário, e o regime derivado dele como “militar-tecnocrático” (logicamente em alguns momentos será referido simplesmente como “ditadura”), formas de deixar clara a participação civil nesse processo e o caráter de modernização conservadora que ele possuiu. Por fim, sua superação é tratada como “transição fraca” – preservando a idéia da participação popular na superação daquele regime, mas também a manutenção da lógica conservadora de nossa sociedade.

* * * * *

Conclui-se esta introdução com a apresentação sumária do conteúdo de cada capítulo do trabalho.

No capítulo 1 faz-se uma análise sucinta da literatura acerca do PCB nas últimas décadas, buscando relacioná-la de alguma forma à trajetória da historiografia política e contemporânea brasileira mais recente. São apresentadas logo em seguida as hipóteses do trabalho, testadas ao longo dos capítulos seguintes. Estes são dedicados à apresentação da

²⁸ Ibid., pág. 53. É interessante notar, entretanto, que para Coutinho o processo de transição democrática ainda não estaria concluído, abrindo duas opções: a consolidação de uma democracia “liberal-corporativa” ou “neoliberal”, alternativa hegemônica até aqui; ou uma verdadeira “democracia de massas”.

pesquisa, estando divididos cronologicamente. A periodização temporal pela qual optou-se não foi de maneira alguma aleatória, pois cada período delimitado guarda uma certa lógica interna. O material selecionado nas fontes pesquisadas será apresentado ao longo desses capítulos, de forma coerente à estruturação escolhida.

O capítulo 2 trata do período entre 1979 e 1983. Com a Anistia e a “Abertura” democrática levada adiante com idas e vindas, o PCB iniciou sua reorganização, buscando apresentar à sociedade suas propostas (democratização através da negociação, convocação da Constituinte, aumento progressivo das liberdades, aí incluída a legalização do partido) e intervir na política institucional e nos movimentos sociais. Encontrou, entretanto, um ambiente pouco propício e de intensa disputa. O partido foi perdendo progressivamente sua hegemonia no campo das esquerdas e no movimento sindical (ao mesmo tempo em que suas propostas para a superação da ditadura ganhavam maior ressonância) para os grupos identificados com o “novo sindicalismo”, a ala progressista da Igreja Católica e militantes oriundos da “esquerda armada” – que iriam se reunir no PT e numa nova central sindical (a Central Única dos Trabalhadores – CUT). Internamente, sérias divisões vieram a público neste momento (apesar de já estarem em gestação nos anos anteriores), pondo em xeque os caminhos trilhados pelo partido até ali. As disputas entre os diferentes grupos e a forma pela qual elas foram resolvidas (ou adiadas) são discutidas ao final do capítulo.

O capítulo 3 analisa os anos de 1984 a 1988. Nesse período, a redemocratização brasileira através da negociação, a formação do Colégio Eleitoral que elegeu o primeiro presidente civil depois de 21 anos de regime militar-tecnocrático e a convocação da Assembléia Constituinte simbolizaram para a maioria dos pecebistas a vitória de seu projeto político. A legalização do partido em 1985 só pareceu confirmar o acerto de sua política. Tudo isso levou o PCB a seguir participando da coalizão que sustentou a transição e a chamada “Nova República” (até a promulgação da nova Constituição em 1988, quando só então o partido julgou consolidada a democracia no país). Entretanto, os resultados eleitorais do “PCB legal” foram decepcionantes, ao mesmo tempo em que o partido viu seus espaços nos movimentos sociais e sindical se reduzirem progressivamente, enquanto se acumulavam questionamentos internos. Nesse contexto crítico, as transformações democráticas no núcleo central do “socialismo real” (que já vinha dando sinais do que seria sua crise definitiva) pareceriam a muitos uma alternativa viável para o próprio PCB. Esse

período seria mais claramente marcado, portanto, pela contradição entre a propalada vitória do projeto político pecebista para a democracia e seu “definhamento” real, e também pelas reformas profundas no “socialismo real”.

O capítulo 4 aborda o período que vai de 1989 ao princípio de 1992. Esse período é praticamente um epílogo da crise do partido. Nesse momento, o processo de definhamento do partido chegou ao ápice, concomitante ao colapso do “socialismo real”. Constatada a gravidade da situação, foram levantadas numerosas possibilidades para a sua superação, e entre todas sairia vitoriosa a da transformação do PCB em um novo partido, declarado “herdeiro” de parte de suas tradições. Tal processo levou ao que chamo de “diáspora pecebista”: um grupo de militantes permaneceria organizado enquanto “PCB”, buscando reproduzir (ou “resgatar”) os aspectos mais “revolucionários” de sua identidade; outros seguiriam para o PT (consolidado naquele momento como o maior partido da esquerda brasileira); alguns buscariam o reencontro com a identidade comunista no PC do B; e principalmente, muitos abandonariam definitivamente a militância partidária. Esse capítulo dedica-se à compreensão do turbulento período final da trajetória pecebista, buscando apontar os motivos da vitória de uma alternativa (em meio a várias outras).

O estudo se encerra com uma sucinta conclusão, na qual os resultados finais da pesquisa são apresentados de forma mais sistemática. Espera-se que ao longo da leitura tal estruturação (escolhida para a obtenção de uma maior clareza narrativa) se mostre profícua.

Capítulo 1

PCB em questão – o nacional e o internacional, reforma ou revolução

*Eles eram poucos
e nem puderam cantar muito alto a Internacional
naquela casa de Niterói
em 1922. Mas cantaram e fundaram o partido. (...)
O PCB não se tornou o maior partido do Ocidente
nem mesmo do Brasil
Mas quem contar a história de nosso povo e seus heróis
tem que falar dele.
Ou estará mentindo.*

(Ferreira Gullar, homenagem aos 60 anos da fundação do PCB, 1982)

Desde cedo iniciou-se a discussão acerca do PCB, seus caminhos e seu papel na sociedade brasileira. Diversos pesquisadores elegeram o partido como seu objeto central, ou se viram na incumbência de fazer referência a ele mesmo que esse não fosse seu objetivo principal. Seria impossível a realização de qualquer obra acerca dos comunistas brasileiros sem se debruçar sobre essa rica produção. Este trabalho se insere num leito historiográfico de certa tradição (apesar de já ter passado por períodos mais fecundos), com a qual procurou dialogar. Portanto, ele seria irrealizável sem referir-se à historiografia acerca do PCB (e à produção “pecebista”) e analisá-la, ainda que sumariamente, apontando algumas tendências, obviamente selecionadas com uma certa carga de subjetividade (inerente ao trabalho do historiador). Nem todos os estudiosos (ou todos os aspectos) do PCB estarão contemplados nas próximas páginas. Antes de mais nada, trata-se de um exercício analítico, sem o qual esse estudo e as hipóteses defendidas nele (que serão apresentadas ao final do capítulo) perderiam em inteligibilidade.

Por fim, deve-se dizer que serão feitas as necessárias distinções entre diversos setores da “produção acadêmica”, bem como entre esta e a chamada “produção militante”. No entanto, todas serão respeitadas, e terão seu lugar nas próximas páginas. Todos os que contribuíram para uma melhor compreensão da trajetória pecebista, a partir de qualquer viés, devem ser considerados, nunca esquecendo que não se deve esperar de uma obra mais do ela promete (ou pode, de acordo com as condições de sua realização) oferecer.

Antecedentes: disputas ideológicas, “história laudatória” e memórias militantes

A literatura sobre o PCB surgiu quase ao mesmo tempo que o próprio partido, nos anos 1920, acompanhando de perto sua trajetória desde então. Tratava-se de produção “militante” – a partir da ótica das disputas internas, realizada por integrantes do partido – basicamente memorial ou voltada para as disputas ideológicas na agremiação. De início, resumiu-se a escritos em geral concebidos no calor de suas lutas internas, voltando-se basicamente para um público também interno. Diversos dissidentes pecebistas²⁹ escreveram sobre o passado (às vezes recentíssimo) da agremiação, buscando analisar seus (des)caminhos, ou ainda defenderem-se de ataques recebidos no calor das disputas. Por outro lado, começaram a ser realizadas obras laudatórias sobre a história do PCB, em geral de divulgação para as massas. Essa produção teve talvez seu ponto alto durante a redemocratização no pós-Estado Novo, a partir de 1945, que foi acompanhada pela legalidade e por um bom desempenho eleitoral do partido. Jorge Amado talvez tenha sido o autor mais célebre desse tipo de produção, seja na forma romanceada (a série *Subterrâneos da liberdade*, publicada em 1954, que narra a trajetória pecebista na clandestinidade da ditadura “estadonovista”) ou “hagiográfica” (*Homens e coisas do Partido Comunista*, de 1946, e *O cavaleiro da esperança: vida de Luiz Carlos Prestes*, de 1956).

²⁹ O primeiro deles foi Antônio Bernardo Canellas, o enviado do PCB ao IV Congresso da Internacional Comunista (IC) em 1922, no qual o partido teve seu reconhecimento negado, o que para muitos deveu-se à atuação de seu delegado – provocando seu afastamento do partido. Em sua defesa, escreveu o *Relatório Canellas*, que narra a partir de sua ótica os acontecimentos no Congresso da IC e sua volta ao Brasil, criticando o PCB. Depois dele muitos outros produziram obras semelhantes.

Um pouco mais tarde começaram a ser escritas as primeiras memórias de militantes pecebistas, dissidentes ou não. Os primeiros e mais notórios foram Agildo Barata (*Vida de um revolucionário: memórias*, escrita logo após a saída do autor do partido, em 1957) e Astrojildo Pereira (*Formação do PCB, 1922-1928*, editada em 1962). Depois deles, vieram muitos outros, até os dias de hoje³⁰. Tal produção deve ser considerada pelo pesquisador que estuda os comunistas brasileiros principalmente como uma interessante fonte de pesquisa. Entretanto, é inegável que certas obras “militantes” (apesar de certo caráter “oficialesco”) analisam a trajetória pecebista com certo rigor, chegando mesmo a dialogar com a produção “acadêmica”. Tal fronteira, em certos momentos, torna-se um tanto nebulosa, o que não anula a possibilidade de se notar, caso a caso, o que seria passível de utilização como algo além de uma importante fonte.

História “militante” e história “acadêmica”

Toda a literatura apresentada até aqui resultou basicamente de iniciativas particulares. O PCB, diferentemente de alguns partidos comunistas europeus como o italiano e o francês, nunca desenvolveu uma produção que pudesse ser tomada como “oficial”, em grande parte pela constante situação de ilegalidade e repressão policial. Chegou a haver um esboço disso no início dos anos 1970, quando a direção do partido convocou uma comissão de historiadores, capitaneada por Néelson Werneck Sodré, para produzir sua “história”. Mas ela logo foi desfeita em virtude da onda repressiva que desabou sobre o partido entre 1974 e 1975, desorganizando-o e obrigando sua direção a se exilar na Europa, de onde retornaria apenas no final de 1979, com a Anistia. Durante a Abertura, nenhuma outra iniciativa de vulto foi realizada por parte da direção pecebista naquele sentido. O fato de não ter havido uma tentativa sistemática de organização dos arquivos pecebistas por parte de sua direção e de produção da sua própria história,

³⁰ Antigos militantes pecebistas continuam tendo oportunidade de publicar suas memórias. Para um exemplo mais recente desse tipo de obra, ver as memórias de Geraldo Rodrigues dos Santos, o “Geraldão”: SANTOS, Geraldo Rodrigues dos; PENNA, Lincoln de Abreu (org.), *A trajetória de um comunista*, Rio de Janeiro: Revan, 1997.

malgrado suas dificuldades (como a repressão, clandestinidade, etc.), indicam o “quanto a consciência de sua própria evolução histórica foi fracamente determinante de sua política.”³¹

Assim, a chamada história “militante” dos pecebistas é profícua, mas decorre principalmente do interesse individual de alguns integrantes ou ex-integrantes do PCB em divulgar sua trajetória ou intervir em seus rumos. Tal produção (apesar de muitas vezes realizada com certo rigor analítico) “tem oscilado entre descrevê-lo como a concretização de atributo metafísico ou transcendental, definido previamente pela *Teoria*, ou entendê-lo como o esforço organizado de aprender com reiterados erros, cuja natureza no entanto nunca rompe a relação dada sempre entre *Ideal* e *Real*.”³² Trata-se de produção que não consegue (ou não busca) ir além da visão permitida a partir do olhar “militante”, reproduzindo assim os vícios e preconceitos presentes na agremiação.

Astrojildo Pereira, com sua *Formação do PCB* (citada anteriormente), pode ser considerado um fundador dessa tendência, embora tenha vários contatos com a produção “acadêmica”, superando em parte as limitações apontadas acima. O que deve ficar claro é que nem todo pesquisador filiado ou simpático ao PCB realizaria *a priori* o que entende-se aqui por “história militante”. Um bom exemplo disso é Moisés Vinhas, com seu *Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*, que será analisado adiante com maior atenção. Mesmo sendo um antigo militante pecebista, o autor conseguiu realizar uma obra com o rigor científico necessário a um trabalho “acadêmico”. Na verdade, os limites entre produção historiográfica “militante” e “acadêmica” são muitas vezes tênues (como foi dito), havendo em certos momentos alguns pontos de contato entre ambas, bem como autores que se posicionam nessa fronteira – que existe mas não deve ser absolutizada.

A produção “acadêmica” demorou um certo tempo para “descobrir” o PCB. No Brasil (como nos mais importantes centros de produção historiográfica), o estudo de períodos mais recentes esteve majoritariamente interdito ao longo de boa parte do século XX. A história colonial foi por muito tempo a preferência nos estudos da maioria dos historiadores brasileiros, muitos deles avessos (além disso) a temas que tivessem contato de alguma maneira com os setores populares e progressistas, excluídos que eram da chamada

³¹ BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva – as duas almas do Partido Comunista (1920-1964)*. São Paulo: Hucitec, 1997, pág. 35.

³² *Ibid.*, págs. 33-35.

“alta política” (preferencialmente estudada pela historiografia até não muito tempo). Por fim, deve-se levar em conta as dificuldades práticas que muitas vezes poderiam inviabilizar o estudo de uma agremiação como o PCB³³, como a falta de arquivos, a clandestinidade do partido e os períodos ditatoriais de nossa trajetória republicana.

Esse quadro começou a mudar a partir do final dos anos 1950, em boa parte pelo trabalho dos pesquisadores chamados de uma maneira generalizada de “brasilianistas” (norte-americanos que se especializaram na história brasileira), que estudavam preferencialmente o período republicano. Quanto à produção historiográfica de cunho “acadêmico” sobre o PCB, o papel daqueles pesquisadores também foi central (apresentando todo o rigor que lhes era característico, pouco comum em trabalhos realizados no Brasil naquele período, mas também uma certa dificuldade em capturar uma visão de conjunto da história brasileira). Um trabalho pioneiro é o de Robert Alexander, que com seu *Communism in Latin America*, publicado em 1957, é possivelmente o primeiro pesquisador a analisar o PCB, ainda que inserido no contexto latino-americano. Mais tarde³⁴, em 1973, John W. Foster Dulles publicou seu *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*, e Ronald Chilcote a obra *PCB: conflito e integração (1922-1972)* – este último o que nos interessa mais diretamente. Chilcote se sobressai pela excelência de seu levantamento factual e analítico. O autor, entre outras qualidades, reúne a mais completa memorialística acerca do tema, analisa diferenças entre as direções regionais e a nacional, a extração social e profissional dos dirigentes, número de militantes, candidatos a cargos públicos ligados ao partido, etc. Trata-se de levantamento único nessa literatura.

Desse período datam também as primeiras contribuições do meio acadêmico brasileiro à literatura sobre o PCB. O historiador Edgar Carone (referência para todos os que estudam o movimento operário e o comunismo no Brasil), dedica parte de *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)*, de 1965, ao PCB. Essa seria apenas a primeira de uma série de obras analíticas ou documentais sobre os comunistas e o operariado brasileiro. Outro que merece destaque nesse contexto é o também historiador Hélio Silva, com *1935: a revolta vermelha*, publicado em 1969.

³³ Bem como o estudo das esquerdas e do movimento operário de maneira geral.

³⁴ Para permanecer apenas as obras mais representativas e as que obtiveram publicação – muitos trabalhos realizados nesse período em universidades norte-americanas especificamente sobre o PCB nunca vieram a público.

É razoável supor que o interesse de vários pesquisadores brasileiros (muitos deles marxistas) em compreender as razões do movimento civil-militar de 1964, caracterizar o regime consolidado a partir dele e apontar caminhos para sua superação se constituiu numa grande motivação para boa parte desses primeiros estudos sobre o movimento operário e a organização de esquerda mais importante até ali – o PCB³⁵. Já foi dito que os limites entre a produção “acadêmica” e a “militante” são diversas vezes tênues. Muitos que pesquisaram o PCB a partir de um “olhar acadêmico” atuavam também politicamente, ou de qualquer forma estavam inseridos nas discussões políticas travadas no período³⁶, muitas vezes assumindo posições críticas aos pecebistas e transferindo-as de alguma forma para suas obras. “A bibliografia acadêmica dos anos 70 foi fortemente crítica em relação ao PCB ‘pela esquerda’, por assim dizer.”³⁷ Setores da esquerda e da intelectualidade classificavam a política pecebista como “reformista” e de “conciliação de classes”³⁸, afirmando que ela teria sido uma das responsáveis pelo fracasso das esquerdas em se contrapor à movimentação das forças conservadoras, que acabaram levando adiante o movimento civil-militar de 1964. Posteriormente, a política pecebista de superação da ditadura pela via pacífica, através da negociação e da participação eleitoral, sofreria críticas semelhantes.

A produção acerca dos pecebistas manteve quantitativamente um nível razoável ao longo dos anos 1980. Nesse período, assumiram papel importante alguns dos militantes

³⁵ Não se deve esquecer que nesse momento iniciava-se uma reavaliação da história do tempo presente e da história política nos centros de produção historiográfica mais representativos. Basta apenas citar, entre muitos outros exemplos, a historiografia marxista inglesa e a “nova” história política francesa. Quanto à história política especificamente, no Brasil ela nunca saiu de cena.

³⁶ Para uma discussão interessante acerca da relação da intelectualidade com a política naquele momento, ver PECAUT, Daniel, *Os intelectuais e a política no Brasil – entre o povo e a nação*, São Paulo: Ática, 1998.

³⁷ BRANDÃO, Gildo Marçal, op. cit., pág. 35.

³⁸ Tratar-se-á mais profundamente dessa discussão em capítulos subseqüentes, mas a grosso modo a chave explicativa desse tipo de pensamento está no desenvolvimento do capitalismo no país e no papel da “burguesia nacional” na revolução brasileira. Segundo o PCB, o capitalismo ainda não estaria consolidado no Brasil, devido a pretensas “estruturas feudais” em nossa sociedade (advindas do período colonial) e ao imperialismo. Assim, antes de se cogitar o socialismo no país, seria fundamental que o capitalismo se desenvolvesse plenamente. Desse modo, na visão pecebista a revolução brasileira deveria se dividir em duas etapas: uma “nacional-democrática”, contra o latifúndio e o imperialismo, com a participação da burguesia nacional e das camadas médias; e só mais tarde, a revolução socialista. Se contrapondo ao caminho pecebista, diversos grupos de esquerda e intelectuais vinculados ao campo acadêmico produziram críticas àquela visão, com diferentes matizes mas algumas idéias centrais em comum: o Brasil já seria capitalista, nunca teria havido feudalismo no país (portanto não haveriam os “resquícios feudais”) e a revolução burguesa já teria sido realizada (ou estaria em vias de se completar), em moldes diferentes das revoluções européias clássicas. Caio Prado Júnior, intelectual ligado ao PCB (cujo pensamento, entretanto, nunca foi hegemônico no partido), foi um dos primeiros a avançar nessas críticas. Depois viriam os “teóricos da dependência” como o sociólogo Fernando Henrique Cardoso e, guardando alguns pontos de contato com esse grupo mas com uma combinação muito especial e criativa de referenciais teóricos, Florestan Fernandes.

pecebistas “renovadores”, afastados do partido no início daquela década (Luiz Werneck Vianna, Raimundo Santos, mais tarde Gildo Marçal Brandão, entre muitos outros). Muitas vezes suas análises partiam de uma “ótica interna”, da busca por um “novo PCB”, o que entretanto não afasta de forma alguma o rigor e o método dessas obras, integradas plenamente ao melhor da tradição “acadêmica”.

Com a virtual “extinção” do PCB³⁹ e a crise das esquerdas, o interesse pelo tema certamente diminuiu⁴⁰. Por outro lado, com o arrefecimento de certas paixões, se tornou mais fácil cotejar esse objeto, e obter certas informações de seus atores. Há muito ainda o que se escrever sobre o PCB, como várias obras realizadas nos anos 1990 e já nos primeiros anos do século XXI demonstram⁴¹. A compreensão de sua trajetória permanece fundamental para o entendimento da história recente do país e de seus movimentos contestatórios. Assim, espera-se que o interesse relativo em relação aos pecebistas, ainda observável nos dias de hoje, se mantenha por um bom tempo.

O “nacional” e o “internacional” na trajetória pecebista

Após essa breve apresentação da literatura sobre o PCB em suas principais facetas, pode-se apontar algumas tendências identificáveis em muitas daquelas obras. O objetivo não será analisá-las em todos os seus aspectos (o que seria inviável nessas páginas), mas apenas isolar alguns de seus elementos mais importantes – o que trará luz ao trabalho. Os estudos sobre o PCB apresentados sumariamente até aqui (ainda que preservadas as distinções entre “militantes”, “acadêmicos”, “brasilianistas”, etc.), podem ser agrupados em diferentes linhas interpretativas, que privilegiam alguns fatores explicativos em detrimento de outros para a compreensão da trajetória do partido.

³⁹ Não se pode dizer que tenha sido “real”, já que um grupo permanece organizado enquanto “PCB” até este momento, porém com um papel apenas residual na política brasileira.

⁴⁰ Além disso, foi o período do crescimento da história cultural, da vida privada e da micro-história. O início dos anos 1990 é o momento do *boom* dessa produção no Brasil, que já vinha se tornando majoritária em outros países desde o final dos anos 1970.

⁴¹ Várias delas encontram-se citadas ao longo do texto.

Há uma forte tendência simplificadora em boa parte dessa literatura que procura atrelar o PCB à URSS, ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e à Internacional Comunista (IC) – enquanto ela existiu (até 1943). O PCB e as organizações comunistas brasileiras em geral guardariam pouca autonomia em relação aos centros revolucionários internacionais (URSS, posteriormente China, Cuba e até Albânia), o que explicaria a grande maioria das posições tomadas por essas organizações, seus “acertos” ou “erros” (na ótica dos militantes) a partir das determinações internacionais, recebidas diretamente dos países socialistas mais importantes. Esses trabalhos ignoram o profundo enraizamento do PCB na realidade brasileira desde sua fundação, a tentativa de produção em vários momentos de um marxismo nacional, as marcas de ideologia nacionalista, tenentista e positivista ao longo da trajetória do partido, a autonomia dos comunistas brasileiros no Levante de 1935⁴², os vários desencontros entre a política pecebista e a da IC, entre outros fatores. Acabam por ver o PCB, dessa forma, como uma “agência” do Movimento Comunista Internacional (MCI) no Brasil.

Há variados exemplos desse tipo de visão. Como inauguradores dessa argumentação⁴³, podem ser citados Moisés Vinhas e Ronald Chilcote⁴⁴. Este último até sinaliza em outra direção ao afirmar que “a história do PCB reflete, em suas várias articulações, os desdobramentos do mundo comunista internacional e os do próprio Brasil. (...) No entanto, o desempenho do partido foi condicionado ainda mais por fatores políticos e culturais brasileiros.”⁴⁵ Mas como isso seria possível, se “o movimento comunista brasileiro passou por uma série de estágios distintos, cada um deles relacionado com posições políticas do comunismo internacional”⁴⁶? Ou se, ao analisar a organização partidária pecebista a nível estadual, o autor chega à conclusão de que a “política estadual

⁴² Como Marly Vianna demonstra em *Revolucionários de 35: sonho e realidade*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

⁴³ Na literatura com maior rigor acadêmico. Vale dizer que a idéia de “determinação estrangeira” do PCB sempre foi utilizada pela profícua literatura anticomunista (e também por críticos de esquerda ao partido), que teve seu auge ao longo do Estado Novo mas começou a ser produzida quase que desde o momento de sua fundação. Trata-se de argumentação tão recorrente que serviu de principal pretexto para o cancelamento do registro do PCB em 1947 – o que o deixou na ilegalidade até 1985.

⁴⁴ Outros autores, como Jacob Gorender em seu *Combate nas trevas* (São Paulo: Ática, 1998) e Antonio Carlos Mazzeo em *Sinfonia inacabada* (Marília: UNESP; São Paulo: Boitempo, 1999) são caudatários dessa visão. Mazzeo afirma que “as próprias oscilações e descontinuidades de sua [do PCB] linha terminavam (...) reproduzindo as alterações da política externa do PCUS, e conseqüentemente da URSS, assim como do próprio MCI” (op. cit., pág. 82).

⁴⁵ CHILCOTE, Ronald. *PCB: conflito e integração*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, pág. 303.

⁴⁶ *Ibid.*, pág. 32.

parece ser amplamente determinada pela tomada de decisões do Comitê Central [CC] a nível nacional, que, por sua vez, seguiu em geral a linha do Partido Comunista Soviético”⁴⁷? Moisés Vinhas, por muitos anos membro do CC do PCB, também defende em sua obra o “mecanicismo” da aplicação das “diretrizes” da IC e do PCUS pelo PCB. A dependência pecebista seria fortíssima especialmente em seus primeiros anos, mas se manteria ao longo de todo o período analisado pelo autor. Mesmo com o fim da IC (em 1943), o próprio regime soviético e seu partido continuariam como referenciais implacáveis, quase sempre determinantes das posições dos comunistas brasileiros.

O cientista político pernambucano Michel Zaidan Filho iniciou, no princípio dos anos 1980, a desmistificação dessa visão. Em *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*, o autor defende o profundo enraizamento do PCB à sociedade brasileira em sua fundação. Seu surgimento estaria ligado diretamente ao ascenso do movimento operário brasileiro nos anos anteriores à sua fundação, e não a movimentações da IC. Ele demonstra “a preocupação de buscar as origens de uma elaboração teórico-política nacional entre os comunistas brasileiros e a rejeição de um viés conspirativo na explicação das raízes da política comunista entre nós.”⁴⁸ Entretanto, Zaidan Filho não mantém a mesma opinião para toda a trajetória pecebista. Nos anos imediatamente pós-1928 (quando ocorreu o III Congresso do PCB), teria havido uma intervenção direta dos organismos comunistas internacionais no PCB, culminando na Revolta de 1935⁴⁹.

É de Leôncio Martins Rodrigues uma das mais importantes obras sobre o PCB: o artigo *O PCB: os dirigentes e a organização*, parte integrante da fundamental obra coletiva *História geral da civilização brasileira*. O trabalho de Rodrigues é uma das mais importantes análises da trajetória pecebista (de sua fundação até os anos 1960), e também o que soube dosar mais equilibradamente o importante papel do “internacionalismo” do PCB

⁴⁷ Ibid., pág. 257.

⁴⁸ ZAIDAN, FILHO, Michel. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985, pág. 12.

⁴⁹ Considero tal argumento bastante relativizável, mesmo para os acontecimentos de 1935. A historiografia mais recente já deixou claro que a Revolta no Brasil ocorreu à revelia de vários dos principais dirigentes da IC. Ela foi antes de tudo uma iniciativa de parte da direção pecebista (em especial seu setor militar), que convenceu a maioria da direção da IC da viabilidade da Revolta (num momento em que as diretrizes daquela organização já apontavam para a necessidade da aliança de amplos setores sociais contra o nazi-fascismo, e não para ações armadas), que a partir daí passou a receber apoio logístico da IC. Além disso, como compreender tal movimento sem recorrer à forte presença do tenentismo e do golpismo no organismo pecebista? Para uma discussão mais aprofundada da Revolta de 1935, ver, entre outros trabalhos: VIANNA, Marly, op. cit.

(material ou simbólico) com sua base nacional⁵⁰. Na verdade, Rodrigues via uma dicotomia insolúvel entre a importante influência soviética sobre o PCB e o seu progressivo nacionalismo (fruto de seu pluriclassismo).

O historiador Raimundo Santos seguiria essa linha analítica. Em sua obra *A primeira renovação pecebista*, ao analisar a renovação do PCB entre 1956 e 1957, que acabou levando por caminhos tortuosos à chamada “Declaração de Março de 1958” (que simbolizou para o partido a aceitação da democracia como caminho possível para as transformações sociais mais profundas), afirma que a

bibliografia crítica especializada sobre o PCB cuida mais de mostrar a adscrição de um pensamento reformista às determinações de um igual reformismo oriundo de fora (do estalinismo e do chamado revisionismo moderno), mas não traz esse tipo de questão para o interior do modo de ser do PCB, ou, com raríssimas exceções, não avalia a natureza do marxismo-leninismo então abraçado pelos comunistas brasileiros.⁵¹

Por fim, um autor que mais recentemente⁵² soube lidar equilibradamente com essa questão foi o sociólogo Marco Aurélio Santana, em *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*, um dos primeiros a analisar os últimos anos da trajetória pecebista, apontando como razões para o esgotamento do partido sua perda de espaços no meio sindical (em especial com o “novo sindicalismo” surgido no final dos anos 1970) e a perda de hegemonia nas esquerdas para o PT. Por outro lado, o fim do “socialismo real”, com sua imensa carga simbólica, teria levado muitos pecebistas à perda de referenciais e à busca de novos caminhos para um partido combalido, encorajando a maior parte da militância a propor ou a aceitar seu fim.

⁵⁰ Rodrigues soube analisar caso a caso, sem formular uma teoria geral. Sobre a Revolta de 1935 afirmou: “as modificações ocorridas na composição social do Partido [o crescente controle da direção partidária por setores oriundos das camadas médias e da elite, bem como do Exército] parecem ser o fator determinante na opção pela via insurrecional e nas características de ‘quartelada’ que o levante adquiriu” [“PCB: os dirigentes e a organização”, in: FAUSTO, Boris (dir.), *História geral da civilização brasileira, tomo 3, vol. 3: o Brasil republicano – sociedade e política (1930-64)*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª ed., 1996, pág. 375-376]. Já em relação à política pecebista dos anos de legalidade (1945-47), afirmaria: “a linha de ‘união nacional’ que o partido procurou levar à prática no período da legalidade deveu-se, principalmente, a fatores internacionais durante os anos de ‘convivência pacífica’ entre a URSS e os EUA” (ibid., pág. 412).

⁵¹ SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988, pág. 29.

⁵² Outro trabalho recente que procura dar papéis equilibrados aos diferentes fatores explicativos é o artigo de Marcos del Roio, “Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940)”, in: RIDENTI, Marcelo, REIS FILHO, Daniel Aarão, *História do marxismo no Brasil – volume 5: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*, Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

Quem produziu, entretanto, a crítica mais demolidora àquela vertente que nega boa parte da autonomia das esquerdas num país periférico como o Brasil foi o historiador Daniel Aarão Reis Filho que, em sua obra *A revolução faltou ao encontro – os comunistas no Brasil*, analisa a trajetória da esquerda comunista nos anos 1960. Trata-se de um inventário dos caminhos das diferentes correntes da esquerda revolucionária e uma tentativa de explicação histórica dos motivos que teriam levado à derrota daqueles movimentos, de início frente ao movimento civil-militar de 1964 e posteriormente no enfrentamento ao regime nascido a partir dele. Reis Filho constata a “*autonomia* com que evoluem os comunistas em relação aos centros internacionais (...) e *eclético* com que os comunistas se referem aos – e reivindicam os – modelos internacionais”⁵³. Esses modelos internacionais teriam sua importância, mas enquanto fatores de coesão das organizações, segurança e legitimação em debates internos ou reforço de decisões já tomadas. A partir desse ponto, entretanto, Reis Filho dá excessivo valor a aspectos organizacionais próprios dos partidos “marxistas-leninistas”, frisando o papel de aspectos internos derivados do formato “centralista democrático” (papel de vanguarda do partido em relação ao proletariado, forte disciplina interna agindo consciente ou inconscientemente sobre o militante, culto do líder, etc.) como determinantes principais na trajetória daquelas organizações, isolando-as do processo político no qual elas se inseriam. Para ele, “as determinações sociais não esgotam a questão. Mesmo porque as organizações de vanguarda gozam de uma ampla autonomia em relação às classes sociais cujos interesses dizem defender. Os aspectos políticos é que são decisivos”⁵⁴.

Acredito que esses aspectos “organizacionais” (específicos à formação “leninista”) devam ser considerados, mas sempre estando relacionados a outros fatores que evidenciem a integração dessas organizações comunistas às sociedades nas quais elas se formaram e as quais tentam transformar. De qualquer forma, parece claro que as análises sobre o PCB (malgrado algumas exceções) vêm se complexificando nos últimos tempos, aliando uma gama maior de fatores explicativos para a compreensão de sua trajetória. Talvez não seja

⁵³ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1989, pág. 85.

⁵⁴ *Ibid.*, pág. 52. Gildo Marçal Brandão corrobora essa crítica. Para ele, Daniel Aarão “toma a dinâmica interna das organizações comunistas como algo auto-referido e essencialmente externo ao processo político (...), toma as características da decadência da esquerda – a absolutização das formas de organização e de luta, a radical estraneidade em relação ao mundo da política real, o *fiat justitia, pereat mundus* – como se fosse da esquerda *em geral*” (op. cit., págs. 35-36).

exagero afirmar que a literatura sobre o PCB tem conseguido capturar a complexidade dos caminhos trilhados pelos comunistas com maior clareza, o que tende a aumentar na medida em que menos autores ainda fortemente presos ao passado pecebista produzam obras referidas diretamente às suas disputas internas (vivas ainda hoje para muitos de seus ex-militantes) ou à divisão de seu espólio simbólico.

Espera-se, por fim, que essa dicotomia entre determinações “nacionais” ou “internacionais” seja cada vez mais *superada* pela nova historiografia acerca dos comunistas e do pensamento marxista brasileiros. Para isso, julgo enriquecedor refletir sobre as colocações de Alfredo Bosi:

As ideologias (...) se enraízam no solo dos interesses e das aspirações dos grupos que as defendem. Pouco importa a sua origem (de fora ou de dentro do território nacional), mas muito importam a sua função e a sua capacidade de cimentar as instituições. Por isso, noções como *difusão*, *filtragem*, *enxerto* e *remodelagem* [grifos do autor] me parecem mais pertinentes e fecundas do que a antiquada discussão em torno do lugar estrangeiro ou nacional das idéias.⁵⁵

Apesar do enfoque nestas páginas não estar exatamente no campo da história das idéias (apesar do interesse também presente em relatar as diferentes concepções desenvolvidas pelos pecebistas naqueles dias e as memórias de alguns deles), acredito que as observações de Bosi se adequam perfeitamente ao que se pretendeu discutir. Malgrado tudo de “internacional” (ou será universalista?) que há na gênese pecebista e em sua trajetória (e também o apoio “material” oferecido pela URSS e por outros países socialistas, algo que não pode ser negado), interessa saber como suas idéias e sua estrutura se integravam criativamente (em alguns momentos sem deixar arestas, em outros de forma mais difícil) à realidade brasileira em constante mutação.

“Reforma” ou “revolução”: a dicotomia pecebista

Uma chave explicativa recorrentemente é utilizada na literatura acerca do PCB, chamando atenção para uma espécie de “dualidade” presente na trajetória pecebista (e de

boa parte dos partidos comunistas). Segundo ela, o partido oscilava entre seus aspectos mais “reformistas”, quando estava melhor integrado à política nacional; e os mais “revolucionários”, apontando para soluções violentas em busca de seus objetivos (fosse o “socialismo”, a “revolução nacional e democrática” ou o que estivesse em seu horizonte imediato). Oscilações sempre acompanhadas de violentas disputas internas e do afastamento de grupos minoritários discordantes da linha “oficial” da vez.

O primeiro a abordar esse dualismo é de novo Ronald Chilcote. O autor identifica dois estilos conflitantes: “um, baseado na organização e na prática disciplinadas, era particularmente suscetível a pressões do comunismo internacional. Outro, baseado no personalismo e no pragmatismo, refletia a política brasileira em geral.”⁵⁶ Assim, o autor associou de certa maneira uma das vertentes a características do MCI, enquanto a outra estava mais diretamente ligada à integração do partido com a política brasileira. Entretanto, a primeira tendência seria mais recorrente na trajetória pecebista que a segunda – até o momento em que o autor publicou sua obra (1972). Leôncio Martins Rodrigues também lançou mão dessa chave interpretativa dualista, ao apontar categoricamente a incapacidade (ou impossibilidade)

demonstrada pelo PCB de optar conseqüentemente por uma via revolucionária ou por uma via reformista. Este dilema “reforma ou revolução”, conjugado à contradição “nacionalismo” vs. “internacionalismo proletário”, dificulta a elaboração de uma linha política mais adequada ao meio brasileiro. Embora, paradoxalmente, esta mistura de nacionalismo e “internacionalismo”, de reformismo e revolucionarismo, consiga atrair para o PCB segmentos diferentes da população orientados por motivações variadas, ela mantém o Partido num estado de constante tensão interna e tem permanecido na raiz das sucessivas crises e cisões que marcaram a vida do PC no Brasil.⁵⁷

Luiz Werneck Vianna, na obra *Questão nacional e democracia: o ocidente incompleto do PCB*, recorre ao conceito de sociedades “orientais” e “ocidentais” de Gramsci para explicar a oscilação ao longo de toda a trajetória pecebista entre práticas políticas “ocidentais” e “orientais”, sem que o partido fizesse a opção definitiva por nenhuma delas, enquanto a sociedade brasileira caminhava para sua “ocidentalização” pela via prussiana (“revolução conservadora”), consolidada pelo regime ditatorial. Isso explicaria em boa parte o progressivo enfraquecimento do PCB – observado claramente no

⁵⁵ BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pág. 389.

⁵⁶ CHILCOTE, Ronald, op. cit., pág. 304.

momento em que o autor escreveu (em 1988). Lançando mão desses conceitos gramscianos, Vianna aponta um caminho profícuo para a compreensão da trajetória pecebista, e de suas dificuldades crescentes numa sociedade cada vez mais “ocidentalizada”, levando o partido à necessidade de se reformar.

Guardando diversos pontos de contato com Vianna, Gildo Marçal Brandão, em *A esquerda positiva – as duas almas do Partido Comunista (1920-1964)*, defende uma perspectiva interessante para a análise da trajetória pecebista (e das esquerdas no país). O partido seria marcado por “duas almas” antagônicas: uma reformista, pacifista, “civilista”; outra golpista, insurrecional, “militarista” (esta última derivada, entre outras tradições marcantes no partido, do tenentismo). O PCB teria sido incapaz de optar *definitivamente* por uma das duas perspectivas,

tendo, em consequência, atraído segmentos distintos da população com motivações diversas, reproduzindo internamente a constante tensão e o movimento pendular que singularizaram a sua trajetória política (...). Como qualquer partido brasileiro, o comunista é também “partido-frente”, menos pelo policlassismo e mais porque abriga em seu seio interesses e políticas distintos.⁵⁸

A partir desse argumento, o autor defende sua hipótese de que os ascensos de massa de 1942-47 e 1958-64 teriam sido exceções na atividade dos comunistas exatamente por terem sido os únicos períodos em que a “alma” golpista, dogmática e aventureira do PCB (nos dizeres do autor) foi devidamente sufocada⁵⁹.

Como vimos, são diversos os enfoques do que seria essa dicotomia pecebista, suas razões e filiações. Entretanto, muitos autores reconhecem sua existência, classificando-a como uma disputa (simplificadamente) entre “reforma” e “revolução”, que marcou implacavelmente a história do PCB.

Esse trabalho enfatiza as linhas interpretativas apresentadas anteriormente, que marcam profundamente a literatura sobre os comunistas – “nacionalismo” vs.

⁵⁷ RODRIGUES, Leôncio Martins, op. cit., pág. 443.

⁵⁸ BRANDÃO, Gildo Marçal. Op. cit., págs. 49-50. A expressão “esquerda positiva” foi cunhada pelo político democrata San Thiago Dantas, que às vésperas do movimento civil-militar de 1964 clamava por uma “esquerda positiva” no Brasil, ou seja, propositiva, democrata, legalista, que apresentasse propostas “positivas” para o progresso social, e não de negação pura e simples do *status quo*. Brandão, obviamente, retoma essa expressão e baseia suas hipóteses numa clara simpatia por esse tipo de política de esquerda.

⁵⁹ Opinião semelhante à de Moisés Vinhas.

“internacionalismo”, “reforma” vs. “revolução” –, se posicionando frente a elas. Certamente haveriam outras formas de apresentar e classificar a literatura sobre o PCB. Escolhi esses dois eixos por considerá-los fundamentais para a compreensão da trajetória pecebista. As hipóteses que serão apresentadas a seguir relacionam-se com eles, dialogando assim com a rica tradição historiográfica acerca do PCB.

* * * * *

A crise e a posterior dissolução anunciada do PCB causaram perplexidade, não somente a militantes do campo das esquerdas, mas a qualquer observador que soubesse da importância daquela agremiação na história brasileira ao longo da maior parte do século XX. Um partido que chegou a ser hegemônico nas esquerdas e nos movimentos sociais, que participou em vários momentos da chamada “alta política” republicana, sem nem mesmo possuir existência legal na maior parte do tempo, passou por um grave processo de definhamento, terminando “dissolvido” (na verdade dividido). E mais: tal processo teve sua fase decisiva no momento em que as propostas do PCB para a redemocratização brasileira se tornaram majoritárias no campo oposicionista e foram finalmente vitoriosas (ainda que por caminhos tortuosos). Não foram muitos os que buscaram abordar essa questão. Sua resposta definitiva, obviamente, não estará nas próximas páginas, já que nenhum processo histórico pode ser compreendido em toda sua complexidade. Acredito, no entanto, que a busca pela maior inteligibilidade possível de um fenômeno histórico deve permanecer no horizonte do historiador, como um objetivo inatingível mas inspirador. Como afirmou François Bédarida, “a despeito de tudo a busca da verdade deve ser explicitamente considerada a regra de ouro de todo historiador digno desse nome. Alfa e ômega desse ofício. Mesmo sabendo que não conseguiremos jamais dominar essa verdade, mas apenas nos aproximar dela.”⁶⁰ Dessa forma, são testadas ao longo do trabalho hipóteses explicativas abrangentes, que buscam responder a questão levantada da forma mais completa possível.

A *hipótese central* aponta a persistência da convivência entre concepções e práticas “orientais” e “ocidentais” no PCB, quando o país completava seu processo de modernização capitalista (“ocidentalização”) pela via passiva, como fator determinante para a crise geral que acometeu o partido. Tal situação levou a uma progressiva inadequação deste à sociedade que pretendia transformar, à baixa representação pecebista entre os setores modernos do “novo” movimento sindical e à paralisia interna derivada de sua progressiva divisão.

Há, por fim, duas *hipóteses secundárias*.

Uma relaciona a crise do PCB às dificuldades do partido em lidar com a transição negociada (à qual terminou atrelado em posição subalterna) da forma como se deu: uma transição “fraca”, com predominância dos interesses conservadores. Enquanto isso, o PT, assumindo posição claramente contrária àquele processo, se viabilizou enquanto força hegemônica nas esquerdas e no movimento sindical.

A outra aponta para a crise do “mundo socialista”, que também jogou importante papel no processo (especialmente em seu final, quando este já estava em parte delineado), legitimando e reforçando tendências já presentes no PCB. Foi importante especialmente no momento da escolha pela maioria dos pecebistas de um caminho (em detrimento de outros) para a solução da longa crise vivida pelo partido.

Espera-se que nas próximas páginas, na medida em que avançarmos pelos meandros da trajetória pecebista em seus últimos anos, essas hipóteses se mostrem chaves explicativas viáveis para uma boa compreensão da crise e extinção do PCB – e através dele, também de parte da história brasileira recente.

⁶⁰ BÉDARIDA, François. “Tempo presente e escrita da história”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.). Op. cit., pág. 222.

Capítulo 2

Luta pela democracia, democracia em debate – O PCB na Abertura (1979-83)

“Evitar o acirramento das tensões em momentos nos quais as condições são desfavoráveis para a classe operária e o conjunto da oposição é um critério político importante para todos os democratas. Da mesma forma, não podemos admitir a contenção da luta quando se pode avançar na conquista de novas posições.”

(*Resolução Política de novembro de 1978*, Comitê Central do PCB)

“A *renovação democrática* do conjunto da vida nacional – enquanto elemento indispensável para a criação dos pressupostos do socialismo – não pode ser encarada como um objetivo tático imediato, mas aparece como o conteúdo estratégico da etapa atual da revolução brasileira.”

(Carlos Nelson Coutinho, no artigo *A democracia como valor universal*, de 1979)

“Um partido comunista não pode, em nome de uma suposta democracia abstrata e acima das classes, abdicar de seu papel revolucionário e assumir o freio do movimento popular, de fiador de um pacto com a burguesia, em que sejam sacrificados os interesses e as aspirações dos trabalhadores.”

(Luiz Carlos Prestes, na *Carta aos comunistas*, de 1980)

Depois de anos de “cerrada” repressão, o final dos anos 1970 pareceu finalmente prometer dias melhores aos democratas. Já em 1974, ao iniciar seu governo, Ernesto Geisel (o novo ditador) afirmou que a “abertura” ocorreria, mas de forma “lenta, gradual e segura”... Parecia haver de fato um interesse de mudanças por parte do grupo no poder, mas certamente a “abertura” projetada por eles não era a mesma que andava pelas cabeças e pelas bocas dos opositores de todo o tipo – militantes partidários, sindicais, comunitários, religiosos, de movimentos de minorias políticas, entre outros. Alguns destes movimentos e partidos atravessaram todo aquele período organizados – mesmo que de forma residual. Outros, apenas naquele momento de leve distensão iniciaram sua

reconstrução – mas nunca da mesma maneira que no pré-1964 (já que as condições haviam se modificado profundamente).

O “projeto” do regime era de uma “abertura” pelo alto, motivada em boa parte pela consciência das transformações na sociedade brasileira e na conjuntura internacional (a crise econômica mundial e as pressões protagonizadas pelo governo do democrata Jimmy Carter nos EUA), e da necessidade de auto-preservação. Tratava-se praticamente de uma institucionalização do regime:

Os regimes ditatoriais modernizadores e não fascistas – de que são exemplos “clássicos”, entre outros, o Brasil pós-64 e a Espanha franquista em seu segundo período – apresentam uma contradição fundamental: desencadeiam forças que, a médio prazo, não podem mais controlar, ou, em palavras mais precisas, desenvolvem os pressupostos de uma sociedade civil que, progressivamente, escapa à sua tutela.⁶¹

Na sociedade civil circulavam os mais diversos projetos de redemocratização, muitos deles próximos aos interesses do regime. Outros, no entanto, buscavam por diversos meios uma radicalização do processo, e estes de uma forma ou de outra se fizeram ouvir no longo e tortuoso caminho da redemocratização. A Abertura de fato ocorreria, mas não exatamente da maneira proposta pela ditadura. Há que se diferenciar o *projeto* de “abertura” do *processo* que acabaria se dando. A Abertura foi “resultante de um duplo processo: de um lado, conflitos internos ao regime e, de outro, a pressão da sociedade civil.”⁶² Havia no interior do regime diversos grupos interessados na radicalização da ditadura. Convencionou-se chamar a esses de “duros”. Hoje sabemos que a distinção muito usada entre “moderados” e “duros” muitas vezes encobre uma real compreensão da dinâmica interna do regime militar-tecnocrático. Em muitos momentos essa clivagem não era clara, se modificando caso a caso: o “moderado” de ontem era o “duro” de amanhã, bem como muitos eram “duros” para algumas questões, e “moderados” para outras. O fato é que “a clássica divisão entre linha dura e moderados não dá conta da diversidade de clivagens que configuravam os diversos grupos militares.”⁶³ Porém, no período analisado, houve o interesse de muitos integrantes do regime em liberalizá-lo, e para isso

⁶¹ COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo*. Op. cit., pág. 50.

⁶² ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada – as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000, pág. 118.

⁶³ FICO, Carlos. *Além do golpe*. Op. cit., pág. 81.

necessitavam desmontar o aparato repressivo. Nesse movimento, configurou-se de fato uma divisão no seio do regime⁶⁴. O desejo de “abertura” por parte do regime era para valer:

O projeto de abertura, assim elaborado, deveria claramente comportar garantias básicas para o regime: evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964; proceder-se em um longo tempo – seu caráter lento –, de mais ou menos dez anos, o que implicaria a escolha ainda segura do sucessor do próprio Geisel e a incorporação a uma nova constituição – que não deveria de maneira alguma ser fruto de uma constituinte – das chamadas salvaguardas do regime, as medidas necessárias para manter no futuro uma determinada ordem, sem o recurso à quebra da constitucionalidade (...) o projeto de abertura representava uma volta ao Estado de Direito, a reconstitucionalização do regime, mas não exatamente a redemocratização do país.⁶⁵

Por outro lado, a sociedade civil se organizava. Cada vez mais utilizavam-se os espaços que o regime oferecia. O partido de oposição consentido pelo regime, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), progressivamente ganhava um real conteúdo oposicionista, enquanto crescia eleitoralmente – sempre com o importante apoio dos pecebistas (vários deputados eleitos pelo MDB tinham algum tipo de ligação com o PCB⁶⁶). As eleições de 1974, e especialmente de 1978, foram marcos do avanço oposicionista. A votação contrária ao regime se deveu em parte à desaceleração do “milagre econômico” (em pouco tempo ele se reverteria em recessão profunda). Mas houve também um real aumento da consciência acerca da validade da luta democrática, progressiva, nas brechas existentes – em detrimento da luta “revolucionária”, desmantelada pela ditadura. Assim, levantavam-se outras bandeiras de luta, como a da anistia dos presos e exilados políticos. Ao mesmo tempo, surgiram os primeiros sinais de vida nos movimentos sindical e estudantil desde 1968, e outros setores organizavam-se, não necessariamente pela primeira vez, mas certamente com mais força: mulheres, negros, homossexuais.

Os oposicionistas de todos os matizes militavam em sua maioria nos diversos movimentos sociais, evitando o confronto direto com o regime. Ou tinham consciência da validade do chamado “caminho pacífico”, ou da impossibilidade do enfrentamento com o

⁶⁴ Que teve um momento decisivo na demissão do general Ednardo D’Ávila, comandante do II Exército, pelas mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho (ambos militantes do PCB), em 1976.

⁶⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano – vol. 4, o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, págs. 262-263.

⁶⁶ Como Modesto da Silveira, Roberto Freire, Fernando Sant’ana, Marcelo Cerqueira e outros. Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes et al. (orgs.), *Vozes da oposição*, Rio de Janeiro: Graflin, 2001. O papel dos pecebistas na formatação do MDB como uma frente oposicionista *de fato* ainda está por ser melhor estudado.

regime no campo armado – no qual a ditadura levaria ampla vantagem. De qualquer forma, por gosto ou necessidade, estavam todos dando razão, mesmo que indiretamente, ao partido de esquerda que defendeu esse caminho desde os primeiros momentos da ditadura militar-tecnocrática: o PCB.

Um partido exilado

Os anos 1970 foram especialmente difíceis para o PCB. Se antes o partido sofreu uma verdadeira “sangria” de seus quadros para as organizações da “esquerda armada”, a partir de 1974 se tornou (desmanteladas aquelas organizações) o alvo preferencial do aparelho repressivo. O princípio do complexo processo de Abertura, a partir do governo de Ernesto Geisel, coincide com um aumento da perseguição aos pecebistas:

Entre o final de 1974 e o decorrer de 1975 o partido foi fortemente golpeado. Nove membros do Comitê Central foram assassinados pelos órgãos policiais. Uma parte da direção foi para o exterior⁶⁷ e o jornal oficial *Voz Operária* passou a ser editado fora do Brasil. Mas, a despeito das investidas da ditadura contra o PCB, os pecebistas, coerentes com a linha definida pelo VI Congresso, insistiam na manutenção da Frente Democrática para derrotar o regime e, através do caminho institucional legal, restabelecer a ordem democrática no país⁶⁸.

Apesar de todas as dificuldades, muitos acreditavam que este era seu principal trunfo: “O partido sofrera grandes baixas, possuía erros e debilidades, mas apesar de tudo sua orientação política vinha vencendo e inclusive se transformando em política concreta de um enorme arco de forças. Esta era sua grande e decisiva força.”⁶⁹ Outros pecebistas não pensavam dessa forma e a diversidade de concepções ficaria clara no exílio, tornando-se pública e irreversível após a Anistia.

O partido se viu obrigado praticamente a recomeçar. No exterior, seus dirigentes esforçavam-se para manter a unidade, realizar as reuniões de direção e editar o jornal oficial (principal elo de ligação entre a direção exilada e o partido), enquanto no Brasil o

⁶⁷ Apenas três membros da direção permaneceram no Brasil em liberdade: Geraldo Rodrigues dos Santos, Antônio Ribeiro Granja e Amaro Valentim.

⁶⁸ PANDOLFI, Dulce. Op. cit., 210.

⁶⁹ Givaldo Siqueira, depoimento cedido ao autor em 9 de setembro de 2003, no Rio de Janeiro (RJ).

partido buscava reorganizar-se em cada estado⁷⁰. A ligação entre exílio e bases partidárias no Brasil se dava de forma um tanto precária. Houve de fato uma novidade naquele momento: “o PCB sempre se caracterizou pela regionalização de seus militantes, pois o seu mundo se limita às fronteiras de nossa sociedade (...), o grosso de seus militantes conheciam e conviviam com a realidade brasileira.”⁷¹ Na década de 1970, tal tendência foi revertida. O exílio permitiu a muitos ter maior contato com os diferentes caminhos propostos no movimento socialista. Para Edgard Carone, as experiências de vida diversas pelas quais os pecebistas passaram naquele período (o secretário-geral Luiz Carlos Prestes sempre isolado por questões de segurança e exilado em 1971; o restante da direção exilado em 1975; militantes espalhados por diversos países; a maioria permanecendo no Brasil sem contato direto com o exterior) guardariam relação com as divisões posteriores do partido. Há pertinência em tal argumentação, mas não se deve esquecer que o PCB passou por dilacerantes divisões ao longo de toda sua história, mantendo em geral um padrão “tríplice”: dissidências “à esquerda” e “à direita”, debeladas por um setor majoritário de direção dito “centrista”, que busca sua legitimação assumindo uma posição equilibrada entre uma e outra vertente. As bases para as divergências da virada dos anos 1970 para os anos 1980 parecem estar dadas desde muito antes, portanto os acontecimentos referidos por Carone parecem ter influído na forma como tais divergências vieram a eclodir (e na “seleção” de certos “atores” para determinados “papéis”), mas não na sua essência.

Chegamos a 1979, marco inaugural da narrativa. O ano começou com novos ares. A oposição vinha de uma expressiva vitória nas eleições parlamentares de novembro de 1978. O Movimento pela Anistia avançava, ganhando as ruas. Em breve, o movimento sindical (tendo como vertente principal o chamado “novo sindicalismo”, representante dos setores mais modernos da indústria brasileira) mostrou sua face com ainda mais vigor que no ano anterior. O AI-5 expirou no último dia de 1978, por decisão do próprio governo. “Assim, com o ano novo, em 1979 o país reingressou no Estado de direito – ainda precário porque apoiado em uma Constituição imposta, a de 1967, em uma emenda constitucional espúria, arrancada, sob ameaça, em 1969, e em toda uma constelação de leis e decretos que

⁷⁰ O PCB do Rio de Janeiro parece ter sido o único a manter uma continuidade ao longo de todo o período ditatorial, centrada na figura de Geraldo Rodrigues dos Santos – o “Geraldão”. Em São Paulo, por exemplo, após a onda repressiva de 1974-75, o partido só se reorganizaria efetivamente a partir de 1977.

⁷¹ CARONE, Edgard. *O PCB (volume 3 – 1964-1982)*. São Paulo: Difel, 1982, pág. 8.

formavam, como se chamou desde então, um verdadeiro *entulho autoritário*.⁷² Não se pode dizer que a ditadura militar-tecnocrática estivesse encerrada naquele momento, mas ela certamente se veria limitada a partir de então. Entretanto, o PCB reagia aos movimentos do regime e ao avanço do processo de Abertura com cautela. A “Resolução política de maio de 1979” afirmava que o regime, apesar das concessões, “não mudou o seu caráter militar-fascista”⁷³. Propunha um bloco parlamentar de oposição, a anistia ampla, geral e irrestrita, a unidade do movimento sindical e a convocação de uma Assembléia Constituinte – bandeiras muito caras ao partido. Posicionava-se contra a reforma partidária pretendida pela ditadura, apontando o interesse do regime em dividir as oposições (agrupadas até então no MDB).

É interessante observar que essa reforma partidária, que acabou extinguindo o bipartidarismo de MDB e Aliança Renovadora Nacional (Arena), é vista por alguns pecebistas até hoje como um momento de retrocesso no caminho para a democracia, pois teria dado uma sobrevida à maioria situacionista (agrupada agora em torno do Partido Democrático Social – PDS – enquanto a oposição se dividiu):

a gente (...) defendia que era cedo naquela altura para se legalizar os partidos. Tinha que fortalecer a frente do MDB, que juntava todo mundo e fazia como se fosse um plebiscito. (...) A ditadura percebeu que se mantivesse o MDB sozinho ele seria o núcleo que juntaria todas as oposições. (...) Então eles fizeram essa manobra de fazer a divisão. Esvaziaram a posição dos comunistas na época, que entendia a questão democrática⁷⁴.

Ao mesmo tempo seria incompleta e manipuladora, pois não permitiu a legalização de partidos como o PCB e negou a sigla histórica do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) a Leonel Brizola⁷⁵. Finalmente, teria sido especialmente negativa para o PCB, mantido na ilegalidade enquanto o PT, fundado em 1980, colheria as vantagens da legalidade. Esse é um dos fatores recorrentemente apontados pelos pecebistas para explicar a perda de espaços para os petistas. O PCB, no entanto, manteve a defesa do (a partir de então) PMDB⁷⁶ como

⁷² REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, pág. 69.

⁷³ *Voz Operária*, n.º 159, maio de 1979.

⁷⁴ Gilvan Cavalcanti Melo, depoimento cedido ao autor em 30 de julho de 2003, no Rio de Janeiro (RJ).

⁷⁵ Oferecendo-a a Ivete Vargas – que comandaria um partido de posições dúbias perante o regime.

⁷⁶ Outra exigência da reforma voltada evidentemente contra o MDB (e que permanece até hoje, como um singelo exemplo – entre tantos – do chamado “entulho autoritário” de nossa legislação) era a obrigatoriedade da utilização da palavra “partido” no princípio de qualquer denominação partidária.

organização frentista ideal naquele estágio da luta contra a ditadura. Os pecebistas mantiveram sua atuação no interior daquele partido ao longo dos anos seguintes, contribuindo à sua maneira – apesar da ilegalidade – com a vitória oposicionista nas eleições seguintes, em 1982.

De qualquer forma, o partido reconheceu que se vivia “uma nova situação política no país, fruto das conquistas acumuladas pelo movimento democrático nos últimos anos e das manobras do regime para, cedendo o mínimo, reagir e adaptar-se à nova correlação de forças”⁷⁷. O PCB reagiu da mesma forma à Anistia, aprovada em 28 de agosto pelo Congresso Nacional, apontando sua dubiedade: “Embora se trate de lei restritiva e injusta, que combatemos e continuaremos a combater, é inegável que sua aprovação, tanto pelo processo de discussão por ele estimulado (...) como por ter permitido o retorno de milhares de democratas à vida política legal, representa uma derrota da ditadura, cujos desdobramentos terão decisiva importância.”⁷⁸ Um desses desdobramentos seria a volta dos dirigentes pecebistas ao país (além de muitos outros militantes do partido). Da aprovação da Anistia até o fim daquele ano, muitos “comunistas históricos” retornariam envoltos em festas e certa euforia (em especial Luiz Carlos Prestes, recebido por milhares de pessoas no Rio de Janeiro). Mas havia algo além da emoção, algo que demoraria a ser aceito por muitos: os que retornavam ao país encontravam-se claramente engajados em pesada luta interna, cujo principal pivô era o secretário geral do partido há mais de 36 anos. É difícil avaliar até que ponto as divisões no exílio seriam conhecidas dos militantes que permaneceram no Brasil. Sobre isso, um depoente afirma: “Nós aqui não sabíamos bem dessa discussão. Viemos a saber com mais clareza depois que os exilados chegaram. Até aí, se sabia que havia crise lá fora, séria, mas não sabíamos por que, qual era a causa. Depois que fomos saber”⁷⁹.

⁷⁷ “Nota Política de setembro de 1979”, Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP. In: NOGUEIRA, Marco Aurélio et. al. (orgs.). *O PCB em São Paulo: documentos (1974-1981)*. São Paulo: LECH, 1981, pág. 39.

⁷⁸ Id. O caráter dúbio da Anistia derivava do fato dela ser fruto da correlação de forças entre um movimento popular crescente pela anistia e um governo interessado em dar um passo adiante na institucionalização da vida do país sem no entanto “cortar em sua própria carne” (ou seja, buscando evitar julgamentos e prisões de elementos ligados ao regime). Nota-se que havia (não sem razões) uma insegurança em relação ao genuíno interesse do regime em de fato fazer uma “abertura”, bem como em relação aos rumos da “redemocratização” brasileira. Tal sentimento condicionaria fortemente a atuação dos comunistas do PCB nos anos seguintes.

⁷⁹ Geraldo Rodrigues dos Santos, depoimento cedido ao autor em 17 e 24 de setembro de 2003, no Rio de Janeiro (RJ).

Um partido ainda em princípios de reorganização se viu obrigado a superar mais uma profunda divergência, ao mesmo tempo em que encontrou condições adversas para sua atuação. Antes de analisar tais condições, bem como as divisões pecebistas, vejamos mais detidamente como o PCB lidou com o processo de Abertura.

A Abertura segundo o PCB (e suas divergências com outras correntes de esquerda)

Praticamente desde o princípio da ditadura, o PCB se definiu pelo enfrentamento pacífico àquele regime, adotando “a tática da ‘Frente Democrática’”. Os pecebistas deveriam se aliar a todos os que se opunham à ditadura. O partido defendia que a derrubada do regime deveria se dar através de soluções politicamente negociadas.”⁸⁰ A gênese dessa política foi assim descrita por um depoente:

O partido convocou um congresso para reafirmar a nossa linha política, em cima de cisões, de quedas, o pessoal saindo para o exílio... Então a gente tentou organizar o [VI] congresso que foi realizado em 67 e que referendou toda a nossa política de frente democrática, da questão já da Anistia, da Constituinte, nos documentos de 67 já está explicitada toda essa política de abertura política, de se trabalhar através da sociedade, para “derrotar” politicamente a ditadura, e não para “derrubar” a ditadura (era um conceito diferente). A “derrubada” significa a luta armada, e a “derrota” significava para nós o envolvimento da sociedade, dos movimentos políticos, da população no sentido de isolar a ditadura e dar uma saída até negociada, como na realidade aconteceu.⁸¹

Tal política de um modo geral se manteve ao longo de toda a ditadura, porém seu percurso não foi tão linear quanto depoimentos colhidos nos dias de hoje podem sugerir⁸². Sabe-se que essa linha política foi aprovada com grandes dificuldades em 1967 (às custas de uma grande perda de contingentes na agremiação) e que permaneceu sendo questionada por alguns, até ser abertamente atacada por Prestes e seu grupo já no exílio – e ruidosamente no retorno ao Brasil. O depoimento a seguir aponta para a permanência de uma visão crítica à “via pacífica” ao longo de todo o período: “Eu sempre achei que seria guerrilheira, sempre

⁸⁰ PANDOLFI, Dulce. Op. cit., págs. 206-207.

⁸¹ Gilvan Cavalcanti Melo, op. cit.

⁸² Em quase todos os depoimentos essa linha política surge como algo intocado ao longo de toda a ditadura, sendo inclusive um dos principais motivos de orgulho e identificação entre a atuação dos depoentes nos dias de hoje (a maioria no PPS) e naquele período.

achei. Mas nunca fui. (...) como o PCB jamais optou pela luta armada, eu jamais saí, então evidentemente isso pra mim... Mas por outro lado, eu me impus (o que não é tão fácil) uma disciplina partidária, é também assim: num tipo de divergência, ou você é absolutamente disciplinado ou também não sobrevive.”⁸³

Com a pluralidade de posições no partido, sua linha política oficial se manteve intocada em sua essência, mas sofreu certas inflexões ao longo do tempo. Para Werneck Vianna, por exemplo, a “Resolução” elaborada pelo CC do PCB em 1973, que caracterizou o regime como “fascista” por motivos políticos (uma novidade nas análises pecebistas, em geral economicistas), assumindo que havia um tipo de “nacionalismo burguês antipopular e associado ao nacionalismo”⁸⁴, teria favorecido uma melhor compreensão da questão democrática em detrimento da nacional. Já a “Resolução” de 1975 seria praticamente um rompimento com o VI Congresso, na medida em que caracterizava o regime como expressão dos monopólios internacionais, devendo ser *derrubado* por uma “frente patriótica e nacionalista”. Nesse documento (uma possível reação à violência contra o partido e fortalecimento de posições “prestistas”), a luta pela democracia seria somente um meio para a criação das condições para a derrota dos monopólios nacionais e estrangeiros. Finalmente, seriam as declarações de 1977 e 1978 que apresentariam a formulação definitiva da idéia de “frente democrática” para “derrotar” a ditadura. “Deslocado o orientalismo de uma revolução nacional-libertadora, subordina-se o nacional à democracia.”⁸⁵

As concepções divergentes no partido acerca da questão democrática e da Abertura se radicalizavam. Prestes e seu grupo (os principais combatentes da linha majoritária), como os diferentes tons nos documentos oficiais do partido sugerem, travavam acirrada e equilibrada luta pelo controle da direção exilada. Theodoro de Mello, um dos principais dirigentes no período, comenta aquelas divergências:

a gente já começou a procurar elaborar uma linha política mais abrangente, que não se restringisse àquele negócio da luta contra a ditadura, porque a gente já tinha perspectiva de que aquilo já estava em vias de ser vencido. Então ele [Prestes] começou a insistir na tese que levantava (...): o fascismo na forma de ditaduras militares ia se alastrar por toda a América

⁸³ Zuleide Faria de Melo, depoimento cedido ao autor em 21 de abril de 2004, no Rio de Janeiro (RJ).

⁸⁴ Cf. VIANNA, Luiz Werneck. *Questão nacional e democracia: o Ocidente incompleto do PCB*, op. cit., pág. 37.

⁸⁵ *Ibid.*, pág. 41.

Latina, essa era a estratégia do capitalismo mundial. (...) A gente não tinha essa visão, a visão que a gente tinha era da ditadura perdendo terreno, já tinha entrado o Geisel, ele já falava em abertura⁸⁶.

Na volta do exílio, a luta se tornaria pública com o afastamento de Prestes da direção e mais tarde do partido. De sua concepção extremada daquela fase do capitalismo mundial e da ditadura brasileira, derivaria a opção por uma forma mais radicalizada de enfrentamento à ditadura militar-tecnocrática: “o secretário geral não concordava com a proposta de uma transição negociada para a saída do regime ditatorial. Também não concordava com a importância atribuída à burguesia na revolução brasileira. Ao invés de uma ‘frente democrática para derrubar o regime, propunha uma ‘frente de esquerda’.”⁸⁷

Outro foco de críticas à linha majoritária da agremiação se formou a partir dos “renovadores”. Para Carone, suas posições teriam muitos pontos em comum com a “oficial”, apenas levando a consequências mais radicais alguns de seus valores. Por exemplo, com a idéia do aprofundamento da democracia como “caminho para o socialismo”, enquanto para a maioria do CC a democracia era “condição” para a luta pelo socialismo⁸⁸. Talvez Carone tenha tido essa impressão devido ao momento em que escreveu (1982). Ali, as divergências entre aquele grupo e a maioria da direção ainda não haviam aflorado em toda sua dimensão. Porém, a polêmica entre eles logo tomou outros contornos, culminando numa nova dissidência. Os “renovadores” em linhas gerais criticavam

a concepção instrumental da democracia e condenavam a orientação dominante no PCB de perceber a Frente Democrática adotada no pós-64 apenas como uma forma tática de luta contra a ditadura. Discordavam da visão “etapista” do processo revolucionário e consideravam equivocada a proposta de revolução nacional-democrática, por pressupor uma subordinação da questão democrática à questão nacional.⁸⁹

Malgrado todo o combate à linha partidária, ela se manteve praticamente a mesma nos primeiros anos da década de 1980. O núcleo dirigente buscou sua legitimação

⁸⁶ Severino Theodoro de Mello, depoimento cedido ao autor em 27 de agosto de 2003, no Rio de Janeiro (RJ).

⁸⁷ PANDOLFI, Dulce. Op. cit., pág. 219.

⁸⁸ Cf. CARONE, Edgard. Op. cit.

⁸⁹ Ibid., pág. 212. A falta de um processo congressual ao longo daqueles anos levou a uma centralização ainda maior das decisões do partido em torno de sua direção – daí a importância dos documentos oficiais analisados anteriormente. Por esses documentos (combinados com escritos e declarações dos setores minoritários do

assumindo uma posição “centrista” em relação às diferentes posições em disputa. Na prática, o partido seguiu uma trajetória marcada por certa dubiedade, buscando equilibrar-se entre o necessário enfrentamento com o regime e o sempre presente temor de um retrocesso. A luta pela legalização do partido, que progressivamente assumiu papel central entre as preocupações pecebistas, exerceu importante papel: a crença na possibilidade de legalização ainda durante o Governo Figueiredo algumas vezes serviu de freio à atuação do partido. Evitava-se em geral o enfrentamento aberto e a radicalização do discurso – o que, somado ao já citado temor de um retrocesso ditatorial, fez com que a atuação pecebista de um modo geral parecesse, a diversos setores, mais do que nunca excessivamente “reformista”.

No auge da luta interna, o documento produzido pelo Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas (CNDC – como se autodenominava naquele momento a direção do partido), *Teses para um debate nacional de comunistas pela legalidade do PCB* (1981), serviu de tese ao Encontro Nacional pela Legalidade do PCB – na verdade, o VII Congresso⁹⁰, uma maneira de realizá-lo legalmente enquanto o partido ainda era ilegal⁹¹. Nesse documento, o partido aponta a superação da ditadura como meta principal naquele momento, que deveria ser conquistada através de uma ampla unidade (entre as camadas médias urbanas, estudantes, intelectuais, artesãos e pequenos comerciantes, aliados à classe operária), defende a ampliação das liberdades, a legalidade de todos os partidos e a convocação de uma Assembléia Constituinte. Silencia acerca dos objetivos maiores do PCB – a revolução brasileira, o socialismo, o que denota, provavelmente, denota o grau de divisão do partido naquele momento e a impossibilidade do setor majoritário da direção em apresentar propostas que fossem além de um programa básico aceito pela maioria.

partido) se pode acompanhar a política do partido ao longo de todo o período, bem como possíveis mobilizações para modificá-la.

⁹⁰ Um processo congressual num partido “leninista” funciona da seguinte forma: a direção do partido publica um corpo de teses, acerca da conjuntura internacional e nacional, do movimento comunista, do partido, e tudo mais que possa interessar, para servir de base às discussões congressuais. Estas vão se dar em todos os níveis, de baixo para cima – núcleos, municípios, estados, sempre com base nas teses originais, emendando-as ou mesmo negando-as –, e também através de um órgão da imprensa partidária. O processo de debates culmina no Congresso Nacional do partido, no qual é aprovado o programa que vai nortear as atividades partidárias até o Congresso seguinte. Tal programa geralmente é um aperfeiçoamento do corpo de teses original.

⁹¹ Tática que não daria certo, já que a polícia invadiria a abertura do Encontro em 1982, fazendo com que o VII Congresso se realizasse de uma forma mais lenta e cuidadosa, concluindo-se em 1984.

Ao focar a compreensão dos pecebistas acerca da ditadura e da Abertura, faz-se necessário observar suas divergências com as posições defendidas por outros grupos de esquerda. A “esquerda revolucionária” dos anos 1960 desenvolveu sua identidade exatamente em negação ao PCB (tido como “reformista”). Dois pontos principais a diferenciavam naquele momento da esquerda “tradicional”: a opção pela luta armada e a crítica da concepção da revolução por etapas. Nos anos 1970, principalmente a partir de 1974, a derrota e o desmantelamento dessas organizações obrigou seus remanescentes a rever suas opções e buscar uma inflexão política, em direção ao enfrentamento *possível* com o regime – a atuação de massas, pacífica (utilizou-se à exaustão a categoria de “resistência”). Nesse momento, se a opção armada não podia mais servir de diferencial para a formação da identidade da “esquerda revolucionária” em detrimento da “tradicional” (PCB e PC do B⁹²), a concepção “etapista” do processo revolucionário permaneceu no centro das discussões. Organizações como a Ação Popular Marxista Leninista (APML) e a Convergência Socialista (CS), entre muitas outras, seguiram defendendo que o país já estaria pronto (devido ao avanço do capitalismo brasileiro) para a passagem direta ao socialismo. Mas segundo a historiadora Maria Paula Araujo, essa diferenciação estratégica dividiu seu espaço com um outro tipo de diferenciação, tática, que assumiu um papel de destaque naquele momento e produziu uma nova clivagem: de um lado, as organizações engajadas na luta pelas liberdades democráticas – além do PCB e do PC do B, a APML, a CS, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), entre outras; e, de outro, os “militantes e organizações que consideravam essa proposta uma reedição do reformismo do comunismo tradicional brasileiro”⁹³, como a Política Operária (PO) e o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP). Portanto, no período analisado o abismo entre a maioria das organizações “revolucionárias” remanescentes e o PCB não era tão profundo. Em relação à questão candente naquele momento (a superação da ditadura), houve uma convergência de interesses⁹⁴. Mas logicamente as organizações oriundas da “esquerda revolucionária” se esforçaram em demarcar suas diferenças em relação aos partidos comunistas:

⁹² Que acabaria realizando tardiamente sua “guerra popular” – na verdade nunca passou de um “foco” guerrilheiro na região do Rio Araguaia, nos primeiros anos da década de 1970.

⁹³ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada*. Op. cit., pág. 124.

⁹⁴ Traduzida no que ficou conhecido como o Bloco das Liberdades Democráticas.

Argumentava-se que a luta democrática, numa concepção reformista (como a do PCB), tinha uma dimensão *estratégica* – o que se pretendia atingir era a etapa democrático-burguesa. Seria, portanto, uma luta travada com a condução, o direcionamento e o interesse da burguesia. A concepção da esquerda revolucionária, no entanto, seria *tática*. Ou seja, a luta democrática era a luta política possível e necessária para a derrubada da ditadura militar mas devia abrir espaço para a verdadeira revolução socialista, elevando o nível de conscientização e de organização dos trabalhadores.⁹⁵

O PC do B (surgido de uma cisão do PCB em 1962), apesar de muitas vezes ter sido associado nesse momento à política do PCB, guardava em relação a este partido diversas divergências. Em 1975, com a derrota da Guerrilha do Araguaia e as modificações na conjuntura brasileira, o partido iniciou de fato uma inflexão, que o aproximou em alguns pontos do PCB. Mas no final da década de 1970 e princípio dos anos 1980, muitos fatores ainda separavam as duas agremiações. O *Manifesto à Nação* (1979), além de apresentar uma retórica radical como nenhum documento do PCB naquele período, afirmava que

Na realidade, quase nada mudou. O AI-5, formalmente suprimido, tem agora outra denominação: salvaguardas do Estado – que se exprimem no “estado de emergência” e nas “medidas de emergência”, além do “estado de sítio”. A lei de segurança ganhou nova formulação, tão draconiana quanto a anterior. Ampliou-se ainda mais a lei antigreve. A Constituição permaneceu a mesma – piorada – da lavra de uma Junta Militar⁹⁶.

Defendia categoricamente a *derrubada* da ditadura (objetivo tático do partido) e se posicionava contra qualquer “acordo de bastidores” para sua superação. Clamava por uma Assembléia Constituinte como o PCB, mas especificava que ela somente poderia ser convocada por um governo provisório que representasse as forças democráticas. Finalmente, apresentava com clareza seu objetivo estratégico:

uma revolução nacional, democrática e popular tendo como base a aliança das duas principais forças da nação brasileira – o proletariado e o campesinato – unidas às correntes democráticas e progressistas. É utópico ou engano consciente afirmar ser possível, sob o domínio do imperialismo, do latifúndio, dos grupos monopolistas da burguesia, das Forças Armadas retrógradas e antipopulares, conseguir as mudanças indispensáveis por meio de mera pressão de massas, de entendimentos de cúpula, gradualmente, eleitoralmente.⁹⁷

⁹⁵ Ibid., pág. 126.

⁹⁶ Comitê Central do PC do B. *Manifesto à Nação*, 1979. Documento reproduzido a partir do sítio “www.pcdob.org.br” em 14/07/2004. O PCB, apesar de relativizar a Abertura e temer retrocessos, já reconhecia que o país vivia um outro momento.

⁹⁷ Id.

Essa linha não sofreu maiores modificações no VI Congresso do PC do B (1983). Entretanto, nele o partido definiu mais claramente a possibilidade da superação do regime pela formação de um governo democrático e popular, de bases sociais amplas. Estava aberto o caminho para a participação “tática” na Aliança Democrática e o apoio “crítico” ao princípio do governo de José Sarney – aproximando-se um pouco mais, na prática, das posições pecebistas.

Malgrado o importante papel das organizações de esquerda discutidas até aqui (em especial como aglutinadores da luta contra a ditadura e como catalisadores de uma produção intelectual alternativa à pecebista), nenhuma delas conseguiu disputar a hegemonia das esquerdas e dos movimentos sociais com o PCB em igualdade de condições. Esse partido, ao longo dos anos 1970 (mesmo com diversas dificuldades orgânicas), permaneceu como o principal referencial de esquerda no país. Mas essa situação em breve se modificou radicalmente: em 1978, surgiu pela primeira vez a proposta de formação do PT (sua organização se iniciou em 1979, sendo fundado oficialmente em 10 de fevereiro de 1980). Este logo se tornou a agremiação hegemônica no campo das esquerdas, colocando em segundo plano as organizações referidas anteriormente (algumas delas iriam inclusive aderir ao novo partido) e o próprio PCB – que progressivamente perderia o papel de referencial principal para a definição da identidade de esquerda no país.

Fruto de um original encontro entre o “novo sindicalismo”, setores progressistas da Igreja Católica (integrantes das comunidades eclesiais de base – CEB’s), grupos oriundos da “esquerda revolucionária” e dos movimentos sociais, o PT adquiriu desde o princípio um caráter frentista e uma forma peculiar de compreender sua própria origem e destinação: “um partido que nasce da consciência que os trabalhadores conquistaram após muitas décadas de servirem de massa de manobra dos políticos da burguesia e de terem ouvido cantilenas de pretensos partidos de vanguarda da classe operária.”⁹⁸ Um partido que se via como original, o primeiro oriundo da classe operária, portanto afeito a interferências externas e alianças, que pretendia desenvolver sua *teoria* e encontrar seu caminho “no dia-a-dia”, na medida das necessidades práticas⁹⁹. Segundo o cientista político Luiz Sérgio

⁹⁸ “Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores”. In: *Partido dos Trabalhadores – resoluções de encontros e congressos (1979-1998)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, pág. 107.

⁹⁹ Mário Pedrosa, em discurso proferido por ocasião da fundação do partido, afirmaria que o PT “é único de estruturas, é único de tendências, é único de finalidade. (...) Partido de massa não tem vanguarda, não tem

Henriques, um partido que “nasceu em polêmica com a idéia de frente, aferrada, muitas vezes rigidamente, à idéia de cisão, de autonomia dos ‘trabalhadores, (...) [com] uma autopercepção messiânica, salvacionista, refundadora de tudo, vingadora intransigente de quinhentos anos de desmandos dos poderosos e misérias dos dominados.”¹⁰⁰

Dos fatores apontados até aqui (e muito especialmente do caráter frentista do partido) derivou uma evidente dificuldade do PT em formular com maior clareza seus objetivos táticos e estratégicos. Os primeiros documentos petistas muitas vezes definiram de forma vaga o caminho proposto pelo partido para a superação da ditadura. Em sua *Carta de Princípios* (1979), caracterizou a Abertura como contraditória e fruto do interesse de se “promover uma conciliação com os *de cima*, incluindo a cúpula do MDB, para impedir a expressão política dos *de baixo*, as massas trabalhadoras do campo e da cidade.”¹⁰¹ E fez importante ressalva:

Se o regime autoritário for substituído por uma democracia formal e parlamentar, fruto de um acordo entre elites dominantes que exclua a participação organizada do povo (como se deu entre 1945 e 1964), tal regime nascerá débil e descomprometido com a resolução dos problemas que afligem o nosso povo e de pronto será derrubado e substituído por novas formas autoritárias de dominação – tão comuns na história brasileira.¹⁰²

Por fim, declarava um tanto indefinidamente sua intenção de “apoderar-se do poder político e implantar o governo dos trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vistas a uma primordial democracia direta.”¹⁰³ O II Encontro Nacional do PT (1982) apontou vagamente o caminho defendido pelo partido para a superação da ditadura: “queremos substituir todo o regime de opressão e garantir liberdades reais para o povo brasileiro. Para isso, temos consciência de que é preciso avançar na construção, pela base, de entidades representativas que fortaleçam e unifiquem as lutas populares contra a Ditadura Militar.”¹⁰⁴ E afirmava: “Lutamos para que os trabalhadores derrubem a Ditadura Militar e coloquem por terra não só suas leis e sua falsa

teorias, não tem livro sagrado. Ele é o que é, guia-se por sua prática, acerta por seu instinto. Quando erra, não tem dogmas e pela autocrítica refaz seus erros.” (Ibid., contracapa).

¹⁰⁰ HENRIQUES, Luiz Sérgio. “Uma pedagogia interrompida”. In: *Política Democrática*, n.º 8, maio de 2004, pág. 24.

¹⁰¹ Ibid., pág. 51.

¹⁰² Ibid., pág. 53.

¹⁰³ Id.

¹⁰⁴ “Plataforma eleitoral nacional – trabalho, terra e liberdade”, *ibid.*, pág. 120.

justiça, mas também a base econômica que a sustenta”¹⁰⁵, frisando que “só é oposicionista a política que expresse o interesse dos trabalhadores, em torno dos quais devem-se unir todos os setores que lutam para pôr fim à ditadura.”¹⁰⁶ Dificultava a formação de uma frente democrática ampla, ao impor a condição da centralidade operária a qualquer aliança que se formasse contra o regime – indo contra a formulação do PCB, pela qual o fundamental era pôr fim à ditadura (ficando em segundo plano o caráter que a transição assumiria).

Na verdade, faz-se necessário dar maior atenção à gênese desse partido. Seria impossível compreender a trajetória pecebista nesse momento sem analisar mais detidamente sua relação (pontuada por diversas dificuldades e incompreensões) com o PT e o “novo sindicalismo” do qual ele se originou. Portanto, as próximas páginas serão dedicadas a uma análise mais detalhada desse tema.

Novos atores em cena: ainda há espaço para o PCB?

O partido auto-referido como *vanguarda da classe operária*, que tinha (ao menos oficialmente) o mundo do trabalho como centro de sua política, enfrentou grandes dificuldades para se fazer ouvir pelo renascente movimento sindical do final dos anos 1970. Ao contrário de outros momentos de ascenso do movimento dos trabalhadores, dessa vez o PCB e a maioria de seus supostos representados pareciam falar línguas diferentes. A nova geração progressista do sindicalismo, gestada ao longo de um dos mais profundos refluxos do movimento sindical, ficaria conhecida como “novo sindicalismo”, “supostamente caracterizado por práticas que indicariam sua novidade na recente história sindical brasileira”¹⁰⁷, tais como:

origem e centro no setor moderno da economia, autonomia diante dos partidos e do Estado, organização voltada à base e ímpeto reivindicativo direcionado para o interesse dos trabalhadores. Mais do que representar uma etapa do processo organizativo e de luta dos trabalhadores em nosso país, este sindicalismo seria uma ruptura com as práticas

¹⁰⁵ Ibid., pág. 125.

¹⁰⁶ “Carta eleitoral do Partido dos Trabalhadores, *ibid.*, pág. 131.

¹⁰⁷ SANTANA, Marco Aurélio. “Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990”. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Op. cit.*, pág. 289.

estabelecidas no passado. Não um passado genérico, mas principalmente aquele do período 1945-1964.¹⁰⁸

Um passado, aliás, simbolizado para muitos exatamente pelo PCB. Os participantes daquele movimento concebiam o que faziam como novidade na sociedade brasileira a ponto de negarem o passado do movimento operário: “Começando a sacudir o pesado jugo a que sempre estiveram submetidos, os trabalhadores de nosso país deram início, em 12 de maio do ano passado [1978] (greve da Scania), à sua luta emancipadora.”¹⁰⁹

Apesar de alguns acenos iniciais dos sindicalistas pecebistas em direção a esses novos atores, os dois setores acabaram seguindo para campos diferentes. Configuraram-se

dois blocos ao longo do processo. De um lado, os chamados sindicalistas “autênticos”, reunidos em torno dos sindicalistas metalúrgicos do ABC, agregando sindicalistas de diversas categorias e partes do país, os quais, com os grupos integrantes das chamadas *Oposições Sindicais*¹¹⁰, compunham o autodenominado bloco “combativo”. (...) De outro, a *Unidade Sindical*, que agrupava lideranças tradicionais no interior do movimento sindical (muitas delas vinculadas ao setor conservador do sindicalismo, denominado “pelego”¹¹¹), e os militantes de setores da esquerda dita “tradicional”, tais como o PCB, o PC do B e o MR-8. Estes dois blocos seriam as bases de sustentação dos organismos intersindicais de cúpula que seriam criados ao longo do processo¹¹².

O primeiro bloco acabaria levando adiante a idéia de formação da CUT, concretizada em 1983; o segundo, julgando que ainda era cedo para a formação da almejada central única intersindical, a princípio manteria organizada a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), acenando ainda com a possibilidade de unificação dos dois setores, para somente em 1986 fundar a Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

Os dois blocos se afastavam em boa parte pela maneira como concebiam o combate à ditadura e a transição democrática. Os “combativos” defendiam a organização dos trabalhadores e a defesa de suas demandas como o *centro* da luta pela superação da ditadura (basicamente as posições petistas). Já a *Unidade Sindical* buscava

¹⁰⁸ Ibid., nota 9, pág. 309.

¹⁰⁹ “Carta de princípios”, Comissão Nacional Provisória, Movimento Pró-PT. In: Partido dos Trabalhadores. Op. cit., pág. 49.

¹¹⁰ Organizadas por militantes (em geral oriundos da “esquerda revolucionária” e dos setores progressistas da Igreja Católica) contrários à estrutura sindical oficial. Atuavam basicamente a partir das comissões de fábrica.

¹¹¹ Sindicalistas que dominaram o movimento sindical em seus anos de refluxo. Vale lembrar que a maioria dos militantes do “novo sindicalismo” iniciou suas carreiras em direções sindicais comandadas por essas lideranças.

evitar enfrentamentos diretos com o regime, conquistar o apoio de amplos setores da sociedade, trabalhando firmemente no sentido de enfraquecer o regime militar e garantir a continuidade do processo de transição, ainda que isto pudesse significar uma certa redução do ímpeto dos movimentos reivindicativos dos trabalhadores [basicamente as posições pecebistas traduzidas no lema “lutar para negociar, negociar para mudar”] (...) o bloco *combativo* considerava a estratégia da *Unidade Sindical* como *negocista, conciliadora e reformista*. A *Unidade Sindical*, por sua vez, avaliava a estratégia do outro setor como sendo *esquerdista e desestabilizadora*.¹¹³

O PCB inicialmente prestou seu apoio ao nascente movimento, tentando valorizar os pontos de contato entre as suas propostas e as dos novos setores – buscando, naturalmente, formas de inserção naquele movimento (tarefa difícil). Em 1979, foi publicada pelo *Voz Operária* uma entrevista com Hércules Corrêa e Luís Tenório de Lima (dois dos principais líderes sindicais no pré-1964, naquele momento exilados), voltada para a análise do movimento grevista deflagrado naquele ano. Em geral, os dois se mostravam extremamente simpáticos ao movimento e à forma como ele foi encaminhado. Corrêa afirmava ser fundamental reconhecer que “há um avanço de consciência na classe operária e na população brasileira, porque senão nós vamos errar. Aí, sim, podemos ficar feito bombeiros da luta de classes.”¹¹⁴ Mas salientava que “isto não pode ser interpretado como o ambiente propício para a ‘tomada do Palácio de Inverno’. Não é.”¹¹⁵ Um documento do PCB/SP, por ocasião das greves de 1979, seguiu o mesmo padrão. Apoiou em linhas gerais os grevistas, apontando entretanto alguns erros no encaminhamento do movimento. Suas

lideranças não se preparam, política e psicologicamente, para enfrentar as medidas do regime, particularmente a intervenção nos sindicatos. (...) As ilusões quanto ao caráter do regime ditatorial – cuja essência não mudou – levaram à subestimação da importância de se prevenir para a possibilidade da intervenção, e a não se debater suficientemente com os trabalhadores as várias possibilidades de desdobramento da greve. (...) As dificuldades que os combativos líderes metalúrgicos do ABC tiveram para compreender a situação e enfrentar as negociações são fruto de 15 anos de repressão ao movimento operário e sindical, que dificultaram o aprendizado das novas gerações de líderes.¹¹⁶

¹¹² Ibid., pág. 290.

¹¹³ Ibid., pág. 291.

¹¹⁴ *Voz Operária*, n.º 157, abril de 1979, pág. 6.

¹¹⁵ Id.

¹¹⁶ “O PCB e a greve dos metalúrgicos do ABC (março de 1979)”, Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP. In: NOGUEIRA, Marco Aurélio et. al. (orgs.). Op. cit., pág. 70.

No movimento grevista de 1980 (num contexto de radicalização da repressão aos grevistas e fundação do PT), os pecebistas mais uma vez apoiaram os trabalhadores, mas não sem criticar as principais lideranças do movimento:

Consumada a iniciativa repressiva do regime, entenderam os comunistas que a greve deveria ser mantida, pelo menos durante algum tempo, pois, se por um lado reconheciam a derrota do movimento nos termos das reivindicações anteriormente levantadas, tratava-se de resistir ao arbítrio do regime e reorientar os esforços no sentido da libertação dos líderes presos, da retomada dos sindicatos e da reabertura do diálogo com os patrões. (...) Infelizmente esta compreensão não foi partilhada por destacadas lideranças do movimento grevista, terminando por prevalecer uma orientação heróica, porém desesperada, de “greve até o último homem”, que acabou por levar o movimento à exaustão¹¹⁷.

O tom de superioridade que se pode notar nesses documentos e declarações dá a entender que muitos pecebistas julgavam a retomada do movimento sindical, apesar de positiva, carente de uma maior conscientização de seus atores e integração à luta geral pela democracia – impressão derivada em boa parte do fato dos próprios comunistas do PCB estarem praticamente alheios ao movimento. O afastamento entre pecebistas e “combativos” só tenderia a aumentar, consolidando-se (ao menos momentaneamente) na formação das duas centrais sindicais – quando o PCB, por razões táticas, escolheria permanecer atrelado a setores conservadores do movimento sindical. É provável que tal escolha tenha sido (senão a única plausível naquele momento) pelo menos a mais “fácil”. Aos pecebistas, pareceu mais seguro disputar com os setores conservadores, e fazer valer suas posições, *hegemonizando* a CGT. A alternativa seria conviver com os setores mais “combativos”, que controlavam a CUT e possuíam, em relação ao PCB, a vantagem de um discurso igualmente progressista, mas calcado numa inserção já consolidada nos setores sindicais sobre os quais a CUT tinha ascendência. Outro fator importante diz respeito ao tipo de inserção sindical do PCB. É razoável supor que o PCB fincava raízes nos setores mais tradicionais do movimento sindical¹¹⁸, enquanto o “novo sindicalismo” decididamente guardava relação com os setores de ponta do capitalismo, consolidados (e em parte gestados) nos anos do regime militar-tecnocrático. O PCB não soube de maneira geral

¹¹⁷ “Os comunistas do ABC e a greve (maio de 1980)”, Comitê de Zona do ABC do PCB/SP, *ibid.*, pág. 96.

¹¹⁸ Sem contar que quase todos os seus principais líderes eram oriundos do sindicalismo pré-1964, o que mostra a dificuldade e demora de renovação das lideranças partidárias – além da fraca inserção do partido no “novo sindicalismo”. Uma parte das bases pecebistas, relacionada com os setores modernos da produção, teria enormes dificuldades em se fazer ouvir pela direção partidária.

sensibilizar tais setores, que marcharam em peso para a formação da CUT, enquanto aos pecebistas não restaram muitas opções além de buscar preservar as bases que ainda mantinham sob sua ascendência. De qualquer forma, a ilusão da possibilidade de hegemonia (ou mera sobrevivência) pecebista na CGT levou o partido a atuar por vários anos numa central sindical dividida e progressivamente enfraquecida – que terminaria dividida em três, enquanto a CUT (hegemonizada pelo PT) atravessou a década de 1980 em constante crescimento¹¹⁹. Seriam anos difíceis para o PCB:

Se no passado, apesar de suas propostas de unidade, o partido sempre se pautou pelo embate e disputa de posições com os “pelegos”, neste novo quadro, experimentando agora a existência de um grupo que lhe pressionava à esquerda, um grupo nada desprezível ou distante das bases, o PCB lançava-se a uma posição de maior identidade com os setores conservadores. Podemos dizer que ela garantirá a derrota do partido em termos de hegemonia e representatividade no interior do movimento sindical, e em termos de representação dos interesses dos trabalhadores no plano político mais geral.¹²⁰

Assim como encontrou dificuldades para lidar com o sindicalismo ligado aos setores de ponta do capitalismo brasileiro, o PCB desenvolveu uma relação difícil com o partido associado àqueles setores – o PT. Quando iniciou-se o movimento pela fundação do partido, em 1979, os pecebistas (favoráveis à manutenção da unidade oposicionista em torno do MDB) reagiram pelas páginas do *Voz Operária*:

Não reivindicamos o monopólio da representação dos trabalhadores, embora lutemos legitimamente pela hegemonia no movimento operário (condição da futura hegemonia deste na sociedade). Mas, em nome dos interesses mesmos dos trabalhadores, que sempre soubemos defender, fazemos três perguntas: 1) é justo confundir as atividades do movimento sindical com as de um partido político, seja ele qual for? 2) A reação, os patrões, não têm um grande interesse na divisão política dos trabalhadores? 3) Não há risco de que uma certa confusão se estabeleça e de que forças e personalidades que atuam na esfera política manipulem em proveito próprio as melhores intenções de muitos desses companheiros?¹²¹

¹¹⁹ A respeito do tema, cf. SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos*, op. cit.

¹²⁰ *Ibid.*, pág. 212. Deve-se recordar que havia militantes do PCB mais próximos do “novo sindicalismo” e simpáticos à CUT, que tiveram que acatar a decisão da maioria e continuar atuando na Conclat e mais tarde na CGT. De certo modo, havia uma falta de sintonia entre a experiência da maioria da direção pecebista no exílio e a da maioria das bases no Brasil. Isso de alguma forma se refletiria também nesse processo, no qual setores do partido se identificavam com as posições e lideranças do renascente movimento sindical. É razoável supor, portanto, que houvessem variadas opiniões no interior do PCB acerca do “novo sindicalismo” e do PT.

¹²¹ “Um novo partido dos trabalhadores?”, *Voz Operária*, n.º 155, fevereiro de 1979, pág. 5.

Quando a fundação de “um partido de trabalhadores a mais” se tornou fato consumado, novas vozes, um tanto mais tolerantes, se levantaram para saudar a iniciativa, desta vez nas páginas do novo órgão do partido, o *Voz da Unidade*. Compreendia-se a fundação do PT como

um fenômeno profundamente positivo e, como tal, deve ser saudado por todos os democratas, independentemente de filiação ideológica ou política. (...) De nossa parte, esperamos que o PT se transforme nesse grande partido democrático de massas (...) situado no espectro ideológico à direita do Partido Comunista, uma vez que não coloca explícita e abertamente a questão do socialismo.¹²²

Cerca de um ano depois, no editorial “Nova saudação ao PT” (26 de junho de 1981), o novo partido é visto de maneira mais positiva. Elogia-se o partido por ter organizado e inserido na vida política setores populares antes marginalizados. Afirma que o PT se definia cada vez mais como de esquerda e socialista, e por tudo isso era o aliado preferencial do PCB. Critica, no entanto, a política que para eles o PT promovia de “desrespeito à autonomia dos movimentos sociais, de divisão e partidarização do movimento sindical.”¹²³ Mais tarde, foi anunciada uma tentativa de aproximação entre os dois partidos: um encontro realizado entre a Executiva Nacional do PT e representantes da direção pecebista, em junho de 1983 – no que seria o primeiro encontro oficial de um órgão de direção do PCB com a direção de outra agremiação. A reunião discutiu um programa de atuação conjunta entre os dois partidos, e aventou-se a possibilidade de uma aproximação eleitoral. Nada disso seguiu adiante. É possível que a opção tática do PT (também derivada de certa posição de auto-suficiência), avesso a alianças, tenha pesado nesse momento, mas a matéria dá outra pista interessante, ao citar a declaração do dirigente pecebista Theodoro Mello: “não vemos no momento condições favoráveis para a unidade e o fortalecimento da classe operária para se criar agora e já a CUT.”¹²⁴ Logo depois a CUT seria fundada, à revelia do PCB, com apoio integral do PT. A atuação no movimento sindical era fator central naquele momento para ambos os partidos. As desavenças entre PCB e PT eram ainda muito maiores que seus possíveis pontos de contato – a ponto dos petistas merecerem pesadas críticas na declaração final do VII Congresso do PCB (concluído em janeiro de 1984):

¹²² “Saudando o PT”, *Voz da Unidade*, n.º 10 (05/06/1980), pág. 1.

¹²³ “Nova saudação ao PT”, *Voz da Unidade*, n.º 62 (26/06/1981), pág. 1.

¹²⁴ *Voz da Unidade*, n.º 159 (30/06/1983), pág. 5.

A sua falta de compromisso com a experiência do movimento, a sua falsa idéia de que a história do movimento operário começa com eles, a ausência de uma concepção crítica e madura, os interesses político-partidários com que se envolveram e as correntes que passaram a catalisar na organização política que criaram, o Partido dos Trabalhadores (...), levaram-nos a superestimar sua própria força, a menosprezar o arco de alianças necessárias às lutas da classe operária, ao desenvolvimento de uma proposta política divisionista e a uma inclinação pelo basismo e pelo espontaneísmo. (...) Além de discriminar os comunistas, orientam-se, na maioria dos casos, para a formação de direções [sindicais] petistas, sem espaços para outras correntes e, desprezando o trabalho com direções e camadas sindicais mais atrasadas, jogam no isolamento, o que lhes tem valido derrotas no movimento e em eleições sindicais. Frequentemente transplantam para o movimento sindical o sectarismo, o dogmatismo e a ausência de uma política de ampla aliança contra o regime¹²⁵.

Percebe-se a dificuldade do PCB em lidar com um fenômeno novo na política brasileira: um partido de massas com forte ascendência operária, grande inserção nos movimentos sociais e relacionado aos setores mais pujantes do movimento sindical naquele momento. Ou seja, um partido com grande potencial para ocupar exatamente o espaço que o PCB buscava hegemonizar desde sua fundação. Sem dúvida, um adversário em potencial, que poderia tornar-se um entrave ao projeto pecebista. Assim, os pecebistas nutriram um necessário respeito ao PT, ao mesmo tempo em que o acusaram de “sectarismo” ou “esquerdismo” em alguns momentos e de “socialdemocratismo” em outros. Os pecebistas iam reconhecendo aos poucos o crescimento e consolidação do PT (muitos a princípio apostavam em seu fracasso), ao mesmo tempo em que buscavam se diferenciar dele (declarando-se os verdadeiros representantes dos trabalhadores, por sua “experiência”, “sensatez” política e a defesa aberta do socialismo). Tratava-se de uma maneira de manter a crença em dias melhores, que possivelmente viriam com a legalidade e a disputa em campo aberto. Quando isso ocorresse (acreditava-se), o PCB poderia recuperar seus dias de glória.

Como se sabe, não foi o que se viu. O PT ocuparia definitivamente o papel de partido hegemônico nas esquerdas e no movimento sindical que outrora havia sido do PCB, tornando-se ainda uma real alternativa de poder (algo que o PCB, por contingências da política brasileira e de sua própria essência, nunca pôde ser). Assim, para muitos pecebistas ficou a percepção (correta, mas não exatamente pelos motivos apontados por eles) de que houve uma forte relação entre o surgimento do “novo sindicalismo” e do PT e o “ocaso” do PCB. Vejamos algumas passagens carregadas desta percepção:

¹²⁵ Partido Comunista Brasileiro. *Uma alternativa democrática para a crise brasileira*. São Paulo: Novos Rumos, 1984, págs. 107-108.

o campo nosso foi ocupado por outro. Isso na realidade para mim ficou gritante quando a gente chegou aqui porque eu pensava por exemplo que as nossas figuras sindicais (Hércules, Geraldão, o Lindolpho Silva que era do campo, e outros) fossem recebidas pelo movimento sindical. Não era isso. Já não era mais isso. Esses anos não se passam impunemente. O terreno nessa área estava ocupado, e o que estava nascendo, despertando a curiosidade deles, o interesse, era o PT mesmo.¹²⁶

É muito comum nos depoimentos colhidos a idéia de que houve um movimento consciente por parte do regime em retardar ao máximo a legalização do PCB, enquanto o PT, com a vantagem da legalidade, consolidava suas posições (talvez a principal vantagem petista, na concepção de vários depoentes). Da mesma forma, o “novo sindicalismo” surgiria no espaço deixado pela repressão anterior ao sindicalismo e ao partido:

Quando houve o golpe, o movimento sindical foi o mais atingido no país. Fecharam os sindicatos, prenderam dirigentes sindicais, mataram alguns deles, outros fugiram, outros não querem mais nada, enfim, liquidaram com o partido no movimento sindical. Nesse mesmo processo se formou aí (ou quase no mesmo processo) o chamado PT, que nunca sofreu clandestinidade. Ele entrou mesmo para isso, para fazer uma contrabalança do PCB. E eles estando na legalidade tiveram mais facilidade de conseguir montar um esquema sindical correspondente ao nome que ele tinha (Partido dos Trabalhadores), porque o cidadão prefere trabalhar mais na legalidade do que clandestino. Ele e todos nós. O PT nasce legal, nunca foi clandestino, nunca foi cassada a legenda, nem deputados... Então de maneira que de um lado o golpe segue nos comunistas, do outro lado se libera o PT... Isso facilitou que o movimento sindical se inclinasse mais para lá, do lado do PT, com a ideologia esquerdista que o PT trazia embutido melhorou mais ainda, o laço que eles mantinham com o movimento operário já estava se desenvolvendo.¹²⁷

Faz-se questão de desmistificar a “novidade” do “novo sindicalismo” e a representação dos trabalhadores reivindicada pelo PT:

Se pegar lá atrás no sindicalismo de São Paulo, o Lula entra no movimento sindical via intervenção do sindicato. Essa história do novo movimento sindical foi em função do esvaziamento, do espaço deixado em branco pelos comunistas e trabalhistas na época. (...) O PT não era partido operário, ninguém fala isso! Naquela hora o movimento operário era aquele ali. Mas se o PCB fosse legalizado naquela altura vinha com toda a tradição, com todos os companheiros vindos do exílio que estavam espalhados por aí, a intelectualidade que era do partido... Isso tudo foi absorvido pelo PT. O partido estava legal, a gente não era legal. Não tinha espaço na política.¹²⁸

¹²⁶ Severino Theodoro de Mello, op. cit.

¹²⁷ Geraldo Rodrigues dos Santos, op. cit.

¹²⁸ Gilvan Cavalcanti Melo, op. cit.

A força contida nesses depoimentos está na confirmação da importância atribuída à falta de representatividade dos pecebistas no renascente movimento sindical progressista e ao surgimento de um partido nos moldes do PT para o enfraquecimento do PCB. As explicações aventadas pelos ex-pecebistas nos dias de hoje podem não dar conta de tal fenômeno – ou pelo menos de seus principais fatores, já que algumas observações reproduzidas acima têm sua razão de ser¹²⁹, pelo menos enquanto fatores secundários, que aceleraram e consolidaram aquela tendência. Mas, de qualquer forma, a simples necessidade de formulação dessas explicações (temperadas com variadas doses de ressentimento) aponta o golpe que representou para os pecebistas a ascensão de um movimento de trabalhadores indiferentes ou francamente hostis ao PCB, e de um partido que se autoproclamava *dos* trabalhadores – igualmente indiferente ou mesmo hostil ao partido até então auto-referido como a *vanguarda da classe operária*. Agora, imensos setores do operariado rejeitavam aqueles que pretendiam representá-los. Certamente um duro golpe, sentido até os dias de hoje.

Como foi visto até aqui, o período da Abertura trouxe uma série de dificuldades ao PCB. A repressão imposta pelo regime, sua ilegalidade, o surgimento de setores modernos do sindicalismo (frutos de modificações sociais mais profundas às quais um partido como o PCB teve dificuldades de se adaptar), a criação do PT – tudo isso se somou (e alimentou) às profundas divergências entre os pecebistas, analisadas a seguir.

Em busca da revolução: a cisão de Luiz Carlos Prestes

É difícil definir um marco inicial das divergências entre as posições de Luiz Carlos Prestes e as defendidas pela maioria da direção pecebista. O que se pode afirmar é que na virada da década de 1960 para a de 1970 já haviam certas diferenças, que progrediram e se cristalizaram no período do exílio. O fato é que na volta ao Brasil, no final de 1979, Prestes (e seu grupo, naquele momento já delineado) e o restante da direção já se encontravam

¹²⁹ O PT de fato levou vantagem por ter sido legalizado antes do PCB, bem como a repressão sofrida pelos pecebistas ao longo da ditadura contribuiu para seu afastamento dos setores mais pujantes do sindicalismo, para ficar somente nestes dois exemplos.

inteiramente incompatibilizados. O que se viu a partir daí foram debates e trocas de acusações pela imprensa, seguidas da saída de Prestes e de alguns outros dirigentes (além de um grande número de militantes de base, só então realmente inteirados acerca das disputas ideológicas e de poder na agremiação).

Como tudo começou? Segundo declarações do próprio Prestes, suas divergências com a maioria dos dirigentes do partido já estariam presentes no episódio da decisão do envio de parte do CC para o exílio em 1971 (Prestes seria o primeiro exilado, no mesmo ano), o que para ele “não se tratava de segurança coisa nenhuma, mas de um golpe (...) a direita resolveu me afastar. Percebi a manobra, mas resolvi acatar a decisão do CC. Sempre fui disciplinado.”¹³⁰ No exílio soviético, mais isolado do que nunca do resto do CC que oficialmente comandava, Prestes passou por um processo de radicalização de suas concepções, o que em retrospectiva não parece surpreendente para alguns: “com a concepção de marxismo que ele tinha, a gente sabia que isso ia acontecer mais cedo ou mais tarde, ia acontecer essa guinada dele. Talvez pelo isolamento dele lá... [na URSS] o símbolo que ele representava como liderança mundial, num país socialista”¹³¹.

Com a ida de quase toda a direção para o exílio entre 1975 e 1976, Prestes voltou a ter contatos esporádicos com seus companheiros e então aflorou a violenta luta interna, centrada no embate entre duas concepções distintas acerca do regime ditatorial (e conseqüentemente do caminho para sua superação). “Prestes e um pequeno grupo (composto por sua filha, Anita, e Marli Vianna) sustentavam que o terror fascista que se abatera sobre o País perduraria enquanto os monopólios dominassem a economia brasileira. Por essa ótica, a luta contra a ditadura seria extraordinariamente longa e o partido deveria preparar quadros no exterior para dirigir as suas atividades no Brasil.”¹³² Na visão de um dos dirigentes do partido,

esse pessoal vai (...) defender uma teoria de que o partido desde 1945 estava errado, estava em aliança com a burguesia, tinha que se refazer todo o processo revolucionário brasileiro, veja que era uma coisa totalmente subjetiva, mudar a tática, mudar a estrutura do partido, e o Prestes assumiu isso. Mas isso está evidentemente em contradição absoluta com o processo político brasileiro. O Brasil estava caminhando para a democracia com um processo de

¹³⁰ MORAES, Dênis de, VIANA, Francisco (orgs.). *Prestes – lutas e autocríticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 1997, págs. 247-248.

¹³¹ Gilvan Cavalcanti Melo, op. cit.

¹³² ALVES FILHO, Ivan. *Giocondo Dias – uma vida na clandestinidade*. Rio de Janeiro: Mauad, 1997, pág. 138.

acumulação de forças, então toda a previsão de que o fascismo era permanente, eterno no Brasil enquanto tivesse capitalismo vai se esboroando.¹³³

Logicamente, a percepção por parte da maioria da direção de que o Brasil caminhava para a democracia levava a uma proposta diversa: a manutenção da idéia da “frente democrática”, a opção por alianças amplas, policlassistas, com o objetivo principal de derrotar a ditadura de forma gradual, pacífica, negociada (enquanto Prestes, negando alianças com setores da burguesia e liberais, preferiria uma “frente de esquerda”, hegemônica pelo operariado, e um partido revolucionário, classista, que propusesse sem subterfúgios a revolução socialista como objetivo a ser alcançado).

A luta interna foi se acirrando a cada encontro do CC no exílio. Ocorreu então um episódio um tanto obscuro envolvendo o dirigente José Salles, pretense “homem de confiança” de Prestes. Segundo Pandolfi,

Por sua [de Prestes] indicação, José Sales, a quem gostaria de fazer seu sucessor, foi nomeado coordenador dos trabalhos da Comissão Executiva do Comitê Central. Acusado de malversação de fundos, Sales, contra quem nada foi oficialmente provado, foi afastado do cargo. No final desse desgastante processo, Prestes estava incompatibilizado com a maioria da direção do partido.¹³⁴

Cristalizava-se uma oposição a Prestes. Em 1978, o “Cavaleiro da Esperança” ainda conseguiu influir no teor da *Resolução Política* do CC, obtendo a inclusão do seguinte trecho (que buscava diferenciar a proposta pecebista – a “democracia socialista” – das propostas “reformistas” ou “social-democratas” de outros setores da oposição): “Os comunistas reconhecem que não são idênticas as concepções de democracia que circulam, explícita ou implicitamente, entre as diversas correntes de oposição.”¹³⁵ Mas a diferenciação do PCB como defensor de “um tipo de democracia mais avançada” (como defendia Prestes) não foi adiante. O partido continuou cerrando fileiras com a ampla frente oposicionista – sem uma definição mais consistente de um perfil próprio, marcadamente classista e revolucionário. Na reunião de janeiro de 1979, Prestes propôs que parte da direção voltasse clandestinamente ao Brasil para reorganizar o partido nos moldes propostos por ele. O CC rechaçou essa proposta, com base na percepção de que a Abertura

¹³³ Givaldo Siqueira, op. cit.

¹³⁴ PANDOLFI, Dulce. Op. cit., pág.219.

¹³⁵ CARONE, Edgard (org.). Op. cit., pág. 392.

estava indo adiante no Brasil, e de que a crescente campanha pela Anistia em breve seria vitoriosa, permitindo que todos voltassem ao país legalmente¹³⁶. Ainda se buscou de ambos os lados uma conciliação. Prestes fez uma autocrítica reconhecendo perante seus companheiros de direção que havia em sua atuação recente traços de “direção paralela”¹³⁷. Por seu turno, a direção reelegeu Prestes ao cargo de secretário-geral. No entanto, o clima conciliador durou pouco e o movimento decisivo veio de Prestes, que em agosto do mesmo ano decidiu não mais se reunir com o CC (recusando na prática o cargo máximo do partido, que seria ocupado apenas em maio de 1980 por Giocondo Dias). Na volta ao Brasil, em outubro, iniciou um movimento oposicionista à direção do partido, terminando por afastar-se do PCB – e levando com ele um sem-número de militantes pecebistas que concordaram com suas críticas, além de dirigentes históricos como Agliberto Vieira de Azevedo e Gregório Bezerra¹³⁸.

A disputa pública na volta do exílio, como se sabe, causou perplexidade à maioria dos militantes pecebistas¹³⁹. Havia de fato poucos elementos disponíveis a quem permaneceu no Brasil que proporcionassem a exata noção da divisão na direção do partido. A comunicação entre direção e bases (naquele momento em processo de reorganização e integração) era difícil, traduzindo-se em esporádicas viagens de membros do partido e no material produzido no exílio (o *Voz Operária* e documentos oficiais). Em 1979, dois sinais importantes haviam sido emitidos. Em abril, Anita Prestes publicou no *Voz Operária* um artigo esclarecedor, “A democracia por que lutamos”, que evidenciava a presença de concepções diferentes acerca da democracia no interior da direção pecebista:

nosso Partido proclama abertamente seu objetivo final como sendo o socialismo, ou, em outras palavras, a democracia socialista – a democracia mais completa e avançada que conhecemos, a democracia mais ampla em todos os terrenos: econômico, social e político; a

¹³⁶ Na mesma reunião, Anita Prestes e Marli Vianna se afastariam do CC, reconhecendo a impossibilidade de levar a luta interna pelo controle da direção adiante.

¹³⁷ Quem afirma isso é Theodoro Mello, em depoimento a Ivan Alves Filho (op. cit., pág. 139).

¹³⁸ Estes não apenas seguiam um líder carismático, mas manifestavam desta forma um profundo descontentamento em relação aos rumos do partido, buscando resgatar elementos que sempre haviam sido parte integrante do “ser pecebista” – que vinham sendo secundarizados pela direção do partido. Prestes, na verdade, simbolizava naquele momento esse sentimento de descontentamento vivido por muitos pecebistas. Foi principalmente em função disso que atraiu tantos aderentes.

¹³⁹ Obviamente, havia várias divergências nas bases pecebistas, mas a situação de clandestinidade, a desorganização do partido e o afastamento da direção central fizeram com que tais divergências só se delineassem com mais clareza no momento da Anistia e de uma maior organização partidária.

democracia para a classe operária e todos aqueles que de uma forma ou de outra são hoje atingidos pela opressão capitalista.¹⁴⁰

Outro indício veio de um caderno especial do *Jornal do Brasil* sobre o PCB¹⁴¹,

no qual, nas entrelinhas, se podia nitidamente perceber que Prestes estava isolado no Comitê Central. No Caderno, não havia entrevista sua. Como sua porta-voz, Anita Leocádia Prestes falou uma linguagem totalmente oposta à dos demais dirigentes do partido, recusando a tese da democracia burguesa como objetivo estratégico. Destoando ainda mais da linguagem dos seus companheiros, ela chegava até a pôr em questão a via para a revolução, admitindo que tanto podia ser a via pacífica, quanto a via armada.¹⁴²

O *Voz Operária* apressou-se em negar a matéria (deixando claro que naquele momento buscava-se manter as divergências em segredo), que para o jornal pecebista

tenta apresentar o PCB como uma organização dilacerada por conflitos de grupos e indivíduos. O que é preciso não perder jamais de vista é que as discussões que se travam no Partido correspondem à busca do melhor caminho para lutar pelos interesses do povo e da nação. (...) Mas isto não é o mais importante, na medida em que estamos todos unidos pela vontade geral de militar no partido e na medida em que conservamos nossa unidade de ação.¹⁴³

Os meses seguintes se encarregaram de inviabilizar qualquer tentativa de encobrir as divisões do PCB. Iniciou-se a campanha aberta de Prestes contra a linha oficial do partido, que teve na *Carta aos Comunistas* (março de 1980) seu principal marco. Nela, o secretário-geral afirmava que

um partido comunista não pode, em nome de uma suposta democracia abstrata e acima das classes, abdicar do seu papel revolucionário e assumir a posição de freio dos movimentos populares, de fiador de um pacto com a burguesia, em que sejam sacrificados os interesses e as aspirações dos trabalhadores. (...) Reconhecendo que sou o principal responsável pela atual situação a que chegaram o PCB e a sua direção, assumo a responsabilidade de denunciá-la a todos os companheiros, apelando para que tomem os destinos do movimento comunista em suas mãos.¹⁴⁴

A direção do partido tomou a partir daí as decisões esperadas. Publicou alguns documentos de resposta a Prestes (acusando-o de “esquerdista” e “caudilhesco”) e nomeou

¹⁴⁰ *Voz Operária*, n.º 157, abril de 1979, pág. 8.

¹⁴¹ “O PCB encara a democracia” (20/04/1979). Caderno especial contendo entrevistas com os principais dirigentes do partido.

¹⁴² MORAES, Dênis de, VIANA, Francisco (orgs.). Op. cit., pág. 257.

¹⁴³ “A política do PCB e a opinião pública”. *Voz Operária* n.º 161, agosto de 1979, pág. 8.

um novo secretário-geral, Giocondo Dias, que viajaria em agosto de 1980 para a URSS, Portugal, França e Itália, segundo ele porque “somos parte do movimento comunista internacional e tínhamos de informar a todos os interessados as últimas decisões do Comitê Central. Mas quem vai resolver os nossos problemas somos nós, e aqui no Brasil. Ninguém poderia intervir nos nossos problemas e todos com os quais mantivemos contato se manifestaram de acordo com as decisões de nosso coletivo.”¹⁴⁵ Prestes tentou no mesmo período obter o apoio dos soviéticos – sem sucesso. Apesar disso, continuou um defensor da URSS: “Eu via no comitê central posições oportunistas de direita, e o oportunismo de direita leva (...) inevitavelmente ao anti-sovietismo. A União Soviética é o centro da revolução mundial e todo aquele que tem uma posição de direita acaba por se chocar com a União Soviética.”¹⁴⁶

Armênio Guedes, importante referência dos “renovadores”, discordaria mais tarde dessa perspectiva:

Prestes (...) acusa a direção do partido de ser “anti-soviética”. Na verdade, não é. As posições de Prestes e a do grupo da direção atual do partido, na realidade, são muito semelhantes. Não só enquanto concepção do partido, mas também enquanto concepção de socialismo. Eu acho que eles não são capazes de definir as divergências existentes entre eles, porque talvez estejam muito mais em jogo questões relacionadas com o controle do aparelho partidário do que propriamente concepções.¹⁴⁷

Essa avaliação não seria a mesma da maioria de seu grupo no auge da disputa. É razoável supor que houve uma espécie de “aliança tácita”, informal, entre a maioria da direção e os “renovadores” contra os “prestistas”. Somente mais tarde, com o afastamento destes, a polarização passaria a ser entre o grupo hegemônico da direção e os “renovadores”. Um membro deste grupo fala abertamente em seu depoimento: “chegou um momento em que todos nós tivemos que até cerrar fileiras com a direção do partido contra o Prestes, a favor do isolamento do Prestes porque a gente viu que a questão principal na época era evitar que o partido se ‘prestizasse’. Mas a gente não desconhecia as diferenças com a direção

¹⁴⁴ Luiz Carlos Prestes, “Carta aos comunistas”, apud. PANDOLFI, Dulce. Op. cit., pág. 220.

¹⁴⁵ “Dias reitera autonomia do PCB no movimento comunista internacional”. *Voz da Unidade*, n.º 19 (08/08/1980).

¹⁴⁶ “Entrevista: Luiz Carlos Prestes”. *Socialismo e Democracia*. São Paulo: Alfa-Omega, n.º 1, janeiro de 1984, págs. 86-87.

¹⁴⁷ “Entrevista com Armênio Guedes”. *Socialismo e Democracia*. São Paulo: Alfa-Omega, n.º 6, abril de 1985, pág. 36.

partidária.”¹⁴⁸ Entre Prestes e a maioria da direção, notavam diferenças mais que suficientes para uma opção. Por seu turno, os “prestistas”, no entanto, não viam maiores diferenças entre os outros setores, vendo-os na realidade como um só – e foi de fato como um único grupo que eles se portaram no combate ao “prestismo”. Anita Prestes, em artigo intitulado “A que herança os comunistas devem renunciar?” (1980), apresentou nomes de notórios divulgadores de teses “renovadoras” (como Leandro Konder, Marco Aurélio Nogueira e David Capistrano Filho) como defensores da “atual linha política do PCB”¹⁴⁹. Nesse mesmo artigo, a autora fez importante distinção: discordando da associação vulgarmente feita entre a linha do PCB ao longo da Abertura e a influência do “eurocomunismo” pretensamente sofrida por vários dirigentes pecebistas exilados, Anita Prestes afirmou que

temos que concordar com Leandro Konder, quando este, no artigo intitulado “PCB, democracia e eurocomunismo”, rejeita a identificação, que vem sendo feita por alguns, de certas posições políticas da atual direção do PCB com as teses do chamado “eurocomunismo”. Certamente, não estamos diante de um desvio “eurocomunista” no PCB. Como diz Konder, “existe toda uma história significativa de aprofundamento da reflexão em torno da democracia, no interior mesmo do PCB e anterior ao eurocomunismo”.¹⁵⁰

Uma tradição que a autora buscava criticar, classificando-a como uma progressiva penetração da democracia burguesa na estratégia do PCB, que com isso perderia seu conteúdo classista e a perspectiva do “salto revolucionário” na direção de uma sociedade socialista. Para ela, o partido mantinha há décadas uma “concepção estratégica de direita”, já que nunca havia colocado a revolução socialista na ordem-do-dia, e sim a “revolução nacional-democrática” (ou variantes). Assim, as inúmeras oscilações “à esquerda” e “à direita” do partido ao longo de sua trajetória seriam oscilações, na verdade, de “tática”, enquanto a estratégia teria permanecido sempre “de direita”. Isso enquanto as transformações ocorridas na sociedade brasileira, segundo ela, apontavam para a crescente necessidade de uma estratégia mais radical, bem como para a tendência de aprofundamento autoritário do país:

¹⁴⁸ Gilvan Cavalcanti Melo, op. cit. Leandro Konder (entrevista ao autor, em 15 de julho de 2004) confirma essa espécie de “acordo tácito”, lembrando ainda que nomes como Carlos Nelson Coutinho e Mauro Malin foram chamados a colaborar na redação da resposta do CC à *Carta aos Comunistas* de Prestes.

¹⁴⁹ PRESTES, Anita. “A que herança devem os comunistas renunciar?”. *Oitenta*. Porto Alegre: L & PM, n.º 4, 1980, pág. 198.

¹⁵⁰ Id., cit. KONDER, Leandro. “PCB, democracia e eurocomunismo”. *Oitenta*. Porto Alegre: L & PM, n.º 2, 1980, pág. 91.

O desenvolvimento capitalista nas condições de dependência e associação crescente com as multinacionais levaria a que o capitalismo no Brasil adquirisse características cada vez mais acentuadas de *capitalismo monopolista* com todas as suas implicações, incluindo a tendência à reação e ao autoritarismo. O que viria a predominar como tendência, e isso ficou mais claro a partir do golpe de 1964, era o processo de limitação crescente das liberdades e não o de democratização. Realmente, a democracia – sempre muito limitada no Brasil – não passou de momentos de nossa história (...). Nunca foi uma consequência natural do desenvolvimento capitalista, retardatário e dependente, selvagem e difícil.¹⁵¹

Com a campanha pública de Prestes contra a linha oficial do PCB, diversos militantes do partido e bases inteiras se aproximaram dele. O principal elemento de aglutinação do grupo seria o jornal clandestino *Voz Operária*, mantido pelo grupo à revelia do CC, que havia paralisado sua edição em agosto de 1979 para mais tarde apoiar a fundação do *Voz da Unidade* (um projeto de órgão de imprensa legal, voltado para um público mais amplo, inserido no campo da chamada “imprensa alternativa”¹⁵², ainda pujante naquele momento) – por julgar este último modelo mais adequado ao momento vivido pelo país. Os “prestistas” consideraram esse jornal um “órgão direitista”, retomando a produção do jornal ilegal, autoreferido como o “órgão central do PCB (dos comunistas que se alinham em torno das posições revolucionárias de Luiz Carlos Prestes)”. Prestes parecia acompanhar essas movimentações com interesse:

Há muitas bases do partido que estão de acordo com as minhas teses. Algumas delas estão tomando iniciativas. Eu não tomo iniciativas. Não dou ordens a ninguém. São as bases, são os comunistas do partido que têm que tomar a organização em suas mãos. Proximamente, essas bases podem fazer uma conferência e eleger comitês de defesa do PCB, independentemente do Comitê Central. Esses comitês podem eleger, quando for oportuno, uma direção nacional provisória, em condições de convocar um congresso. Não sei se vai surgir um novo partido¹⁵³.

É possível acompanhar as movimentações do grupo pelas páginas do “novo” *Voz Operária*. Nele, Prestes falava das “numerosas declarações individuais de solidariedade e apoio que tenho recebido, as resoluções aprovadas por cinco comitês estaduais de integral apoio a posições que assumi, assim como a constituição de comissões de defesa do PCB por numerosas organizações de base em Estados como São Paulo, Rio de Janeiro,

¹⁵¹ Ibid., pág. 219.

¹⁵² Para uma análise mais detida da imprensa “alternativa” (que teve importante papel na resistência à ditadura nos anos 1970 e princípio dos anos 1980), cf. ARAUJO, Maria Paula Nascimento, op. cit.

¹⁵³ MORAES, Dênis de, VIANA, Francisco. Op. cit., pág. 261.

Pernambuco e Bahia.”¹⁵⁴ O *Voz Operária* confirmava a cada número as declarações de Prestes de que havia a movimentação por um Encontro Nacional Provisório, que acabaria não se realizando. O jornal deixa transparecer parte das dificuldades organizativas enfrentadas pelo grupo para a consecução de seu projeto, além das divergências entre eles – pelo menos no que tange a questões organizacionais. Parece que havia uma certa dúvida (e as declarações de Prestes deixam isso claro) entre a possibilidade de prosseguir numa disputa interna no PCB (com a defesa por parte de alguns da participação no VII Congresso, em preparação naquele período) e a necessidade da fundação de um novo partido. Para ilustrar essas dificuldades, pode-se lançar mão da publicação de um “Manifesto do Nordeste brasileiro (dos comunistas que se alinham com Luiz Carlos Prestes)” (1982), que pretendia “Pugnar pela imediata constituição de Comissão Nacional Provisória, nos termos já propostos pelo camarada Gregório Bezerra, que unificando nacionalmente o PCB, possa encaminhar (...) a luta ideológica interna, dirigir as ações de massas do Partido, e andar em direção a um VII Congresso seguro, democrático e amplo”¹⁵⁵. Porém, na mesma matéria, os editores do jornal faziam questão de frisar que esta proposta “difere da *proposta de organização* formulada pela *Voz Operária* e defendida pelo camarada Prestes”, que já apontava para a “construção de um partido novo, efetivamente revolucionário.”

O fato é que Prestes não organizou seu partido revolucionário, apesar de em alguns momentos ter demonstrado interesse na realização desse projeto. Boa parte dos militantes alinhados a ele se dispersou. Outros até permaneceram no PCB. É difícil estimar o tamanho aproximado da defecção sofrida pelo partido em decorrência da cisão de Prestes. Deve-se avaliar especialmente o papel simbólico que a saída do “Cavaleiro da Esperança” (em alguns momentos “maior” que o próprio partido) representou: “isso evidentemente enfraqueceu o partido, ele era fraco, a gente criou poucas organizações no Brasil, e o seu principal líder chega acusando os demais de traidores, renegados...”¹⁵⁶ Prestes se constituía num mito que permaneceu para muitos pecebistas mesmo após sua saída do partido:

¹⁵⁴ “Luiz Carlos Prestes opina sobre o momento político atual”. *Voz Operária* n.º 161, setembro de 1980.

¹⁵⁵ “Manifesto do Nordeste brasileiro (dos comunistas que se alinham com Luiz Carlos Prestes)”. *Voz Operária*, n.º 176, janeiro de 1982.

¹⁵⁶ Givaldo Siqueira, op. cit.

Eu divergia dele. Mas as minhas observações ao Prestes não eram como as de muitos companheiros, que diziam até desaforos para o Prestes. Eu não reunia condições para ter divergências a ponto de fazer determinadas agressões verbais contra um homem daquele, que afinal de contas tinha uma trajetória, tinha um lastro cultural que eu não tinha. Mas eu fazia minhas críticas independentes a ele, normalmente. Não entrava nessa de dizer “você é isso, você é reacionário...” Não vou fazer isso com um homem desses. Mas uns e outros aí fizeram e também não adiantou nada, abandonaram a revolução, abandonaram as lutas, foram para o outro lado, uns foram ganhar dinheiro, estão ganhando dinheiro até hoje por aí...¹⁵⁷

Pode-se até mesmo afirmar que muitos dos que se identificavam com as posições defendidas por Prestes acabaram permanecendo no partido naquele momento:

Eu acho que o Prestes tinha uma boa dose de razão. A forma que ele escolheu não foi a forma adequada. Por outro lado, eu creio que, não só eu, mas todos adoravam o Prestes. (...) E eu posso lhe dizer que não só eu mas muitos e muitos militantes do PCB achamos que o Prestes ia fundar um partido, e se ele tivesse feito isso, todos nós estaríamos lá. Mas ele não quis fazer isso... E morreu sem dizer por que. (...) o Prestes se equivocou. Porque ele teve tudo na mão, tudo, de norte a sul, pra até criar outro partido. Ou então brigar dentro e ganhar, e ele não fez nem uma coisa nem outra. Aí eu continuei no PCB, não saí. Em nenhum momento o que eu estou dizendo tira do Prestes esse imenso mérito que ele tem, agora politicamente ele se equivocou. (...) Prestes extremou uma posição, muito mais uma posição rígida que propostas extremadas...¹⁵⁸

De qualquer forma, além da carga simbólica que aquela cisão representou, é certo que o partido perdeu um bom número de militantes (parte da militância mais aguerrida do PCB), além de seu secretário-geral e alguns importantes dirigentes. Não bastasse o desgaste sofrido nesse momento, tomavam corpo outras divergências que, se (possivelmente) não representariam o mesmo que a cisão capitaneada por Prestes, em termos de perda de contingentes para o PCB, levariam à saída de seus principais intelectuais.

A democracia na ordem-do-dia

Vinha de longa data a presença de militantes no PCB mais ou menos organizados reivindicando um “arejamento” do partido, bem como um aprofundamento da compreensão

¹⁵⁷ Geraldo Rodrigues dos Santos, op. cit.

¹⁵⁸ Zuleide Faria de Melo, op. cit., confirmando a afirmação feita no *Voz Operária* n.º 161 (setembro de 1980) de que havia diversos militantes que não romperam organicamente com o CC mas concordavam com as posições defendidas por Prestes.

da questão democrática em sua atuação e programa. A “Declaração de Março de 1958” foi sem dúvida um marco nesse processo¹⁵⁹. Porém, é comum a visão simplificadora (especialmente por parte dos ex-militantes) que compreende a trajetória pecebista posterior àquele importante documento como a progressiva vitória de “concepções democráticas” no seio do partido. Não foi assim que se deu na realidade. Já vimos que ocorreram certas oscilações na linha do partido ao longo do período ditatorial, refletindo a profunda divisão que permaneceu em seu interior. A presença de setores do partido que defendiam um aprofundamento democrático ao longo de todo o período também se fez sentir. Portanto, o documento de 1958 não impôs um irreversível avanço da questão democrática no seio do PCB. O partido continuou extremamente dividido e a democracia não era um valor inexpugnável para a maioria dos pecebistas ao longo da ditadura – a luta democrática muitas vezes era vista como “tática”, sem ser compreendida de forma mais substantiva.

Mesmo com todas as dificuldades para o debate existentes num partido ilegal e centralizado, havia uma militância já identificada com a defesa das propostas democráticas no final dos anos 1960 (com a presença de integrantes das lutas dos anos 1950, como Armênio Guedes¹⁶⁰). O depoimento a seguir trata das origens desse grupo, bem como da vida interna do PCB ao longo da ditadura militar-tecnocrática:

eu me incorporei nessa corrente, dos chamados “eurocomunistas”. Todos nós éramos quase embaixadores do Partido Comunista Italiano, que na época era considerado (e os seus defensores aqui no Brasil) anti-soviético. (...) A gente trabalhava com essas idéias que considerava as melhores que tinham, porque entre os partidos comunistas o PCI era o que tinha uma visão mais aberta de todas as questões colocadas pelo movimento comunista internacional. E aí na chamada Guerra Fria ou se era pró-soviético ou se era contra os soviéticos! Então havia internamente essas brigas... essas dúvidas... (...) Nas reuniões que se fazia, nas que aconteciam, sempre essa questão era colocada. Principalmente na fase mais agressiva. E a culminação desse processo foi na chamada Primavera de Praga. Todos nós estávamos vibrando com a Primavera de Praga, o socialismo com humanismo, com democracia, que era o sonho mesmo nosso! (...) Houve uma divisão forte do partido, e a direção bateu forte na gente, porque na época a gente defendeu a não-intervenção soviética. Quando aconteceu nós condenamos a intervenção, internamente no partido, e quem na época escrevia, tinha alguma influência, não era ligado à máquina partidária, se expressou, assinou documento, como pessoas físicas. Não podia ser condenado porque era a visão que eles

¹⁵⁹ Não se deve esquecer que a *Declaração* foi o resultado final de um processo que buscou (com sucesso) isolar setores do partido “à esquerda” e “à direita”, para usar o jargão empregado por eles. Seu conteúdo trazia boa parte das propostas dos autointitulados “renovadores” (daquele período), capitaneados por Agildo Barata – naquele momento já afastados do partido – bem como (é bom que se diga) algo das propostas do grupo “ortodoxo” que mais tarde formaria o PC do B.

¹⁶⁰ Que se tornaria uma referência para esses militantes – uma espécie de líder, mesmo que “sem o menor talento para liderança”, como afirmou Leandro Konder em seu depoimento.

tinham, pública. Agora, quem era da máquina como eu, que estava na clandestinidade, a pressão era maior... nas reuniões internas a pressão era maior.¹⁶¹

Com o exílio da direção (e também de diversos militantes e de parte da intelectualidade do partido), parte dessas disputas também se transferiu para o exterior. Dirigentes como Armênio Guedes e Zuleika Alambert¹⁶², e membros do partido ligados à edição do *Voz Operária* no exílio (ou integrantes da Assessoria da Executiva – “Assex” – formada na época), como Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho e Milton Temer, levaram adiante, mesmo no exílio, a luta pelo “arejamento” do PCB. No Brasil, militantes identificados com aquelas propostas também permaneceram atuantes no momento da reorganização partidária posterior às “quedas” de 1974-75. No Rio de Janeiro, havia forte atuação das bases de intelectuais no sentido de uma maior “abertura” da vida partidária. Em São Paulo, a Comissão Estadual de Reorganização do PCB, formada em 1977 para rearticular o partido naquele estado, apresentava em seus documentos formulações que aprofundavam a compreensão da democracia para além da linha oficial. Defendiam a democracia e afirmavam a intenção de “ampliá-la e aprofundá-la, por entenderem ser esta a via para as transformações socialistas.”¹⁶³ Compreendiam que para “a classe operária (...) a questão da democracia não é formal nem secundária, mas substantiva, tática e estratégica. Desse modo todas as questões – também a nacional – se encontram subordinadas a ela.”¹⁶⁴

Com a reorganização das bases pecebistas e o retorno do exílio, os “renovadores” (malgrado suas diferenças) começaram a tomar um perfil mais nítido de “grupo”. O artigo “A democracia como valor universal”, de Carlos Nelson Coutinho¹⁶⁵, foi um dos principais fatores de identificação desses militantes, e a principal peça de divulgação e sistematização de suas teses. Nele, o autor procurou demonstrar

Em primeiro lugar, (...) como o vínculo entre socialismo e democracia, com os desdobramentos requeridos pela evolução histórica, é parte integrante do patrimônio

¹⁶¹ Gilvan Cavalcanti Melo, op. cit.

¹⁶² A luta nos anos de exílio foi tão intensa que ficou para alguns como o marco inicial da luta pela renovação do partido: “Nós estávamos já fora, na Europa que começou tudo” (Zuleika Alambert, depoimento cedido ao autor em 16 de março de 2004, no Rio de Janeiro).

¹⁶³ Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, “Comunicado n.º 1”, setembro de 1977. In: NOGUEIRA, Marco Aurélio et. al. (orgs.). Op. cit., pág. 27.

¹⁶⁴ Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP, “Avançar unindo”, março de 1978, *ibid.*, pág. 34.

¹⁶⁵ Esse artigo foi publicado pela primeira vez na revista *Encontros com a civilização brasileira* em 1979, e editado em livro (junto a outros escritos sobre o mesmo tema) em 1980. Também em 1980 seria publicada outra importante obra na mesma linha: *A democracia e os comunistas no Brasil*, de Leandro Konder.

categorial do marxismo; e, em segundo lugar, (...) como a *renovação democrática* do conjunto da vida nacional – enquanto elemento indispensável para a criação dos pressupostos do socialismo – não pode ser encarada como um objetivo tático imediato, mas aparece como o conteúdo estratégico da etapa atual da revolução brasileira.¹⁶⁶

Em relação à primeira questão, Coutinho afirmou que a democracia socialista não seria uma negação da democracia de massas, mas sua superação dialética (conservando e elevando a nível superior as conquistas desta). Quanto ao segundo tema, o autor criticava a concepção pecebista da necessidade de uma revolução “nacional e democrática” anterior à implantação do socialismo – “nacional” por oposição ao imperialismo, “democrática” em oposição ao latifúndio. Para ele, tal formulação demonstrava que a preocupação democrática do partido restringia-se ao aspecto econômico.

Em relação ao caminho defendido para a democratização brasileira, a maioria dos “renovadores” concordava em linhas gerais com as proposições oficiais de negociação e formação de uma ampla coalizão intraclassista como caminho para a superação do regime. De forma um tanto simplificada, pode-se dizer que esses pecebistas denunciavam a postura oficial do partido como uma defesa apenas “tática” (não “estratégica” ou “substantiva”) da democracia (especialmente em seu aspecto “político”). Também propunham uma “forma-partido” mais democratizada, e eram em geral mais críticos às experiências do “socialismo real”. Segundo Armênio Guedes, as

divergências giravam em torno do modelo de socialismo idealizado por estes dirigentes – que é uma concepção baseada no socialismo construído nos países do chamado “socialismo real” – e pela opção deles em seguir o modelo de partido da III Internacional, principalmente do partido soviético, modelo em que o centralismo esmaga e afoga a democracia partidária. (...) eu vejo a democracia como um valor universal. Não é possível imaginar a luta pela construção de uma sociedade socialista sem uma ampla democracia política, onde os princípios da representatividade e as liberdades fundamentais da pessoa humana sejam garantidos.¹⁶⁷

¹⁶⁶ COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal – notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: LECH, 1980, pág. 21.

¹⁶⁷ “Entrevista com Armênio Guedes”. *Socialismo e Democracia*, op. cit., pág. 36. Cabe apontar nesse aspecto o ineditismo desse grupo. A maioria do partido demoraria a admitir as dificuldades do “socialismo real”. Mesmo reconhecendo parte delas, a análise internacional aprovada no VII Congresso do PCB ainda consideraria aquela conjuntura *favorável* ao socialismo.

Era o início da percepção no seio do PCB da *crise* no “socialismo real”¹⁶⁸. A URSS convivia nos últimos anos com um decréscimo de seus indicadores econômicos e sociais, demonstrando crescentes dificuldades para a competição (em vários níveis, mas especialmente no campo tecnológico) com as potências capitalistas. As causas para a estagnação soviética¹⁶⁹ estão longe de serem esclarecidas pela historiografia. São várias as explicações possíveis, e algumas das mais coerentes são as apontadas pelo historiador Ângelo Segrillo¹⁷⁰: a incapacidade da URSS de acompanhar o avanço tecnológico pelo qual passaram as economias capitalistas desenvolvidas nesse período (notadamente uma organização mais descentralizada e otimização da produção, além do desenvolvimento de novas tecnologias); gastos crescentes com a área militar; problemas cada vez maiores com as diferentes nacionalidades que habitavam o país; consolidação de uma *nomenklatura*¹⁷¹; entre outras. Segrillo elege a primeira como o motivo central para o desmoronamento do regime, deixando papel secundário para as outras. Já Eric Hobsbawm¹⁷² aponta motivos parecidos para o colapso soviético, chamando atenção para a inflexibilidade do regime de economia centralizada de cima para baixo que, se a princípio serviu à rápida industrialização de um país pré-capitalista e ao projeto do “socialismo num só país” (uma excrescência perante qualquer análise marxista anterior ao advento da URSS), trazia em si os elementos de sua posterior estagnação. A partir de um dado momento, sua inadequação a uma sociedade crescentemente complexa passaria a entrar o próprio desenvolvimento desta – gerando fenômenos como um “mercado negro” que representava boa parte da economia soviética e, por outro lado, uma espécie de descentralização extra-oficial do próprio sistema, na medida em que formavam-se círculos regionais e municipais autônomos no interior da própria administração, baseados em relações de clientela (como forma de fazer funcionar o próprio sistema progressivamente travado).

¹⁶⁸ Aqui faz-se necessária uma importante ressalva. Não está entre as intenções desse trabalho analisar mais detidamente o complexo fenômeno da crise e derrocada do “socialismo real”. Nas próximas páginas e em algumas outras passagens do texto, fez-se necessário comentá-la (sempre recorrendo a outros autores), mas apenas na medida em que tais acontecimentos guardam relação com o objeto enfocado aqui: a crise do PCB, suas razões e “versões”.

¹⁶⁹ E com ela de todos os países do Leste Europeu, que dependiam diretamente dela.

¹⁷⁰ Que desenvolveu um pioneiro trabalho (em termos de historiografia produzida no Brasil) intitulado *O declínio da URSS: um estudo das causas*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

¹⁷¹ Termo usado para designar o grupo dirigente soviético, cada vez mais burocratizado e isolado da população, formando praticamente uma elite na sociedade soviética (pretensamente igualitária).

¹⁷² Em seu *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, capítulo 13.

Num contexto em que o regime parecia necessitar de profundas reformas, seria inimaginável pensar que a discussão em torno das liberdades não fosse vir à tona. Parecia evidente que reformas sérias no mundo socialista teriam que passar por transformações no sistema político. Desde o início da construção do regime na Rússia em 1917, discussões acerca de uma conjugação do socialismo com liberdade e democracia tornaram-se correntes, mesmo entre defensores do nascente regime. Essa conjugação, longe de ser contraditória, esteve presente na produção dos principais teóricos socialistas como algo essencial a qualquer projeto igualitário. Porém, quando regimes identificados com a tradição socialista e reivindicando o marxismo como “credo” oficial de Estado começaram a se desenvolver em várias partes do globo, o que se via estava muito longe do “reino da liberdade” sonhado.

Essa discussão se acentuou nos anos 1960, principalmente na esteira dos acontecimentos de 1968, quando no bojo de intensas mobilizações, rebeliões e rebeldias (políticas, culturais, comportamentais, estéticas) que despontaram em boa parte do mundo ocidental, muitos tentaram buscar alternativas de esquerda ao chamado “socialismo real” e aos partidos comunistas. Nem o próprio mundo socialista e seus partidos ficaram imunes à tendência. Em 1968, iniciou-se na Checoslováquia uma onda reformista sem precedentes, exigida há muito por trabalhadores, estudantes e intelectuais¹⁷³. Esse movimento, que ficou conhecido como *Primavera de Praga*, só foi abafado com a invasão das tropas do Pacto de Varsóvia (coalizão militar entre os países da Europa Oriental) ao país, lideradas pela URSS, em agosto de 1968. Nesse meio tempo, alguns partidos comunistas europeus, notadamente o italiano (que vinha desde os anos 1950 num processo lento mas consistente de auto-reforma), buscaram reformar sua doutrina, tentando encontrar uma espécie de caminho alternativo entre a social democracia dos países da Europa Ocidental e o socialismo soviético – movimento que ficou conhecido como “eurocomunismo”. Deram ênfase à autonomização em relação à URSS, e à defesa da transição pacífica para o socialismo, valorizando o pluralismo político e naturalmente negando a fórmula da “ditadura do proletariado”. Os “renovadores” do PCB são em parte herdeiros dessa tendência

¹⁷³ Alexander Dubcek, secretário-geral do Partido Comunista daquele país, colocou em prática uma série de reformas, que incluíam maior liberdade de expressão e imprensa, garantia das liberdades individuais, descentralização do poder no Estado e nas fábricas (através de cooperativas), entre outras medidas.

internacional de aprofundamento da questão democrática no movimento socialista¹⁷⁴. Sua luta guarda relação, sem dúvida alguma, com a percepção da crise do “socialismo real” e com as experiências reformadoras de práticas e doutrinas levadas adiante por intelectuais e partidos filiados ao movimento socialista. Mas deriva especialmente da percepção da consolidação do capitalismo brasileiro, bem como da valorização da democracia política e de seu aprofundamento através de um “reformismo ativo” como o caminho possível para o socialismo em sociedades “ocidentais”.

Um importante elemento para a divulgação desse ideário naquele momento (e para a reunião de seus defensores) seria o semanário *Voz da Unidade*, fundado e dirigido (em sua primeira fase, de 1980 a 1981) basicamente por “renovadores”. O jornal foi desde o princípio apoiado e financiado pela direção pecebista (assumindo desde então – e até sua extinção em 1991 – a função de órgão de imprensa principal do partido). Tal apoio simbolizava naquele momento o “acordo tácito” entre aquele grupo e a maioria da direção contra o “prestismo”. Na percepção de um defensor das propostas democráticas,

A política democrática dos renovadores fôra ao longo dos anos a linha de frente de combate às concepções estreitas e atrasadas do antigo secretário-geral. Vitoriosa no interior do partido a política democrática, isto é derrotado Prestes, soara a hora da restauração conservadora. Numa formulação de sabor staliniano o partido deveria recuperar o seu justo centro. A retomada da *Voz da Unidade* deu início à campanha preparatória do VII Congresso. O partido foi convocado a lutar contra a ameaça revisionista encarnada pelas correntes renovadoras que haviam dado vida à primeira fase do jornal *Voz da Unidade*. (...) dizia-se que uma corrente anarco-liberal de direita ameaçava o futuro do partido.¹⁷⁵

Essa “retomada” do *Voz da Unidade* deve ser melhor explicada. É razoável supor que por todo o período em que os “renovadores” hegemonizaram a direção do jornal, eles sofreram toda sorte de pressões. Houve uma crescente tensão entre a direção do PCB e os editores do jornal, bem como manifestações de descontentamento de alguns setores do partido em relação ao conteúdo do semanário. Foi assumido pelos próprios editores que

¹⁷⁴ Classificá-los de “eurocomunistas”, entretanto, seria uma forma de desqualificar sua atuação. Isso negaria que o próprio PCB já vinha desde o final dos anos 1950 vivenciando, com idas e vindas, um processo de transformação interna na direção de uma nova compreensão da democracia – processo que alguns de seus militantes buscavam acelerar e aprofundar.

Foram muitas as dificuldades, muitos os preconceitos, muitas as tentativas de desgastar e incompatibilizar a redação da Voz com o conjunto dos comunistas. Alguns não pouparam esforços para difundir uma imagem de “grupo” fechado e elitista dos editores, redatores e colaboradores do jornal, para espalhar a notícia de que a Voz fugia da orientação política dos comunistas, desligava-se dos movimentos sociais e atrapalhava a própria atividade dos comunistas.¹⁷⁶

O momento da mudança de direção no jornal, como não poderia deixar de ser, suscita polêmicas até os dias de hoje. As lembranças que Gilvan Cavalcanti, militante envolvido com a realização do *Voz da Unidade*, guarda daqueles acontecimentos são marcadas pelo autoritarismo da direção partidária:

na briga interna do partido começaram a ficar de olho no jornal, viram que o jornal era um elemento em torno do qual a gente se juntava. Os “renovadores”... ele era a síntese do movimento. (...) Aí chegou um momento (...) que houve a ruptura. (...) [A direção] Interveio diretamente, nomeou uma comissão para cuidar do jornal, nomeou todo mundo (...). Mas ninguém foi expulso não... Aí o jornal virou apologia.¹⁷⁷

Já Givaldo Siqueira, importante dirigente do PCB, tem outra versão para o processo:

A *Voz da Unidade* começou dentro do quadro do partido a ter coisas que tinham apoio e outras que não tinham. O pessoal de trás combatia inteiramente. A idéia que tinham os companheiros que o estavam dirigindo naquele momento era de um jornal completamente independente, que eles estabelecessem o que se fazia e o que não se fazia. Mas era um jornal do Comitê Central! E o dinheiro era soviético! (...) havia na época um problema entre nós e eles: eles eram contrários à realização de greves. Tinham uma noção de que a greve podia desestabilizar, era provocação... tinham uma linha de contenção de greves. E nós achávamos, ao contrário, que se a greve não fosse de “porralouquice” era um elemento de acumulação de forças para o socialismo e para a democracia. Cabia a um jornal do Partido Comunista apoiar a greve, não ficar contra, em defesa da ordem. E isso em outras áreas também... Teve o problema da Polônia¹⁷⁸, onde a posição do partido era de apoio, e eles ficaram contra. A *Voz* fez a cobertura sem nenhuma interferência nossa, claro que nós publicamos lá a nota da direção nacional, a favor do golpe. (...) Até que chegou uma greve na *Ford*, e eles resolveram que não iam cobrir, iam falar contra. A direção nacional decidiu que ia ter que apoiar. Chamei o diretor responsável pela área sindical, e falei para ele isso. Eles enrolaram, enrolaram, não fizeram... No último dia desapareceu a redação toda, eu fiz, escrevi e botei

¹⁷⁵ PALÁCIOS, Manuel. “O tempo perdido e o tempo da mudança”. *Presença*. São Paulo: s. ed., n.º 15, abril de 1990, pág. 133.

¹⁷⁶ *Voz da Unidade*, n.º 45 (13/02/1981).

¹⁷⁷ Gilvan Cavalcanti Melo, op. cit.

¹⁷⁸ O movimento sindical independente *Solidariedade* desafiava o regime socialista da Polônia com greves e o apoio velado da poderosa Igreja Católica polonesa, tendo que ser aceito a princípio pelo regime, que se viu obrigado a dialogar com ele. Com o agravamento do conflito, no entanto, o dirigente polonês Edward Gierek acabaria caindo (com a anuência – para dizer o mínimo – do governo soviético), sendo substituído pelo general Wojciech Jaruzelski. Este decretaria lei marcial em 1981, reprimindo a oposição.

uma manchete: “greve na *Ford*”. Isso foi o elemento para desatar o processo, todos pediram demissão, acusaram a direção de intervenção, mas era exatamente o contrário.¹⁷⁹

Intervenção ou não, o fato é que sem o controle do *Voz da Unidade* os “renovadores” perderam sua principal arma na árdua batalha das idéias no interior do PCB. Iniciado o confuso processo do VII Congresso, eles lutavam para divulgar suas idéias através de artigos, enquanto enfrentavam dificuldades para encontrar uma unidade entre os vários grupos identificados com a “renovação”. Segundo Cavalcanti,

a direção do partido não permitia que a chamada “renovação” assumisse posições no partido. (...) a direção começou a prorrogar o procedimento do congresso porque eles sabiam que o pessoal nosso aqui tinha mais força, queriam ganhar tempo para eles organizarem melhor o partido, tomarem os contatos dos estados, montarem uma máquina para manter a direção, para que o núcleo dirigente do partido que estava no exterior mantivesse o controle. E foi feito isso. Isolaram a gente na época.¹⁸⁰

Siqueira também reconheceu que o tratamento dispensado pela direção pecebista àquele grupo seguiu o padrão autoritário das relações de um partido “leninista” com suas dissidências: “nem todos eram tão renovadores assim, outros eram mesmo, continuam sendo, até se reincorporaram, outros não mas já têm uma visão melhor de nós, mas nós também fomos em muitos casos intolerantes, usamos com relação a eles os velhos princípios do centralismo democrático, da autoridade.”¹⁸¹

Nesse processo, importantes setores foram se dispersando e se afastando do partido. Com a intervenção policial que impediu a conclusão do VII Congresso em 1982, ele seria encerrado somente em 1984 – já sem a presença da grande maioria daquele grupo. Ainda em 1982, as bases partidárias mais importantes ligadas a ele no município do Rio de Janeiro foram dissolvidas. Em 1983, a direção pecebista promoveu uma intervenção no PCB/SP, destituindo a maioria de sua direção e levando à dissolução de diversas bases e ao afastamento de diversos pecebistas por todo o país. A justificativa para a intervenção se baseou no apoio da direção paulista às lutas dos setores mais combativos do movimento sindical contra diversos “decretos-lei”¹⁸² extremamente restritivos impostos pelo governo

¹⁷⁹ Givaldo Siqueira, op. cit.

¹⁸⁰ Gilvan Cavalcanti Melo, op. cit.

¹⁸¹ Givaldo Siqueira, op. cit.

¹⁸² Como por exemplo o 2012 (que reduzia os aumentos salariais dos trabalhadores que recebiam de um a três salários mínimos).

federal naquele ano. A direção pecebista (então denominada Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas – CNDC), por temor de um retrocesso na transição democrática provocado por aquela mobilização, acabou condenando o movimento e destituindo a direção paulista – era o ápice de um longo processo de incompatibilização entre as duas direções, iniciado desde a volta dos dirigentes nacionais do exílio.

A direção estadual de São Paulo respondeu à intervenção com o documento “Chegou a hora da verdade”, que acusava a direção nacional de estar abandonando os interesses dos trabalhadores em busca da participação em “ações de cúpula” para a legalização do partido. Propunha a extinção do CNDC¹⁸³. Afirmava não querer que “uma direção residual que não soube se reproduzir no curso das lutas reais nos conduza a uma situação também residual na sociedade. Recusamo-nos a ser um ornamento.”¹⁸⁴ E em tom de desabafo disparava: “São tantas as reviravoltas, são tantos os erros, é tanta a relutância em se extrair as lições dos erros, que quase se desespera de ser comunista.”¹⁸⁵

A direção paulista recebeu o apoio de diversos núcleos e direções municipais por todo o país. O de maior repercussão foi o oferecido por intelectuais do Rio de Janeiro (os que ainda permaneciam no partido naquele momento), materializado na brochura “Para renovar a política dos comunistas”, que denunciou “as concepções ambíguas sobre o papel da democracia formuladas pelo CNDC e (...) suas práticas estalinistas de organização, através das quais pretende moldar o partido e conformar sua ação segundo meia dúzia de dogmas anacrônicos acerca do socialismo.”¹⁸⁶ Reconheceu “que o socialismo no mundo encontra-se em crise, entre outros motivos, pelas dificuldades de incorporação da questão democrática à praxis dos comunistas contemporâneos”¹⁸⁷. Defendeu que o PCB

se oriente pela democracia interna, desenvolva lutas diferenciadas com principalidade na questão operária, viva a questão cultural de forma intensa e esteja aberto à participação de todos quantos o tenham enquanto instrumento para a viabilização de um processo político e não enquanto executor de profecias ou seita para onde convergem os adeptos de uma

¹⁸³ A ser substituído por uma comissão “composta por membros da direção residual, membros dos Coletivos Estaduais realmente existentes e expressões inegáveis do nosso movimento, como Gregório Bezerra, Luiz Carlos Prestes, Armênio Guedes e Moisés Vinhas” [Coletivo Estadual de Dirigentes Comunistas de São Paulo. “Chegou a hora da verdade”. In: CAPISTRANO FILHO, David et. al. (orgs.). *Há o que fazer – a esquerda na Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1986, pág. 57].

¹⁸⁴ Id.

¹⁸⁵ Ibid., pág. 55.

¹⁸⁶ Núcleo de Comunistas do Rio de Janeiro. “Para renovar a política dos comunistas”. In: *Para renovar a política dos comunistas n.º 1*. Rio de Janeiro: s. ed., 1983.

¹⁸⁷ Id.

determinada concepção de mundo. (...) Mas este processo que denominamos de renovação não encontra no CNDC um organizador e sim um obstáculo permanente, um agente alimentador da prática – consciente ou não – de liquidação dos comunistas neste país. É ele que, na tentativa de se preservar como grupo dirigente, não hesita em destruir parcelas significativas do partido numa perspectiva suicida que vê nesta desagregação partidária mais um desses expurgos que levam à purificação e à verdade da doutrina.¹⁸⁸

Essa foi a ruptura definitiva dos “renovadores” com o PCB. Poucos militantes de maior renome que se identificavam com aquelas concepções permaneceram no partido. No entanto, fora do partido encontrariam extrema dificuldade para manter a unidade ideológica e organizativa. Boa parte deles tentaria se agrupar a partir daquele mesmo ano em torno da revista *Presença*. Destes, a maioria permaneceria sem partido, alguns iriam para o PMDB, outros passariam por este partido para ingressar no final da década no PT. Os ex-dirigentes paulistas criariam o jornal *A Esquerda*, progressivamente identificado com as posições petistas, e boa parte deles acabaria ingressando naquele partido. Essa dispersão mostra que eles nunca formaram propriamente um grupo coeso. Houve sem dúvida um núcleo (especialmente de intelectuais) que buscou levar adiante uma política sistemática de transformação da política pecebista, mas o movimento que eles denominaram “renovação” acabou sendo uma ampla reunião de descontentes com os rumos do partido, representantes de diversas tendências, unificados em torno da luta contra a direção pecebista e do ideal de democratização do partido. Por outro lado divergiam acerca da transição democrática do país e do “socialismo real”, só para citar duas questões centrais na definição de posições naquele momento. Afastados do PCB, perderia-se o fator de unidade e tais divergências aflorariam, fazendo com que tomassem os mais variados rumos. Quanto ao PCB, seguiria seu tortuoso caminho. Combatidos pelos interessados na “renovação democrática” e pelos defensores do “resgate revolucionário”, os velhos dirigentes pecebistas manteriam seu poder, simbolizado num “justo centro”.

¹⁸⁸ Id.

***“Lutar para negociar, negociar para mudar”*: consolidação do “centro” pecebista**

Uma vez mais, concluía-se um período de intensa luta interna no PCB. Emergiu vitorioso da disputa um grupo um tanto indefinido¹⁸⁹, que se identificou basicamente a partir de sua contraposição a “prestistas” e “renovadores”, buscando representar de maneira geral as propostas que vinham sendo defendidas pelo partido desde o congresso anterior (o VI), que avaliaram como corretas até aquele momento. Em especial, afirmaram simbolizar a maioria dos pecebistas. Com tudo isso, longe de ser um “terceiro grupo” na disputa interna pecebista, o que é chamado aqui de “centro pragmático” representa de fato boa parte dos pecebistas, e define-se a partir da negação aos dissidentes e da valorização da linha oficial do partido até aquele momento.

Portanto, analisar esse “centro pragmático” consiste em acompanhar a atuação “oficial” do próprio partido, seus referenciais internacionais, sua visão da Abertura. No entanto, a evolução do partido no final da década de 1970 e princípio de 1980 guarda uma especificidade, que reside na própria presença ativa de setores oposicionistas. Propostas antes “oficiais”, a partir do momento em que encontram resistências, deixam de representar simbolicamente o “conjunto do partido”, e passam a ser associadas a apenas um setor, mesmo que majoritário, da agremiação. Nesse movimento simbólico de *enfraquecimento*, propostas antes “oficiais” agora são apenas “majoritárias”, tendo que disputar espaço com diversas propostas “não-oficiais”. O resultado do processo, mesmo que favorável ao “centro pragmático”, não representaria a completa aniquilação das propostas oposicionistas (mesmo que se concluísse, de certa maneira, uma eliminação das oposições). Num movimento ambíguo, o setor majoritário do partido, ao mesmo tempo em que se afirmava *reativamente* em relação aos grupos oposicionistas, incorporava parte das suas proposições, na tentativa de “pacificar” as bases: “As teses democráticas foram incorporadas de forma ambígua, produzindo-se uma acomodação oportunista com teses de inspiração oposta.”¹⁹⁰ O resultado disso seria o afastamento físico da maioria dos oposicionistas, enquanto a direção encontrava sua “tábua de salvação”. No final do processo, a “linha oficial” do PCB

¹⁸⁹ Fortalecido naquele momento pela entrada no PCB de uma gama de militantes oriundos do MR-8 e do MEP, que acabariam se alinhando com as posições majoritárias no partido.

¹⁹⁰ PALÁCIOS, Manuel, op. cit., pág. 133.

não seria mais exatamente a mesma, não passaria incólume às disputas. Entretanto, nesse processo de *negação* dos dissidentes e *incorporação* de parte de suas propostas, a direção pecebista mais uma vez conseguiria se manter e se reproduzir, representando simbolicamente o “justo centro” – em contraposição a (mas também incorporando elementos de) “esquerdistas” e “direitistas”, como já havia ocorrido em outros momentos da trajetória pecebista. Como definir então as posições dos “majoritários”?

O caminho defendido por sua principal referência, Giocondo Dias, para a superação da ditadura não diferia muito do proposto pela maioria dos “renovadores” – mas divergia de Prestes:

Porque defendemos aliança com liberais – a alternativa hoje não é entre capitalismo e socialismo, mas entre fascismo e democracia. Mas o sectarismo tem caracterizado a atuação dos comunistas em relação aos liberais, o que dificulta a unidade. (...) A grande tarefa política imediata é (...) a unidade de todas as forças democráticas contra o inimigo comum, para conquistar a liberdade política e varrer a opressão e o terror da vida brasileira.¹⁹¹

No entanto, acerca das críticas de que tal aliança poderia afastar os comunistas da classe operária, Dias defendeu que “jamais colocamos de lado as palavras de ordem fundamentais da revolução nacional e democrática, da luta antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiária.”¹⁹² A ênfase da questão nacional, em contraposição ao imperialismo, foi um importante ponto a separar a análise oficial defendida pelo novo secretário-geral pecebista das proposições aventadas pelos “renovadores”. Mais tarde, Dias afirmou:

os comunistas entendem que é no contexto da convivência democrática que o proletariado ganhará a hegemonia política do arco de forças antimonopolistas que sustentará a transição socialista no rumo da sociedade sem classes por que lutamos. O encaminhamento deste projeto humanista e libertário, que não exclui colisões determinadas pela reação dos privilegiados e dos inimigos do progresso social, entendemo-lo numa ótica pluralista e de massas, com a participação cívica de todos os brasileiros patriotas e honestos.¹⁹³

A presença de conceitos aparentemente contraditórios como o apelo aos “brasileiros patriotas” para levar adiante um “projeto humanista e libertário”, e a defesa da democracia ao mesmo tempo em que prevê futuras “colisões” que poderiam colocar a perder a

¹⁹¹ *Voz da Unidade* n.º 23 (05/09/1980).

¹⁹² Id.

convivência democrática, mostram com clareza o momento de transição vivido pelo partido; mostram também a dificuldade de se compreender a questão democrática de maneira *estratégica* (aprofundamento da democracia como *caminho* para o socialismo), e não apenas *tática* (o *meio* ideal para fazer avançar a luta pelo socialismo).

No campo das referências internacionais as diferenças também se faziam sentir. A maioria dos militantes “renovadores” tinha uma postura crítica em relação às experiências do “socialismo real” – e acusava a direção do partido de “apologia” aos países socialistas. Mas, segundo um dirigente pecebista, a diferença seria mais aparente que substantiva:

evidentemente todos nós estávamos errados. Porque todos nós continuávamos prisioneiros da concepção de “socialismo real”, e o “socialismo real” já era historicamente uma coisa errada, inviável, incapaz de transformar realmente o mundo. Ao contrário: impondo ao mundo em certos lugares retrocessos. Então havia um pessoal que era muito afinado com o socialismo como ele era. Não tinha que mexer, aquilo estava tudo certo... A questão democrática não existia; e outras questões. Dos chamados “renovadores”, todos eram de que aquilo poderia ser reformado. Uma visão de reformar o socialismo, e não se podia... e mesmo os melhores queriam reformar o que era irreformável. Era um sistema ultrapassado e morto na história. (...) A direção nossa, por uma série de razões (até pela luta com o Prestes) era uma direção afinada com a URSS (o Movimento Comunista Internacional era um elemento fundamental no jogo).¹⁹⁴

A direção pecebista em linhas gerais apoiava os regimes socialistas¹⁹⁵, mas progressivamente esse apoio vinha sendo marcado por certa dubiedade, o que provocava a acusação de Prestes aos dirigentes do PCB de “anti-sovietismo”¹⁹⁶. O “Cavaleiro da Esperança” acabou na verdade assumindo um posicionamento *acrítico* em relação à experiência do “socialismo real” – daí a percepção de que a direção do PCB e os “renovadores” tinham as mesmas posições nesse quesito.

Uma síntese daquele turbulento período foi o documento aprovado pelo VII Congresso (*Uma alternativa democrática para a crise brasileira*)¹⁹⁷. Como não poderia

¹⁹³ DIAS, Giocondo. “A proposta dos comunistas”, palestra proferida durante o IV Ciclo de Debates sobre Problemas Brasileiros, realizado na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em 4 de outubro de 1983 (in: *O PCB na luta pela democracia: 1983-1985*, São Paulo, Novos Rumos, 1985, pág. 31).

¹⁹⁴ Givaldo Siqueira, op. cit.

¹⁹⁵ Em especial os do Leste Europeu. Nutria em relação à China, no entanto, uma postura mais crítica.

¹⁹⁶ “Eu não posso admitir o anti-sovietismo.” (MORAES, Dênis de, VIANA, Francisco, op. cit., pág. 264).

¹⁹⁷ Como vimos, o Encontro Nacional de Comunistas (“fachada legal” para o VII Congresso), foi iniciado em dezembro de 1982 em São Paulo (SP) e interrompido pela Polícia Federal, que prendeu todos os seus participantes, liberando-os pouco depois. Ele acabou tendo prosseguimento clandestinamente ao longo de 1983, através de debates com os delegados levados adiante pela direção pecebista, sendo concluído em janeiro de 1984. O Congresso aprovou quase que por unanimidade a *Alternativa*, e elegeu um novo Comitê Central.

deixar de ser, traduziu em boa parte a vitória do “núcleo majoritário” da direção, que manteve o controle de todo o processo congressual. Mas o curioso é que essa vitória significou um delicado equilíbrio entre a “conservação” e a “transformação” no PCB (entre o “revolucionarismo” e o “reformismo forte”) – equilíbrio que é a essência da atuação pecebista naquele momento. Assim, a *Alternativa* é de certa forma uma materialização do que foi exposto até aqui. Vamos a ela.

O PCB preconizava que o momento político que o país vivia tinha como eixo básico “a luta entre o regime, com seu projeto de auto-reforma, e as forças democráticas, que pretendem um novo regime, e modificações econômico-sociais tanto imediatas quanto de caráter estrutural.”¹⁹⁸ Mesmo reconhecendo que no interior da frente democrática havia outra divisão (entre os que negociavam “para mudar” – não só o regime mas também seus fundamentos – e os setores liberais e democráticos da burguesia que negociavam “pelo alto” – apenas para substituir o regime), a contradição fundamental para os pecebistas permaneceria se dando por um bom tempo entre os defensores do regime e os democratas dos mais variados tons – lógica que justificou nos anos seguintes o apoio ao governo de transição de José Sarney.

O quadro internacional era visto de maneira geral com otimismo. Reconheciam-se algumas dificuldades no sistema socialista,

contradições no próprio desenvolvimento, equívocos, deficiências e atrasos na economia, na gestão da produção e do Estado, nas relações entre os partidos comunistas e a sociedade e entre os países e partidos irmãos, dando origem ao burocratismo, a limitações ao pleno funcionamento da democracia e ao nacionalismo. De fato, nem sempre os avanços no terreno da democracia social encontraram a correspondência que se desejaria no campo da democracia política.¹⁹⁹

No entanto, malgrado essas dificuldades, o partido reafirmou seu combate a posições críticas ao “socialismo real” no interior do movimento comunista:

Esse criticismo, apanhando sem a devida contextualização histórica algumas mazelas das experiências socialistas em curso, chega a estabelecer negações doutrinárias e extravasa posturas anti-soviéticas. Reconhecendo os problemas existentes, não podemos aceitar que a experiência do socialismo esteja “exaurida” nem, muito menos, que se possa falar de

¹⁹⁸ Partido Comunista Brasileiro. *Uma alternativa democrática para a crise brasileira*, op. cit., pág. 24.

¹⁹⁹ *Ibid.*, pág. 44.

“caducidade”, quer do marxismo-leninismo, quer do forte apelo ideológico das experiências socialistas em curso.²⁰⁰

Mais que isso: afirmou-se categoricamente que “A União Soviética e os países do socialismo avançado constróem as bases materiais e culturais do comunismo.”²⁰¹ Pode-se entender o impacto que os pecebistas iriam vivenciar nos anos seguintes.

Quanto à realidade brasileira, caracterizava-se o regime político como resultante “de um pacto reacionário entre o imperialismo, o monopólio e o latifúndio: como seus agentes principais, as Forças Armadas e a tecnocracia.”²⁰² O Brasil era visto como um

país capitalista industrial-agrário, com nível médio de desenvolvimento das forças produtivas, emergente nas condições da crise geral do capitalismo, da internacionalização e da interdependência do processo econômico mundial hierarquizado pelo imperialismo (...). O capitalismo brasileiro, monopolista e integrador do latifúndio, tem como característica fundamental a sua dependência ao imperialismo (em especial o norte-americano) e articulou organicamente os mecanismos deste, dos monopólios e do latifúndio com os do Estado.²⁰³

Tal análise do capitalismo brasileiro como monopolista, relacionado intrinsecamente ao imperialismo e com resquícios pré-capitalistas (a presença do latifúndio) levou à definição do processo revolucionário como “anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiário”:

no campo dos exploradores destacam-se o imperialismo (...), os monopólios e o latifúndio, articulados organicamente com o Estado. Eles são os principais exploradores e opressores não apenas do proletariado, mas ainda dos camponeses e das camadas médias urbanas – isto é, do povo brasileiro –, e oprimem inclusive a burguesia não-monopolista. O imperialismo, porém, limita o próprio desenvolvimento de grupos monopolistas brasileiros e possui conflitos também com interesses latifundiários. A batalha anti-imperialista, por isto mesmo, está no centro da luta dos comunistas. O imperialismo responde, no Brasil como em todo o mundo, em primeiro lugar pela exploração econômica e pela opressão social e política.²⁰⁴

Desse modo, de pouco adiantava a reiterada afirmação da centralidade da “luta pela conquista e ampliação contínua da democracia e as transformações econômico-sociais necessárias à sua conquista, consolidação e avanço, na medida em que o imperialismo e a reação interna, para garantirem sua dominação, concentram-se principalmente na supressão

²⁰⁰ Ibid., pág. 47.

²⁰¹ Ibid., pág. 50.

²⁰² Ibid., pág. 90.

²⁰³ Ibid., págs. 127-128.

²⁰⁴ Ibid., págs. 156-157.

ou restrição da democracia.”²⁰⁵ Não adiantava também inverter a fórmula que traduzia o caráter da revolução brasileira – de “nacional e democrática” para “democrática e nacional”. Na essência, a questão nacional mantinha sua primazia sobre a questão democrática. A centralidade pertencia à luta contra o imperialismo, o que favorecia um conteúdo nacionalista e permitia a aliança com setores burgueses (na prática uma reafirmação da velha fórmula da “burguesia nacional”). Por mais que se afirmasse também que a contradição entre burguesia e proletariado já havia assumido a centralidade no processo revolucionário brasileiro, na prática esse fator acabava secundarizado. O PCB permanecia com dificuldades de colocar o socialismo na ordem-do-dia.

Quanto à questão do emprego da “violência revolucionária”, o documento mantinha o tom dúbio dos últimos dois congressos do PCB (1960 e 1967):

existe a possibilidade real de o processo revolucionário brasileiro atingir os seus objetivos por caminhos que excluam a luta armada, a insurreição e a guerra civil. (...) Empenhando-se para que esta possibilidade se materialize, pois é a mais favorável aos trabalhadores, os comunistas levam em conta que a escolha dos meios para libertar o país e transformar a sociedade brasileira não depende exclusivamente do proletariado e dos seus aliados, o que lhes impõe a necessidade de dominar todas as formas de luta.²⁰⁶

Os pecebistas não se furtaram a analisar as recentes divergências vividas por eles. Sobre Prestes, afirmaram que o ex-secretário-geral promoveu o “fracionismo e o liquidaçãoismo. (...) Esse comportamento expressa a crise do caudilhismo e do golpismo no seio dos comunistas brasileiros – Prestes colocou-se como o porta-voz desta crise.”²⁰⁷ Fizeram referência também à atuação desagregadora e fracionista “de companheiros comprometidos com concepções revisionistas de direita e esquerdistas”.²⁰⁸ Por fim, ao definir as características do partido legal que os pecebistas pretendiam construir, algumas delas (ainda que não nomeadamente) possuíam interlocutores certos. Defendeu-se “Um partido que reconheça e proclame o papel positivo de seus quadros e personalidades destacadas, mas seja capaz de impedir que medre em suas fileiras o caudilhismo e o personalismo.”²⁰⁹ E que fosse “aberto à pesquisa, à indagação, à circulação de idéias e ao debate, mas inabalável na convicção da realidade histórica e concreta da luta de classes da

²⁰⁵ Ibid., pág. 158.

²⁰⁶ Ibid., pág. 161.

²⁰⁷ Ibid., págs. 211-212.

²⁰⁸ Ibid., pág. 214.

burguesia contra o proletariado e de que o marxismo-leninismo é um patrimônio teórico e ideológico do proletariado revolucionário que deve ser defendido com vigor dos ataques do revisionismo de direita e de esquerda.”²¹⁰ Reconheceu-se em parte as dificuldades enfrentadas pelo partido e pelo movimento socialista como um todo, mas o tom oficial era de confiança em dias melhores. Os anos seguintes, no entanto, poriam em questão não somente essa crença, mas a própria razão de ser dos comunistas.

* * * * *

A virada dos anos 1970 para os 1980, e os primeiros anos desta década, indicavam que a política proposta pelo PCB rendia frutos. A Abertura seguia adiante, apesar de alguns percalços²¹¹. A luta contra a ditadura avançava da forma que os pecebistas propunham. Eles não conseguiam, porém, traduzir aquele momento favorável à sua política em fortalecimento orgânico e influência social. Pelo contrário: perdiam progressivamente seu espaço entre os setores progressistas organizados da sociedade e no próprio campo das esquerdas; eram obrigados ainda a conviver com a ilegalidade e a repressão (ainda que numa intensidade baixa se comparada aos anos anteriores); tinham que lidar com importantes dissidências.

Num dado momento, a força da sociedade civil visivelmente suplantaria o “projeto” de institucionalização do regime e mesmo o processo de Abertura vivenciado até então,

²⁰⁹ Ibid., pág. 221.

²¹⁰ Id.

²¹¹ Como o caso que ficou conhecido como “Atentado do Riocentro” (um centro de convenções do Rio de Janeiro). No dia de um *show* em comemoração ao 1º de Maio, uma bomba estourou dentro de um carro no qual estavam dois membros do Destacamento de Operações de Informações (DOI) do I Exército: o sargento Guilherme Pereira do Rosário (morto no momento da explosão) e o capitão Wilson Luís Chaves Machado (gravemente ferido). O que seria visivelmente uma tentativa de atentado ao evento nunca foi esclarecido, pois o inquérito militar instaurado para investigar o caso foi arquivado – provocando o pedido de demissão de Golbery do Couto e Silva, naquele momento chefe do Gabinete Civil e um dos principais responsáveis pelo projeto de “abertura” do regime. O episódio do Riocentro seria o ápice de uma série de atentados promovidos por setores das FFAA (mas também por associações de extrema-direita) que vinham ocorrendo desde 1978 a associações de classe, eventos oposicionistas, bancas que vendiam jornais da “imprensa alternativa” – entre outros alvos. Esse caso em especial demonstra os limites do projeto governista de “abertura”, e a forte presença (ainda naquele momento) de setores do aparelho estatal e da própria sociedade contrários a qualquer tipo de distensão. A partir de então o Governo Figueiredo perderia parte de sua iniciativa.

impondo-lhe uma mudança *substantiva*: a partir de então a *redemocratização* estaria na ordem-do-dia. O regime perderia o controle do processo, que passaria a ser dividido (e disputado) entre as elites econômica e política de um lado; e as forças populares e suas organizações políticas de outro. A correlação entre essas forças determinaria a profundidade da democracia a ser construída, o caráter do regime que substituiria a ditadura militar-tecnocrática à deriva. Esse momento crucial encontraria um PCB fragilizado – mas ainda com um papel a desempenhar.

Capítulo 3

Entre a esperança e a decepção – O PCB na Redemocratização (1984-88)

“Não há que subestimar as dificuldades e os obstáculos a enfrentar: as debilidades resultantes ainda dos golpes sofridos até 1976, os problemas que nos causaram o fracionismo e o liquidaçãoismo, as pressões da burguesia (...). Todavia, o êxito da nossa orientação assegura que, com esforço, competência e audácia, nosso futuro imediato é promissor.”

(Comissão Diretora Nacional Provisória do PCB, declaração aprovada em Brasília, 2 de junho de 1985)

“a acachapante derrota eleitoral do Partido no último pleito serviu para trazer à tona uma série de problemas (...) trocou-se a concepção do partido de massas, classista e revolucionário, pela do ‘entendimento’, do ‘partido da sociedade’, do ‘partido da democracia’.”

(José Antonio Segatto, Caderno de Debates do VIII Congresso do PCB, *Voz da Unidade* n.º 332, 06/02/1987).

Aproximava-se a hora decisiva da superação do regime militar-tecnocrático, naquele momento à deriva e sem um projeto próprio para a transição – o que não significa que o governo não influísse mais naquele processo. Além do poder de atração exercido por qualquer governo, vale lembrar que tratava-se ainda de um *regime de exceção* – algo (in)devidamente afirmado através de “decretos-lei” e “estados de emergência” até seus últimos dias. Por outro lado, a sociedade civil (consolidada a partir do processo de modernização pelo qual passou o país) de um modo geral atingiu um alto nível de organização e atuação, intervindo mais diretamente no *caráter* da transição. Continuavam a circular as mais diversas concepções acerca da democracia, mas logo surgiria um fator que unificaria os setores populares. Seria uma campanha de massas como nunca se viu, centrada em uma singela exigência (que simbolizava todos os anseios reprimidos ao longo dos últimos anos): o voto direto para presidente já a partir da sucessão do Governo Figueiredo. A campanha das *Diretas Já* simboliza o ápice da iniciativa da sociedade civil, “representava um rompimento radical com a *abertura limitada e pactuada* que o regime

vinha implantando e levaria, através da eleição de um presidente pelo voto direto, com uma Constituinte, a uma ruptura constitucional extremamente desfavorável para as forças que implantaram a ditadura militar no país.”²¹² Entretanto, o maior clamor popular da história brasileira não conseguiu romper as amarras conservadoras. A Emenda Constitucional que instituía as eleições diretas para presidente (conhecida pelo nome de seu autor, Dante de Oliveira) foi rejeitada pela maioria do Congresso Nacional, em 25 de abril de 1984.

A iniciativa passaria rapidamente das ruas para os gabinetes. Os partidos (em especial seus quadros mais representativos) assumiriam a partir dali o controle do processo de transição, imprimindo-lhe até certo ponto um nítido caráter conservador. No refluxo do movimento pelas diretas, organizou-se uma frente política visando superar o regime dentro das regras impostas por ele, ou seja, elegendo através do voto indireto no Colégio Eleitoral um candidato ligado às forças democráticas. Formou-se a Aliança Democrática entre o PMDB e a dissidência do PDS (Frente Liberal, que mais tarde formou o PFL), em torno da candidatura de Tancredo Neves (tradicional político moderado, então governador de Minas Gerais) para presidente e José Sarney (senador maranhense recém-saído do PDS) para vice presidente, ambos pelo PMDB. Era a tradução da “transição pactuada”:

[o cientista político] Guillermo O’Donnell distingue (...) duas formas clássicas de transição: uma, rápida, com forte ruptura com o autoritarismo vigente, denominada *transição por colapso*; outra, lenta e gradual, segura para as forças até então no poder, fruto de acordo entre os setores conservadores no poder e as forças moderadas na oposição. Este seria denominado *transição pactuada*. O primeiro tipo ocorreu na Grécia, Argentina e Bolívia. O segundo tipo (...) deu-se na Espanha, Chile e Brasil.²¹³

A chapa Tancredo-Sarney (que contava com o apoio do PCB) saiu vitoriosa da eleição indireta de 15 de janeiro de 1985, derrotando o candidato do PDS Paulo Maluf e inaugurando o período que passou a ser conhecido – por vontade especialmente de seus artífices – como “Nova República”. Para se fazer justiça à mobilização popular pela eleição direta para presidente, deve-se salientar que “embora derrotado em seus propósitos imediatos, o extraordinário movimento pelas diretas-já foi fator decisivo na vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, impedindo assim a projetada reprodução do regime

²¹² SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, op. cit., pág. 273.

²¹³ Id., apud LINZ, Juan e STEPAN, Alfred. *A transição e a consolidação da democracia*. Petrópolis: Paz e Terra, 1999, pág. 115 e segs.

através de um governo semicivil.”²¹⁴ No entanto, uma dessas fatalidades que também interferem nos rumos da História impediria a posse de Tancredo, que deveria ocorrer em 15 de março do mesmo ano, por motivos de saúde – vindo a falecer em 21 de abril. Assim, Sarney assumiria em seu lugar, mantendo o ministério escolhido por Tancredo e prometendo prosseguir com a redemocratização política, o que de fato ocorreria. Ainda em 1985, terminaria a censura aos órgãos de imprensa e às manifestações artísticas, e seriam legalizados os dois partidos comunistas brasileiros – PCB e PC do B. O Governo Sarney seria marcado pelo louvável avanço da redemocratização política, mas também pela reiterada (e tradicional) imposição de limites a quaisquer anseios de democratização social – além dos sucessivos fracassos no campo econômico. Em 1986, elegeria-se a tão ansiada Constituinte, mas com caráter apenas de Congresso Constituinte. Porém, a nova Carta (promulgada em 1988), malgrado essa limitação, seria sem dúvida a mais democrática já produzida no Brasil. Por fim, ocorreria em 1989 a primeira eleição direta para presidente da República desde 1960 – considerada aqui o marco final da redemocratização brasileira.

O PCB nos momentos decisivos da redemocratização: apoio tardio às Diretas Já e participação decidida no Colégio Eleitoral

A idéia da eleição direta para presidente como bandeira de luta passível de unificar as oposições e golpear fortemente o regime não era nova. Estava presente, por exemplo, entre as propostas dos documentos de fundação do PT em 1980: clamava-se por “Eleições livres e diretas em todos os níveis”²¹⁵. Em fevereiro de 1983 iniciou-se de fato uma campanha pelas eleições diretas para presidente da República, já para o sucessor de Figueiredo, cujo mandato terminaria oficialmente em 1985. O movimento, conhecido como *Diretas Já*, foi realizado em apoio à emenda constitucional apresentada ao Congresso Nacional pelo deputado federal Dante de Oliveira (PMDB). Logo a direção nacional do

²¹⁴ COUTINHO, Carlos Nelson. “Democracia e socialismo”, op. cit., pág. 52.

²¹⁵ “Plano de ação do Partido dos Trabalhadores” (fevereiro de 1980). In: *Partido dos Trabalhadores – resoluções de encontros e congressos (1979-1998)*, op. cit., pág. 72.

PMDB, capitaneada por Ulisses Guimarães, lançou uma campanha nacional, baseada em comícios cada vez maiores pelas mais importantes cidades do país – comícios que logo receberam crescente apoio da sociedade civil organizada (de sindicatos, movimentos de minorias políticas, associações de moradores, igrejas), além da incisiva participação de outros partidos, como o PT. No final de 1983 e início de 1984 se assistiu às maiores manifestações populares do país até então, culminando nos comícios do Rio de Janeiro (10 de abril de 1984, 500 mil pessoas) e de São Paulo (16 de abril de 1984, 1 milhão de pessoas). Malgrado todo o apoio popular, a emenda ficou a 22 votos da aprovação. A partir dali a mobilização popular refluíu, e o caminho se abriu para a negociação a “portas fechadas”.

Uma ausência sentida nos primeiros meses da campanha foi a do PCB. O partido sempre havia defendido coerentemente a proposta da Assembléia Constituinte²¹⁶. Além disso, é razoável supor que, naquele momento, lidando com suas lutas internas e retomando sua campanha pela legalidade, o partido estivesse num momento de certa paralisia decisória e excessivo temor em relação à possibilidade de um retrocesso na transição motivado por manifestações populares²¹⁷. Qualquer que tenha sido o motivo, o fato é que o partido tardou sobremaneira a prestar apoio e a participar efetivamente do movimento, engajando-se apenas quando percebeu sua irreversibilidade. Percorrer as páginas do jornal *Voz da Unidade* (àquele momento mais que nunca marcadamente *oficial*) é sem dúvida a melhor maneira de acompanhar a relação do PCB com as *Diretas*. Apenas em janeiro de 1984 o jornal passou a cobrir mais de perto o movimento, e a prestar-lhe um apoio consistente. Afirmou-se que os comunistas, respeitando a sua tradição democrata, apoiavam a campanha. Ressalvando-se, no entanto, que a luta por eleições diretas deveria ser ampliada, abarcando as liberdades democráticas em geral, e relacionar-se também com a “luta pela reversão da política econômica de desastre nacional.”²¹⁸ Em abril, no auge da campanha e às vésperas da votação, o partido propunha “firmeza e flexibilidade”, avançando na união de todas as forças pela aprovação da emenda, porém evitando o enfrentamento direto com o

²¹⁶ Mesmo após aderir à campanha, reafirmaria a centralidade da proposta de Assembléia Constituinte, à qual subordinava a luta por eleições diretas em todos os níveis.

²¹⁷ O que esteve no cerne dos desentendimentos finais entre a direção pecebista e os “renovadores” paulistas, naquele mesmo ano.

²¹⁸ “Força total à campanha pelas diretas”. *Voz da Unidade* n.º 185 (14/01/1984).

regime, o que só traria vantagens a este²¹⁹. Após a votação, o partido propôs “Avançar pelas Diretas e pela Constituinte” (significativamente, retomava imediatamente sua proposta principal), afirmou não ter preconceito em relação à negociação, e defendeu que a luta se desse a partir dali em torno da *Emenda Figueiredo*²²⁰, que poderia ser modificada pelas oposições, propondo-se novamente as diretas já²²¹.

Com o crescente deslocamento da “luta” para a “negociação”, restariam poucas opções a não ser o apoio a uma candidatura de oposição no Colégio Eleitoral que se aproximava – algo que o PCB fez sem titubear, seguindo sua proposta de “lutar para negociar, negociar para mudar”. O partido seria um dos primeiros a propor uma candidatura única dos democratas, baseada num mínimo programa político, econômico e social (“nova política econômica, uma nova política social e a construção de um Estado de direito democrático”²²²). Algo parecido com o que o partido propunha se materializou na *Aliança Democrática*, apoiada imediatamente pelos pecebistas. A contribuição programática do PCB àquela aliança foi a proposição de um “programa de salvação nacional” apresentado no *Manifesto dos comunistas à nação*²²³ (cuja aceitação o partido não condicionava seu apoio, já oficializado): uma reorientação substancial da economia (aí incluído o rompimento com o Fundo Monetário Internacional – FMI – e as reformas agrária, tributária e fiscal) e providências políticas imediatas como a convocação da Assembléia Constituinte com plena liberdade de organização partidária. O PCB seguiu apoiando a chapa oposicionista até sua vitória. Com a doença do presidente eleito, defendeu a posse do vice: “Garantida a lei democracia avança – com Tancredo hospitalizado, as forças democráticas devem respaldar Sarney até o fim do impedimento do presidente. Defender as soluções legais é defender o que agora mais importa: a estabilidade da transição.”²²⁴ O apoio pecebista ao novo governo foi mantido pelos anos seguintes.

O PCB passou sem maiores dificuldades da defesa de diretas já para presidente ao apoio à candidatura indireta – a tal ponto que os dois momentos puderam ser lembrados *a posteriori* como um movimento contínuo:

²¹⁹ “Editorial”, *Voz da Unidade* n.º 196 (7/04/1984).

²²⁰ Apresentada pelo presidente, que propunha eleições diretas para seu cargo a partir de 1988.

²²¹ “Editorial”, *Voz da Unidade* n.º 198 (28/04/1984).

²²² “Editorial”, *Voz da Unidade* n.º 204 (9/06/1984).

²²³ Publicado no *Voz da Unidade* n.º 211 (28/07/1984)

²²⁴ Manchete de capa do *Voz da Unidade* n.º 242 (23/03/1985).

nós sempre participamos das eleições aí, levando em conta a perspectiva da vitória contra o regime ditatorial e aproveitando a brecha que eles davam para participar. Até que veio aquele grande movimento de *Diretas Já*, grandes comícios, grandes concentrações nas quais o partido estava inserido. Achei realmente correto. É bom assinalar que o PT era contra! O PT tinha uma posição contrária a isso, tanto é que quando foi instalado o Colégio Eleitoral o PT expulsou três parlamentares que votaram a favor do Tancredo no Colégio Eleitoral. Era um período de transição para a democracia com voto direto, e eles não entenderam muito (ou não quiseram entender) na época. Às vezes é uma turma que eu fico olhando aí e dá a impressão de que eles é que realmente derrotaram a ditadura, e não foi bem assim... A história é outra. Um dia vai ser contada²²⁵.

Um outro depoente lembraria aquele processo de forma mais detalhada. Com tudo o que pode ter de construção posterior, o trecho a seguir é bastante interessante, e permite compreender melhor a atuação do partido naquele período:

a gente trabalhou com várias alternativas. Uma delas por exemplo, com um foco diferente, era a questão da luta pela eleição direta: forçar a ditadura a convocá-la. Ao mesmo tempo, a gente não tinha nenhuma ilusão de que ia haver essa convocação. Só com uma crise monumental, porque o projeto deles era fazer uma abertura “lenta e gradual”. Então a gente trabalhava com essas duas visões. (...) O nosso objetivo qual era: era acabar com a ditadura, conquistar a democracia. Se isso fosse pela eleição direta... bom, muito bem, mas se fosse outra solução, dava no mesmo. Mas qual era a visão da esquerda (daí veio a frustração, nas *Diretas Já*)? Era a idéia de confronto! Ou é eleição direta ou não é nada! Já a nossa política não. (...) O que interessava para nós? Era o fim da ditadura. E isso se deu pela via da negociação. Não haviam ainda as condições para fazer o confronto. De outro lado a ditadura não ia fazer a abertura escancarada. Então tinha que fazer uma saída no sentido de romper com o bloco monolítico da ditadura. Toda a estratégia nossa era no sentido de romper esse bloco. Desse movimento se formou a Aliança Democrática (...). Veio o Sarney da presidência do PDS para formar a chapa com o Tancredo Neves, que era do movimento popular, do MDB. E isso foi possível porque juntou o movimento de lutas, de massas, da sociedade organizada com a negociação, para fazer uma saída democrática que não fosse tão traumática nem para o regime militar nem que fosse o confronto final, a chegada da democracia que a gente desejava. (...) conseguimos o objetivo central nosso que era conquistar a democracia. Você vê que o PCB foi legalizado no Governo Sarney!²²⁶

Para uma melhor compreensão das razões da política pecebista naquele período, é importante lançar mão de seu programa recém-aprovado no VII Congresso. Nele, afirmava-se que o processo político brasileiro poderia seguir três direções:

A primeira é a da regressão política, pela via do golpismo, objetivando a manutenção dos traços centrais do regime. (...) A segunda perspectiva, passível de ser conjugada com a primeira, e na qual investem setores ponderáveis que sustentam o projeto de auto-reforma do regime, encontrando ressonância nos segmentos mais débeis da frente democrática, é a da

²²⁵ Geraldo Rodrigues dos Santos, op. cit.

²²⁶ Gilvan Cavalcanti de Melo, op. cit.

“conciliação nacional” – um pacto de elites que, contemplando reivindicações de setores da oposição burguesa, conduza a um entendimento pelo alto, capaz de articular um novo respaldo político e uma base social mais larga para o regime reformado. A terceira perspectiva, que os comunistas avaliam como a mais favorável para a evolução do processo brasileiro, aponta na direção de uma **solução política negociada** para os impasses atuais. Trata-se de, à base da pressão organizada das massas, conquistar as condições sociais e políticas – no plano do movimento social e no plano institucional – para ultrapassar o regime e sua orientação econômico-financeira recessiva através de negociações que incluam setores do governo, do regime e do PDS.²²⁷

É razoável supor que, ao prestar apoio à Aliança Democrática, vários pecebistas entendessem que aquilo era a materialização desse terceiro caminho (o preferido pelo partido). No entanto, assim como na análise oficial do PCB a segunda alternativa era “passível de ser conjugada com a primeira”, parece ter escapado à compreensão pecebista naquele momento que a terceira opção também era passível de conjugação com a segunda – já que a realidade nunca é estanque a ponto de caber em esquematizações (por mais lúcidas que sejam). O processo brasileiro parece ter apresentado características dos dois últimos “tipos ideais” apresentados na análise pecebista: de fato ultrapassou o regime e em parte modificou sua política econômica, além de ter se dado de forma negociada e com a participação de setores do governo. Mas, ao mesmo tempo não deixou de ser majoritariamente um pacto de elites, assumindo caráter de “conciliação nacional” (expressão utilizada pelo próprio Tancredo Neves em sua campanha), em parte pela insuficiente participação das massas no processo – um fator importante para que o processo se desse da forma desejada pelo PCB (algo reconhecido pela própria análise do partido).

Pode-se afirmar, em defesa da atuação pecebista, que a maneira como se deu a redemocratização, traduzida numa coalizão controlada majoritariamente por setores conservadores e eleita por via indireta, que somente mais tarde convocaria um Congresso Constituinte (não uma Assembléia Constituinte), não representava os anseios dos pecebistas em toda sua plenitude. Entretanto, a redemocratização se dava pela via pacífica, por uma combinação de negociação com mobilização popular (apesar do nítido desequilíbrio) – assim como o PCB vinha apregoando por um longo tempo. Ao partido naquele momento interessava o *conteúdo* da democracia que emanaria daquele processo. Mas importava mais que tudo que a redemocratização *ocorresse*: esta era a meta prioritária do partido. O PCB acabou optando pelo caminho que lhe parecia o mais seguro para a

²²⁷ Partido Comunista Brasileiro. *Uma alternativa democrática para a crise brasileira*, op. cit., pág. 176.

concretização dessa meta. Reafirmou, dessa forma, sua luta prioritária pela redemocratização brasileira – algo que não deve ser desmerecido.

Tal percepção, no entanto, não seria compartilhada por todas as forças de esquerda naquele momento. A avaliação da atuação pecebista por parte do PT (que já naquele momento se consolidava como principal pólo das esquerdas) e de seus principais líderes não era das melhores:

os PCs que atuam dentro do PMDB promovem uma insidiosa colaboração com a burguesia, abrandando a luta de classes e retendo a evolução dos movimentos populares e sociais. [José Genoíno²²⁸, por exemplo, acha que é vergonhoso o papel desempenhado pelo PCB, PC do B e MR-8, “em dar tinturas de esquerda ao tancredismo”. José Dirceu vai mais longe: “eles fizeram um acordo com a oposição liberal-conservadora para tirar a sucessão das ruas e transferi-la ao Colégio Eleitoral.”²²⁹

José Paulo Netto, intelectual que integrava então a Comissão Executiva Nacional do PCB, apressou-se em desmentir aquelas pesadas acusações:

não é verdade, segundo ele, que o seu partido tenha conchavado com a burguesia para desmontar os palanques e mandar o povo para casa. “Participamos da campanha das diretas-já segundo a nossa força. Agora nunca fizemos parte dos que defendiam a tese das diretas ou o caos. Quando constatamos, em maio passado, a inviabilidade da aprovação das diretas, procuramos encontrar um conduto para o espírito marcante da campanha, que era mudanças-já para substituir o modelo de desenvolvimento implantado em 64. Assim, não tivemos dificuldades em transitar, antes de qualquer outra força de esquerda, para a candidatura dos democratas. Agora supor que nossa força levaria à aprovação da emenda Dante de Oliveira, é antes de tudo nos conferir uma dimensão que não temos”.²³⁰

O principal concorrente dos pecebistas no campo marxista-leninista, o PC do B, apesar de merecer por parte de outros setores de esquerda críticas semelhantes às recebidas pelo PCB, ainda guardava divergências em relação a esta agremiação (à qual se referia apenas como “partido revisionista”):

No momento, as políticas dos PCs são praticamente a mesma para interromper o regime implantado em 64: apoiar Tancredo Neves. A diferença fundamental, nesse caso, é que o PC do B “não alimenta qualquer ilusão a respeito dessa candidatura que é, do ponto de vista

²²⁸ Genoíno nesse momento era, curiosamente, o principal representante da “esquerda petista”, liderando o Partido Revolucionário Comunista (PRC – principal agrupamento de extrema-esquerda entre os vários que então povoavam o PT).

²²⁹ FARIAS, Orlando. “Panorama atual das esquerdas no Brasil”. In: *Socialismo e Democracia*. São Paulo: Alfa-Omega, n.º 5, janeiro de 1985, pág. 46.

²³⁰ *Ibid.*, págs. 46-47.

social, representante de setores consideráveis das classes dominantes”, ressalta o deputado comunista Haroldo Lima. O apoio decorre da proposta inicial de Tancredo Neves em fazer um governo de transição democrática, o que possibilitará “o avanço da organização e da luta do povo brasileiro”.²³¹

Quanto ao PT, se posicionou oficialmente pelo boicote ao Colégio Eleitoral²³² e oposição ao governo eleito a partir dele (qualquer que fosse o resultado do pleito), no Encontro Nacional Extraordinário (realizado em Diadema, São Paulo, nos dias 12 e 13 de janeiro de 1985). Esse encontro aprovou o documento denominado *Contra o continuísmo e o pacto social – por uma alternativa democrática e popular*, que logo em seu princípio defendeu “um plano de ação e uma plataforma de lutas por uma alternativa democrática e popular, que se contraponha ao regime, à transição conservadora e ao pacto social. Isto significa que o PT, desde já, se coloca claramente como oposição ao governo que, no Colégio Eleitoral, sucede o presidente Figueiredo.”²³³ Nesse documento, o PT não se furtou em classificar o PCB e o PC do B como “partidos reformistas”, atacando “suas posturas reformistas e de cooptação do movimento popular e sindical para o terreno da Aliança Democrática.”²³⁴ Por fim, narrou os acontecimentos de 1984 da seguinte forma:

o PT era a única força capaz de pôr em prática uma política independente dos trabalhadores, através da criação de um pólo alternativo que atraísse todas as demais forças políticas dispostas a levar a campanha das Diretas até as últimas consequências. Em virtude de sua vocação para desenvolver outras lutas de interesse dos trabalhadores e do povo brasileiro (...), ao lado da campanha das Diretas, este pólo alternativo teria contribuído para que o movimento acumulasse força, assegurando sua continuidade mesmo após a derrota da Emenda das Diretas no Congresso Nacional. A concretização desse pólo, no entanto, acabou sendo inviabilizada, entre outros motivos, pela recusa de setores progressistas do PMDB, do PCB, do PC do B e do MR-8 de se aliarem a nós. Ao se submeterem à hegemonia liberal-burguesa, estes setores não se opuseram efetivamente à desmobilização da campanha das Diretas, incorporaram-se à Aliança Democrática, deram seus votos para regulamentar o Colégio Eleitoral e, hoje, ainda que isolados pelos setores mais conservadores, servem para legitimar a transição conservadora.²³⁵

Pesadas críticas à política do PCB nos decisivos momentos da redemocratização também vinham de grupos e personalidades que recentemente haviam se afastado do partido. Luiz Carlos Prestes, em meio ao movimento pelas diretas, mantinha a opinião de

²³¹ Ibid., pág. 49.

²³² Três deputados federais petistas (Aírton Soares, José Eudes e Bete Mendes) acabaram desrespeitando a decisão do Encontro e votando em Tancredo no Colégio Eleitoral. Foram expulsos do PT.

²³³ Partido dos Trabalhadores. *Resoluções de encontros e congressos (1979-1998)*, op. cit., pág. 179.

²³⁴ Ibid., pág. 190.

²³⁵ Ibid., págs. 179-180.

que “esta abertura não é uma democracia nem leva à democracia. São concessões ao descontentamento popular que vai crescendo, para conservar o essencial para o imperialismo e para os monopólios.”²³⁶ O ex-secretário-geral (que seguiria sem partido até seu falecimento em 1990) se posicionaria contrariamente à participação no Colégio Eleitoral, e após a posse do novo governo (dias antes da legalização do PCB) afirmaria que

não acredita na legalização do PCB “enquanto a Lei de Segurança Nacional estiver de pé”. (...) Prestes afirma que “um partido revolucionário só vai conquistar a legalidade na luta” e condena a atitude da direção do Partido, que “anda ajoelhando aos pés de qualquer político, apoiando o governo Sarney de olhos fechados”. Ele criticou as declarações do deputado comunista Roberto Freire (PMDB-PE), logo após a vitória de Tancredo no Colégio Eleitoral, de que havia sido conquistado um espaço democrático e o governo deveria ser apoiado “incondicionalmente” para evitar golpes: “Isto não é posição revolucionária. O PCB, o PC do B e o MR-8, com esse comportamento, estão a reboque da burguesia.”²³⁷

Por outro lado, os “renovadores” também não se furtaram a criticar vários aspectos da atuação do PCB naquele período. Apesar de uma análise da realidade brasileira absolutamente diversa da difundida por Prestes, também viram de forma negativa (por diferentes razões) a atuação pecebista. Werneck Vianna, por exemplo, (por ocasião da campanha pelas diretas) registrou a

miserável incapacidade da atual direção do PCB, por inércia e incompetência, para organizar e dar direção a este juvenil e robusto movimento de massas de milhões, que agora começam a adquirir a consciência de seu destino. (...) o simples fato do PCB se deixar ultrapassar, em termos de influência entre as massas, por partidos ingênuos e inconclusos, como o PT, ou pelo PC do B, fóssil escapado do baú da arqueologia da história do movimento comunista brasileiro, se constitui em deprimente exemplo da falência de um grupo dirigente.²³⁸

Por seu turno, a maioria dos “renovadores” paulistas recém-afastados do PCB assumiu uma postura um tanto mais radicalizada ao longo daquele processo, progressivamente se aproximando das posições oficiais do PT. Seu apoio à campanha pelas diretas começou cedo, ainda no início de 1983 (e no interior do PCB). Logo após a derrota da campanha, atacaram violentamente a direção pecebista, acusando-a de negociar a

²³⁶ “Entrevista: Luiz Carlos Prestes”. *Socialismo e Democracia*. São Paulo: Alfa-Omega, n.º 1, janeiro de 1984, pág. 90.

²³⁷ “Prestes não acredita que PCB consiga a legalização”. “Folha de São Paulo”, 10 de maio de 1985, apud *Socialismo e Democracia*. São Paulo: Alfa-Omega, n.º 7, julho de 1985, págs. 107-108.

²³⁸ VIANNA, Luiz Werneck. “O problema da ruptura”. *Presença*. São Paulo: Caetés, n.º 3, maio de 1984, pág. 19.

sucessão indireta com Tancredo dias antes da votação da *Emenda Dante de Oliveira* no Congresso Nacional:

Ao longo desses meses de impressionante movimentação das massas, que representa aquilo pelo que lutamos, aquilo que sonhamos durante tantos anos, essa gente foi descrente, omissa, depois oportunista, dúplice. Em palavras, aderiram à campanha. (...) Nos bastidores – único lugar onde atualmente agem – destilavam desânimo e uma indecente ânsia de pôr um ponto final em toda a mobilização, para que tivesse início a “negociação”. (...) Na antevéspera da votação da emenda, decidiram-se pela traição aberta. Não quiseram ser ultrapassados por Tancredo Neves, resolveram saltar juntos na piscina vazia do “consenso”.²³⁹

Esses militantes repudiaram as tratativas para a participação oposicionista no Colégio Eleitoral, propondo ao longo de todo o ano de 1984 a manutenção da mobilização popular e a valorização das lutas sociais (especialmente econômicas). Ruas esvaziadas, possibilidades concretas postas nas eleições indiretas, continuaram “clamando no deserto” contra o “pacto das elites” e a “conciliação nacional”. Não viram maiores diferenças entre o projeto proposto pela Aliança Democrática e o projeto “aberturista” levado a cabo nos dois governos ditatoriais anteriores. Acabaram optando pelo ingresso no PT.

Malgrado todos os ataques à atuação pecebista naquele momento, o partido prestou apoio ao governo indiretamente eleito, e logo obteve (na esteira da democratização política levada adiante pelos novos mandatários) sua tão aguardada legalização. Tal conquista deu a certeza a muitos pecebistas de que seguiam o caminho mais correto, e de que novas portas se abririam ao partido a partir de então.

O “PCB legal”: do otimismo à decepção

O PCB vinha de trinta e sete anos de ilegalidade. Nesse período, viveu situações diversas, que iam desde a semilegalidade até a mais violenta repressão (que quase extinguiu de fato o partido). Depois de intensa campanha e negociação pela sua legalização (iniciada em 1980, paralisada com a repressão policial ao VII Congresso no final de 1981 e retomada em 1983), finalmente chegava o tão aguardado momento da legalidade. O PCB finalmente

²³⁹ “Vergonha”. In: CAPISTRANO FILHO, David et. al. (orgs.) *Há o que fazer – a esquerda na Nova República*, op. cit., pág. 94.

podia mostrar sua face à sociedade, emergir depois de décadas de perseguições. Esse momento histórico trouxe novo ânimo à maioria dos pecebistas, e renovou as esperanças de uma retomada do poderio do velho partido. Porém, como temos visto até aqui, os tempos eram difíceis para o PCB.

O dia 8 de maio de 1985 (data da legalização do partido) foi noticiado da seguinte forma pelo órgão oficial pecebista:

Comunistas começam campanha de filiação já – Momento histórico para a democracia: o deputado federal Roberto Freire – PMDB-PE – entrega ao diretor-geral do TSE [Tribunal Superior Eleitoral], Dr. Geraldo Costa Manso, o manifesto, estatuto e programa do PCB para seu registro legal. Eram 2h45min. da tarde do dia 8 de maio de 1985. É um momento histórico, diz Freire, pois os comunistas só tiveram dois anos de legalidade em 63 anos de lutas. “Mandarei protocolar imediatamente”, responde o diretor-geral do TSE. “O dia 8 de maio é a comemoração da derrota do fascismo na II Guerra Mundial e agora também do fascismo interno”, comenta Freire emocionado.²⁴⁰

Agora legalizado, O PCB passou a se dedicar à sua organização nos moldes exigidos pela lei eleitoral para obtenção de sua legalidade definitiva (ao mesmo tempo em que se preparou para a sua primeira participação eleitoral legal desde janeiro de 1947). A campanha de filiação levada a cabo nesse processo pareceu confirmar a fé num substancial crescimento do partido a partir daquele momento: “O crescimento das fileiras do PCB (...) é produto da orientação política exitosa que os comunistas têm implementado. (...) ele ainda está longe de responder quer às potencialidades existentes, quer às necessidades de representação política da classe operária.”²⁴¹ Entretanto, em breve esse aparente crescimento encontraria suas limitações.

O PCB seguiu apoiando o Governo Sarney. A única ressalva que fez em seus primeiros meses foi à área econômica, que estaria destoando dos avanços governistas no campo político (legalização dos partidos comunistas, eleições diretas em todos os níveis, voto do analfabeto). Cobrava-se de Sarney o cumprimento do programa da Aliança Democrática. “Se o governo avançou no campo político, não se pode dizer o mesmo do econômico. O avanço nos terrenos político e social não é viável com diretrizes econômicas tímidas ou conservadoras.”²⁴² Pelo menos entre 1985 e 1986, praticamente todas as medidas do governo foram defendidas ardentemente pelo PCB, que classificava qualquer

²⁴⁰ Capa, *Voz da Unidade* n.º 249 (01/05/1985).

²⁴¹ “O PCB cresce”, Editorial, *Voz da Unidade* n.º 258 (13/06/1985).

tipo de oposição ao novo governo como “antidemocrática”. Consequentemente, nas eleições municipais de 1985, o PCB apoiou em quase todo o país candidatos do PMDB e do PFL (da *Aliança Democrática*), lançando candidaturas próprias em apenas doze municípios. Bom exemplo dessa tática é a eleição para a prefeitura de São Paulo, na qual os pecebistas apoiaram Fernando Henrique Cardoso (então no PMDB). O partido compreendeu aquele momento nos seguintes termos:

Dias decisivos para a vitória – No próximo dia 15 [de novembro, dia das eleições] o povo será novamente chamado a derrotar os reacionários e fascistas. Nestes poucos dias que restam, mais e mais os esforços dos que não querem a volta ao passado, dos que amam a democracia, dos que batalham pelas reivindicações dos trabalhadores, deverão concentrar-se na luta. É em São Paulo, cujo resultado eleitoral terá repercussão imediata em todo o país, que a mobilização terá que ser mais e mais intensa, em favor de Fernando Henrique Cardoso, que representa as forças do avanço, da mudança e da democracia.²⁴³

Por outro lado, analisou a opção do PT por candidaturas próprias (que, além de tática eleitoral, traduzia a oposição petista à forma como se processava a transição democrática) da forma mais negativa possível. Abriu-se mais que nunca um fosso entre as duas agremiações. No caso de São Paulo, a candidatura de Eduardo Suplicy a prefeito foi acusada de “divisionista e incoseqüente”, como a maioria das candidaturas do PT. Os pecebistas criticaram a opção petista pelas candidaturas próprias, afirmando que ela dividia as forças democráticas e favorecia os “fascistas”. Afirmou-se que “o PT permanece imerso no equívoco de achar que pode fortalecer-se às custas do enfraquecimento da democracia, do desgaste e oposição sistemáticos à Nova República, ao PMDB e ao conjunto das forças democráticas.”²⁴⁴ Não levaram em conta que o PT não se posicionava contra a democracia de uma maneira generalizada, nem que o aumento de uma difusa percepção de que os sonhos democráticos acalentados por tanto tempo como a “cura” dos males nacionais não se realizariam na “Nova República” só iria consolidar a hegemonia petista entre a esquerda e os trabalhadores organizados. Por seu turno, a cada greve que ocorria (em geral liderada por sindicalistas ligados à CUT) o PCB fazia uma série de objeções, temendo que uma radicalização dos movimentos populares pudesse desestabilizar o novo regime. O PCB se declarava o “artífice” da nova ordem, por ter defendido a transição “negociada” desde seu

²⁴² “Editorial”, *Voz da Unidade* n.º 244 (06/04/1985).

²⁴³ Capa, *Voz da Unidade* n.º 274 (01/11/1985).

início, mas se afastava cada vez mais das massas que julgava representar, enquanto “partido da classe operária”.

Enquanto isso, o PCB tentava ampliar (sem muito sucesso) seu espaço institucional. Os primeiros resultados eleitorais na legalidade foram muito aquém do esperado, o que começaria a minar a autoconfiança propagandeada pela direção pecebista. Como recorda um depoente,

Os resultados do PCB eram maiores, porque a gente colhia dentro do PMDB, então quando concorreu mesmo como PCB... A primeira eleição como PCB foi uma tragédia! No PMDB nós tínhamos oito deputados. Alguns nem aceitaram se filiar ao PCB. O Roberto [Freire] fez muita pressão, mas os únicos que aceitaram foram ele, Fernando Sant'ana e o [Alberto] Goldman (mesmo assim...). Mas o Tilden de Lima não aceitou, o Jackson Barreto... Foi por aí.²⁴⁵

A tão aguardada Constituinte foi eleita em 1986 e abriu seus trabalhos em 1987, mas não exatamente da forma preconizada pelo PCB. No entanto, apesar de suas limitações, o partido não se furtou a apoiar o projeto: “Em outubro de 1985, o Executivo apresentou ao Congresso uma emenda conferindo poderes constituintes aos parlamentares que fossem eleitos em novembro de 1986. A despeito de algumas restrições, os parlamentares do PCB, ao lado do PMDB, PFL, PC do B e setores do PDS, votaram a favor da emenda, em oposição ao PT, PDT e parte do PDS”²⁴⁶. As eleições de 1986 ganhavam grande peso para o PCB, pois elegeriam, além dos governadores e deputados estaduais, os representantes que escreveriam a nova Carta. Já em janeiro de 1986, a direção do partido iniciava a mobilização das forças pecebistas em torno desse pleito, propondo como metas “eleger uma forte bancada federal, consolidar o partido no plano nacional, lutar por eleições em dois turnos, apoiar a transição democrática, divulgar o compromisso com o socialismo, combater o populismo de esquerda e de direita, lutar pelas reivindicações do povo, buscar alianças com as forças progressistas.”²⁴⁷ Alguns meses depois, uma nova reunião da direção reafirmou a política eleitoral pecebista, apontando para a necessidade de coligações com “as forças democráticas que sustentam a transição e o governo Sarney (...) [e para a]

²⁴⁴ “Um recado ao PT: votar em Fernando Henrique é barrar o avanço da direita”. *Voz da Unidade* n.º 273 (25/10/1985), pág. 3.

²⁴⁵ Givaldo Siqueira, op. cit.

²⁴⁶ PANDOLFI, Dulce. Op. cit., pág. 229.

²⁴⁷ “A tática eleitoral comunista”. *Voz da Unidade* n.º 284 (31/01/1986).

incompatibilidade de nossa política com qualquer tendência de substituição de frentes eleitorais democráticas por frentes eleitorais de esquerda.”²⁴⁸

Nesse meio-tempo, o partido prestou veemente apoio ao Plano Cruzado, lançado em fevereiro de 1986 e defendido ao longo do ano pelos pecebistas que conclamavam a população a tomar as ruas para fiscalizar se o congelamento de preços estava sendo cumprido. Em setembro, a direção pecebista reafirmou sua visão positiva do plano econômico e da atuação do governo de maneira geral:

O governo Sarney extinguiu a ciranda financeira e a correção monetária, congelou os preços e aluguéis (com ampla participação e mobilização popular), golpeando a inflação e a carestia. Fez mais: elaborou o Plano de Metas, iniciou a reforma agrária, convocou a Constituinte e adotou outras medidas democráticas. A dívida externa está sendo negociada sem submissão aos banqueiros internacionais e a economia nacional gerida sem a ingerência do FMI. O Brasil cresceu em sua soberania. No entanto, ainda há muito o que fazer e corrigir.²⁴⁹

Na verdade, o partido sempre reconhecia certas limitações nas políticas governistas, e atribuía isso ao fato do novo governo ser fruto de uma transição que contou com uma ampla aliança entre setores progressistas e conservadores. Portanto, o partido pretendia atuar no interior da aliança fortalecendo as posições mais avançadas, isolando os conservadores. Ao mesmo tempo, combatia os setores de esquerda oposicionistas (capitaneados pelo PT), buscando neutralizar de alguma forma suas atitudes radicalizadas que na concepção pecebista, “faziam o jogo da direita”. Assim,

Fica evidente a perspectiva, tradicional na prática do partido, da possibilidade de se trabalhar estrategicamente no reforço de certos setores do governo e, a partir daí, reduzir os espaços dos conservadores, avançando nas mudanças. Uma vez mais, o partido se colocava na posição de peça de balanceamento indicando e controlando os “desvios” de radicais e conservadores. O fato, porém, é que, como em outros períodos da história brasileira, o PCB parecia “dócil” para os setores mais *combativos* e, como sempre, “perigoso” para os setores mais conservadores.²⁵⁰

Às acusações de “docilidade” e “reformismo” proferidas pelos petistas, os pecebistas respondiam acusando os adversários de “socialdemocratas”:

²⁴⁸ “As resoluções do plenário da direção nacional do PCB”. *Voz da Unidade* n.º 298 (16/05/1986).

²⁴⁹ *Voz da Unidade* n.º 314 (05/09/1986), apud PANDOLFI, Dulce. Op. cit., pág. 230.

²⁵⁰ SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos*, op. cit., pág. 259.

Não raro dirigentes petistas revelam uma posição estreita e sectária contra o nosso partido, que em nada ajuda a unidade das forças democráticas e populares. (...) o presidente nacional do PT acusou o partido de “dócil”, numa evidente incompreensão de nossa política, o que tem ocorrido até mesmo com muitos camaradas nossos. (...) Na campanha anti-PCB, freqüentemente os petistas nos acusam de “reformistas”. (...) Lula revela-se o autêntico reformista, quando proclama que a fome, o desemprego etc., podem ter solução nos marcos do capitalismo. Sem dúvida é uma questão de tempo ficar mais claro qual é o partido “reformista” e “dócil” à burguesia.²⁵¹

Quanto às eleições de 1986, apesar da mobilização ao longo do ano, os resultados acabaram sendo extremamente negativos para o partido, que elegeu uma bancada de apenas três deputados federais constituintes (Roberto Freire, Fernando Sant’ana e Augusto Carvalho) – enquanto seu aliado preferencial, o PMDB (em boa parte pelo aparente sucesso do plano econômico) elegia de longe a maior bancada, bem como praticamente todos os governadores (à exceção de um). Assim, o PCB participou dos trabalhos da Constituinte (tão valorizada pelo partido) extremamente enfraquecido, sem conseguir intervir tão diretamente em seus resultados – malgrado a atuação destacada de seus parlamentares. Em nova reunião da direção após as eleições, os pecebistas acusaram o golpe. Afirmou-se que o “resultado referente ao PCB foi profundamente insatisfatório. Esperava-se um resultado melhor.”²⁵² No entanto, preservou-se dos ataques à linha do partido, afirmando-se que o desempenho do PCB havia sido “uma derrota eleitoral, não política.”²⁵³ Os dirigentes pecebistas culpavam algumas direções estaduais por certos insucessos, lembraram que o anticomunismo foi sido bastante explorado na campanha e que várias legendas de esquerda disputaram o mesmo espaço que o partido. No entanto, reconheceram que o PCB emergiu da legalização como um partido pequeno.

Depois de pouco mais de um ano e meio de legalidade, esta foi a primeira manifestação oficial das dificuldades vividas pelo partido. O tom geral de otimismo e autopromoção da direção iria a partir dali iniciar uma lenta mas constante inflexão. Em algum tempo, o PCB se assumiria como um partido em profunda crise, em busca de uma saída. Algo que militantes descontentes com os rumos da agremiação já haviam apontado anos antes a partir de óticas variadas, e que pecebistas não afinados com o discurso da direção continuavam a repercutir dia após dia. O resultado eleitoral era apenas mais um entre os aspectos mais visíveis de uma crise geral – ideológica, organizacional e de

²⁵¹ ZARATTINI FILHO, Ricardo. “Dócil é o PT”. *Voz da Unidade* n.º 308 (25/07/1986), pág. 6.

²⁵² “PCB convoca Congresso”, *Voz da Unidade* n.º 326 (11/12/1986), págs. 8 e 9.

representação – que o partido vivia. Um período de tantas dificuldades e incertezas que é lembrado por ex-pecebistas de maneira radicalmente negativa: “A referência da esquerda era o PT, não éramos mais nós. Tanto que quando o PCB foi legalizado já estava praticamente morto, um partido que nasceu morto.”²⁵⁴

Partido da “ordem” ou da “revolução”?

Durante *todo* o período analisado neste trabalho, o PCB viveu uma crise que acabaria pondo sua existência em questão. A quase todo momento tal crise era sentida, diagnosticada publicamente e atacada de várias formas por boa parte dos pecebistas. É visível, no entanto, a existência de períodos de represamento da crítica militante pecebista – pelo menos pública. O período que vai, grosso modo, de 1984 até meados de 1986 é o mais claro deles. Tratava-se de uma “pacificação” do partido, ao mesmo tempo forçada e natural. Deve-se recordar que o PCB vinha de um cerceamento por parte de sua direção das críticas formuladas “à esquerda” e “à direita” do diversificado espectro pecebista. Por outro lado, os processos de redemocratização brasileiro e de legalização do partido parecem ter mobilizado a maior parte das energias militantes do PCB, além de terem produzido uma espécie de “onda de otimismo” nas fileiras pecebistas. Porém, as decepções com os resultados do novo regime e do “PCB legal” logo se faziam sentir, e haveria um recrudescimento das críticas públicas (algumas retomando argumentos de recentes dissidências) por parte da militância pecebista em relação aos rumos que o partido vinha trilhando. O fugaz clima de otimismo daria progressivamente lugar à perplexidade.

O estopim para isso foi a convocação por parte da direção de uma Conferência Nacional em 1986 para discutir a tática eleitoral do partido. Com a abertura da Tribuna de Debates para o encontro, no entanto, viria a surpresa: uma enxurrada de manifestações críticas à tática e à estratégia do partido – ou seja, a toda a política pecebista, discutida recentemente (porém de forma truncada) no VII Congresso. Um espaço desse tipo funcionaria (não pela primeira vez) como uma brecha para o debate, o que denota duas

²⁵³ Id.

coisas: em primeiro lugar, que a direção pecebista naquele momento permanecia sendo insuficientemente representativa do corpo militante; e em segundo lugar, que a máquina pecebista, da maneira como estava organizada, se tornava progressivamente inadequada a uma sociedade complexa de capitalismo já consolidado (apresentando assim dificuldades em compreender a nova realidade, aprofundar sua democracia interna, ampliar seu poder de reação às mudanças, desobstruir a comunicabilidade entre as instâncias partidárias, liberar as energias de crítica e ação da militância, etc.). Um artigo exemplar (entre tantos) dessa retomada crítica foi escrito pelo dirigente José Paulo Netto e intitulado “Crise de identidade no PCB”. Nele, o autor alertava que

os expedientes tradicionais empregados historicamente para contornar conjunturas como esta [de crise] não funcionarão mais e que o tempo (político) conspira contra nós: ou superamos rapidamente o circuito crítico que nos imobiliza, capitalizando os nossos acertos até a derrota política da ditadura, ou a ponderação política real do PCB na reordenação democrática da sociedade brasileira terá o peso real de uma pluma.²⁵⁵

Netto afirmava que a política pecebista, justa até a posse do governo da Aliança Democrática, incorreu a partir daí no equívoco de (ignorando o componente “continuista” do processo)

tratar o governo da AD como se fosse o governo da frente democrática (...) [e] a necessária estabilidade da transição como sendo apenas a estabilidade deste governo, olvidando que a estabilidade da transição só será garantida pelas reformas substanciais (...). Daí a nossa política defensivista, que nos tem colocado como avalistas do governo da AD, temerosos das reivindicações “desestabilizadoras” e uma quase linha auxiliar do PMDB.²⁵⁶

Propunha um “apoio crítico” ao governo (que preservasse a “independência” do partido) e a valorização da mobilização social – que o PCB vinha negligenciando em função da atuação institucional, arriscando-se a se tornar mais um partido “parlamentar”. Somente assim, o partido conseguiria se impor “às tendências esquerdistas (e mesmo aventureiras) que se nutrem da insatisfação de ativos setores populares (...) [e à] pressão (externa e interna) para convertê-lo num ‘partido da ordem’.”²⁵⁷ Havia no interior do PCB já naquele momento “a percepção de que para o partido assumir sua condição de *protagonista* da causa socialista,

²⁵⁴ Gilvan Cavalcanti Melo, op. cit.

²⁵⁵ NETTO, José Paulo, apud SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos*, op. cit., pág. 255.

²⁵⁶ Ibid., págs. 255-256.

²⁵⁷ Ibid., pág. 256.

ele precisava mudar e fazer frente às outras posições [leia-se PT], que acabavam se tornando hegemônicas no seio dos movimentos sociais, já que recusavam a política *defensivista*. Esse diagnóstico, pode-se dizer, parecia bastante apropriado.”²⁵⁸

A resposta às críticas por parte da direção pecebista foi adiar a Conferência, afirmando que esta não se fazia necessária nos moldes em que havia sido convocada porque a tática eleitoral do partido já estava formulada e a realização da reunião desviaria as energias do partido do processo eleitoral já em andamento. Prometeu-se remarcá-la após as eleições. A partir daí, entretanto, as críticas à linha do partido não cessaram mais, tornando-se mais pesadas. Passou a ser recorrente a idéia de que o partido estava “abandonando os trabalhadores”, tornando-se o “partido da ordem”, fazendo alianças com a direita. Já afirmava-se abertamente que as propostas políticas do PCB haviam sido ultrapassadas pelos acontecimentos recentes, fazendo-se urgente a convocação do VIII Congresso. A direção pecebista não ficou imune a esses clamores (nem aos péssimos resultados eleitorais), convocando para meados de 1987 o VIII Congresso do PCB. No entanto, limitou seu poder decisório, conferindo-lhe caráter “extraordinário”, dedicado apenas à deliberar acerca dos seguintes temas: “a) a política da Transição Democrática, Constituinte; b) balanço do trabalho partidário; c) regimento de funcionamento do partido; d) eleição da Direção.”²⁵⁹ Não se discutiria a estratégia aprovada no último congresso (1984), pois para a maioria dos dirigentes pecebistas ela permanecia atual – só perderia sua razão de ser quando o processo de transição democrática se completasse.

Finalmente, de 17 a 19 de julho de 1987, em Brasília, foi realizado o VIII Congresso (Extraordinário) do PCB – envolto em certa emoção por ser o primeiro congresso legalizado em toda a trajetória do partido. As discussões públicas deflagradas pelo processo congressual, entretanto, demonstram que o partido permanecia dividido, e de maneira tão profunda que a situação tendia a se cristalizar, como frisa Zuleide Faria de Melo: “quando chegou o VIII Congresso a luta já estava bastante acirrada, aí já ficava claro que havia um divisor de águas realmente, o choque das idéias se refletia na realidade política, no movimento sindical, mostrava claramente que a rigor já haviam dois partidos.”²⁶⁰ Givaldo Siqueira também aponta o VIII Congresso como um “divisor de

²⁵⁸ SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos*, op. cit., págs. 256-257.

²⁵⁹ “PCB convoca Congresso”, op. cit.

²⁶⁰ Zuleide Faria de Melo, op. cit.

águas”: a partir dali começava a se definir com clareza um grupo contrário ao teor das transformações pelas quais o partido vinha passando, “um grupo de resistência, que antes não era transparente, não se assumia plenamente, vivia nas sombras, e que aí começa a se manifestar com muita clareza. Esse VIII Congresso foi uma demonstração disso. Os opositores chegaram ao final com vinte por cento dos votos, apoiados principalmente no município do Rio de Janeiro e com pequena representação em alguns outros estados.”²⁶¹ O recorrente dilema do PCB entre ser o partido das reformas ou da revolução, da classe operária ou do “povo brasileiro”, se aprofundava ainda mais nesse momento:

O antigo partido da insurreição e da revolução estava se afirmando, na década de 80, como o partido da legalidade e da ordem. A preocupação de diversos militantes com a identidade do PCB não era apenas retórica ou simples decorrência da diversidade interna ou da convivência (pacífica ou conflituosa) das várias correntes que se deparavam com dilemas constitutivos que fizeram a história do PCB. De fato, certas crenças e símbolos centrais, reafirmadores do pertencimento ao Partido Comunista, estavam em jogo, colocando em risco a contínua produção e reprodução dessa identidade.²⁶²

O encontro emitiu uma declaração política intitulada *Uma política para a democracia na perspectiva do socialismo*, que demonstrou a divisão do partido. A declaração abraçou as contradições do partido, não deixando de ser uma síntese das aspirações divergentes (obviamente com ênfase nas posições majoritárias da direção). Defendeu que, assim que se concluísse a transição democrática e a conquista definitiva do Estado de Direito democrático, o partido deveria lutar pela formação de um novo “bloco histórico” democrático e nacional que implementasse governos democráticos promotores de uma democracia de massas, rumo ao socialismo. Quanto à conjuntura, apontou retrocessos do Governo Sarney (derivados das contradições entre as forças que o apoiavam), como a demissão do ministro da Fazenda Dilson Funaro (tido pelos pecebistas como representante das forças progressistas do governo), o Plano Bresser (elaborado pelo novo ministro Luiz Carlos Bresser Pereira e tido como uma retomada de alguns elementos da política econômica do regime ditatorial) e as recorrentes tentativas do governo em interferir na Constituinte – entre outros exemplos. Defendeu-se que a correlação de forças no interior do governo estava progressivamente mudando em favor das forças conservadoras. “A direção do PCB deixava claro, agora, que o seu apoio ao governo Sarney

²⁶¹ Givaldo Siqueira, op. cit.

não poderia ser entendido como incondicional.”²⁶³ Reconheceu-se a confusão muitas vezes realizada entre a frente democrática sempre defendida e o governo emanado da Aliança Democrática. “Segundo a direção, o significado da democracia política e a sua relação com o processo revolucionário haviam sido incompreendidos pelos militantes. Os documentos partidários não haviam elaborado com clareza a vinculação direta entre a democracia e a própria luta de classes.”²⁶⁴ Então não havia ficado tão claro que,

Para os comunistas, a luta pela democracia, pela manutenção, ampliação e aprofundamento das conquistas alcançadas no Estado de Direito democrático é parte integrante da luta pelo socialismo, via democracia de massas. Assim ressurgiram no nosso meio concepções antigas e dogmáticas, que o nosso partido havia superado faz tempo. Essa incompreensão favoreceu a incidência de tendências a restringir a ação do partido à luta pela democracia no plano institucional e eleitoral, subestimando assim a justa relação entre esta e as reivindicações econômicas e corporativas das massas.²⁶⁵

Não obstante, ao se referir às experiências socialistas, reafirmou-se a superioridade da democracia socialista em relação a qualquer democracia burguesa, insistindo-se na velha adjetivação da democracia.

Quanto ao balanço do trabalho da direção, valorizou-se a conquista da legalidade e a “derrota de tendências fracionistas e liquidaçãoistas”²⁶⁶, mas reconheceu-se a débil inserção do partido nas massas (o que não foi revertido pela legalidade, como esperava-se) e a fraqueza teórica do partido. No entanto, esses problemas eram atribuídos

à indisciplina partidária e ao liberalismo reinantes no interior da organização. Os princípios partidários leninistas não eram questionados. Muito pelo contrário. A estrutura organizacional deveria ser reforçada. (...) o recurso utilizado naquele momento de crise foi o de reafirmar o partido como escola de disciplina e a teoria como bússola da atualização da identidade dos militantes. Dos militantes, uma vez mais, esperava-se a devoção e a abnegação que lhes conferia o estatuto de “reserva de forças do partido”.²⁶⁷

A “reserva de forças” de todas as horas – que se encontrava, no entanto, a cada dia mais perplexa e dividida em relação aos rumos do partido.

²⁶² PANDOLFI, Dulce. Op. cit., pág. 232.

²⁶³ PANDOLFI, Dulce. Ibid., pág. 235.

²⁶⁴ Ibid., pág. 236.

²⁶⁵ “Uma política para a democracia na perspectiva do socialismo”, apud PANDOLFI, Dulce, pág. 237.

²⁶⁶ “Balanço do trabalho de direção”, *Voz da Unidade* n.º 355 (24/07/1987).

²⁶⁷ PANDOLFI, Dulce. Op. cit., págs. 237-238.

Governo ou oposição? CGT ou CUT? Dilemas pecebistas, certezas petistas

Nos meses seguintes à conclusão do VIII Congresso, a posição oficial do PCB em relação ao governo da transição aprofundaria seu caráter dúbio. Após mais uma reforma ministerial, o órgão oficial do partido estamparia em sua capa: “GARANTIR A TRANSIÇÃO – Centrada no PMDB e com a participação do PFL, a reforma ministerial recompõe a base política do governo, mas para garantir a transição é preciso, também, defender a soberania da Constituinte, e enfrentar a crise econômica com uma política favorável ao povo.”²⁶⁸ Na prática, o PCB permanecia prestando apoio ao governo no final de seu terceiro ano, o que vinha trazendo ao partido (e aos outros setores de esquerda ligados ao governo) crescente desgaste:

mais importante do que o fato de Sarney ter se afastado da linha de Tancredo e ter retomado a linha da política econômica de “auto-reforma” da ditadura militar, certamente, é o fato de ele ter frustrado as expectativas de milhões de brasileiros. As forças de esquerda que o apoiavam, a partir de certo ponto, começaram a sofrer um desgaste perturbador de suas bases. A esquerda do PMDB, engolindo a aliança com o PFL, perdia credibilidade. O MR-8 passava a ser visto como uma espécie de guarda pretoriana do “comandante Sarney”. PCB e PC do B, atrasados em suas respectivas análises do processo político, mantinham-se atrelados aos compromissos que haviam assumido no momento tancrediano, sem levarem em conta o fato de que a situação havia mudado.²⁶⁹

Por seu turno, o PT manteve ao longo desse período sua postura oposicionista em relação ao Governo Sarney e à “Nova República”. Denunciou o “caráter conservador dos recentes planos econômicos e as “limitações” da Constituinte – da qual participou, sem no entanto assinar a Carta, por considerá-la “conservadora”. Com posicionamentos como esse, o partido acabou cumprindo seu objetivo de se constituir “numa real alternativa, tanto à transição conservadora quanto às tentativas de ressurgimento do populismo e da direita.”²⁷⁰ Ao mesmo tempo, o PT seguia em busca de sua definição de socialismo – que deveria emanar das experiências cotidianas da classe trabalhadora brasileira, da realidade nacional

²⁶⁸ *Voz da Unidade* n.º 368 (23/10/1987).

²⁶⁹ KONDER, Leandro. “O *sacrificium intellectus* e o bonde da história”. In: *Presença*. São Paulo: s. ed., n.º 11, janeiro de 1988, pág. 16.

²⁷⁰ “Documento eleitoral básico” (1986). In: Partido dos Trabalhadores. *Resoluções de encontros e congressos (1979-1998)*, op. cit., pág. 236.

do país, e não de qualquer experiência estrangeira. A ênfase recairia nas mobilizações sociais e nas lutas do dia-a-dia (valorizando-se a luta por uma contra-hegemonia dos trabalhadores na sociedade), e o caminho em direção ao socialismo deveria ser progressivo: elementos presentes na sociedade capitalista deveriam ser aprofundados (tais como experiências cooperativas e autogestionárias) e nos primeiros momentos da implantação do socialismo (devido à inevitabilidade da convivência entre classes diferentes) a pequena propriedade privada deveria ser preservada. O partido rejeitou qualquer aliança com a burguesia. Reconheceu, porém, que a sociedade brasileira não reunia condições ainda para a implantação do socialismo – propondo por isso a aliança com pequenos proprietários e camadas médias da sociedade. Defendeu

Um governo e um programa democráticos e populares (...) [pois] só uma aliança de classes, dos trabalhadores assalariados com as camadas médias e com o campo, tem condições de se contrapor à dominação burguesa no Brasil. (...) É por isso que o PT rejeita a formulação de uma alternativa nacional e democrática, que o PCB defendeu durante décadas, e coloca claramente a questão do socialismo. Porque o uso do termo nacional, nessa formulação, indica a participação da burguesia nessa aliança de classes – burguesia que é uma classe que não tem nada a oferecer ao nosso povo.²⁷¹

Fizeram questão de frisar que em tal proposta estava embutida uma “ruptura revolucionária” e a implantação parcial de medidas de “caráter socialista”. Dessa forma, o partido não incorria na “formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular, e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática e popular.”²⁷²

Malgrado o tom radical e desafiador que seu discurso ainda manteria por algum tempo, deve-se dizer que o PT começava a vivenciar sutis transformações, que iriam lentamente levar à sua moderação e integração ao sistema. Sua postura “isolacionista” começava a refluir (permitindo a realização das primeiras alianças eleitorais); o partido começava seu processo de enquadramento das tendências internas (que desfrutavam em seus primeiros anos de ampla liberdade de atuação); e, principalmente, aumentava a valorização das eleições (um indício é o crescente volume de documentos tratando desse tema que o partido passaria a produzir) e das experiências governamentais em detrimento da organização dos trabalhadores e de suas lutas. No entanto, naquele

²⁷¹ “As táticas do PT” (1987), *ibid.*, pág. 322.

momento a postura independente e (pretensamente?) anti-sistêmica do partido ainda se mantinha, levando-o à consolidação de sua posição hegemônica no que tange às esquerdas e aos movimentos sociais progressistas.

No início de 1988, o PCB finalmente assumiu uma postura claramente oposicionista, quando sua Executiva Nacional determinou que “o PCB assumirá uma firme postura de oposição à atual orientação do governo Sarney.”²⁷³ Justificou-se tal posição com argumentos como a progressiva hegemonia dos setores conservadores no governo, e também com a proximidade do término da transição democrática (na concepção dos pecebistas). Porém, é necessário que se diga que tal posicionamento representou também um fortalecimento, no interior do partido, de setores mais à esquerda (além da crescente dificuldade em caracterizar o governo de transição como minimamente progressista), o que não significa que não houvessem mais setores favoráveis ao governo no interior da agremiação, ou que as profundas ligações de pecebistas com o PMDB não fossem se manter. Sintomaticamente, para as eleições presidenciais de 1989, alguns dirigentes do partido iriam defender o apoio a Ulisses Guimarães, o candidato do PMDB²⁷⁴.

Por outro lado, os mesmos setores de esquerda que defendiam há tempos o afastamento com o governo se identificaram com a postura de independência que o PT vinha assumindo (mesmo apontando os limites “socialdemocratas” da agremiação) – entendiam que a política petista de valorização e identificação com as lutas populares e de denúncia do caráter conservador do novo regime vinham trazendo dividendos para aquele partido, consolidando sua hegemonia social e no campo das esquerdas, enquanto o movimento realizado pelo PCB vinha sendo exatamente o oposto. Logo, seria natural que os setores pecebistas mais à esquerda defendessem uma aproximação com aquele partido (que vinha, por sua vez, progressivamente se abrindo a alianças no campo progressista) – e ao mesmo tempo uma disputa dos espaços que o PT vinha ocupando. Isso se traduziu em apoios a diversas candidaturas petistas (algo inviável alguns anos antes) nas eleições municipais de 1988, tais como em São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre – capitais conquistadas pelo PT com o apoio do PCB. Como era de se esperar, surgiria a proposta de

²⁷² Id.

²⁷³ “Novo caminho na oposição”, *Voz da Unidade* n.º 381 (05/02/1988), pág. 3.

²⁷⁴ Mas não exatamente associado ao governo de José Sarney, pois se identificava com setores *históricos* e marcadamente democráticos da agremiação, devido à sua reconhecida luta ao longo de todo o período ditatorial.

apoio a Lula, então iniciando sua primeira campanha presidencial. Por seu turno, não passou despercebida ao próprio PT a divisão pecebista – na qual os petistas iriam tentar interferir. Ainda no final de 1987, notando a dubiedade das posições oficiais pecebistas (fruto de suas divisões), ao definir os limites para as alianças realizadas na eleição de 1988, dedicou alguns comentários ao partido:

No caso do PCB, embora seja um partido que dê sustentação à *Nova República*, é preciso levar em conta eventuais evoluções de sua política e de suas bases rumo à oposição. (...) avaliar a situação do PCB, PC do B e PSB [Partido Socialista Brasileiro] com o sentido de o PT tomar iniciativas políticas que possibilitem ou a evolução desses partidos para posições defendidas pelo PT ou a atração de setores desses partidos para apoio ou relação com o PT²⁷⁵.

Em meio à crescente disputa interna pecebista, e antes que se aprofundassem as divergências, apresentaria-se uma alternativa “pacificadora”: a candidatura própria de Roberto Freire. O PCB marcharia sozinho, buscando apresentar à sociedade um perfil próprio (mas com crescentes dificuldades em defini-lo) e retomar espaços perdidos. No entanto, é inegável essa “função interna” da candidatura Freire, de pacificação do partido e ao mesmo tempo reforço de posições hegemônicas em seu interior.

Essas divisões do PCB seguiram uma lógica semelhante no tocante ao movimento sindical. Um setor do partido se aproximava das concepções sindicais da CUT (alguns já haviam participado diretamente no início da década das movimentações em torno da fundação da central), inclusive participando de sindicatos cutistas. A pressão pela aproximação do PCB com os setores “combativos” do sindicalismo e posteriormente com a CUT nunca se extinguiu no interior do partido, estando presente nos anos de redemocratização. Entretanto, a posição hegemônica permanecia sendo pela presença na Conclat. No interior desta, os pecebistas pressionavam no sentido da não-aceitação (como vimos) da fundação de uma outra central e defesa da unidade sindical. Porém, com o tempo, os setores conservadores da Conclat (aliados aos primeiros defensores do “sindicalismo de resultados”²⁷⁶) fizeram vitoriosa sua proposta de fundação de uma central para disputar com a CUT a hegemonia do movimento sindical. Os pecebistas, percebendo a

²⁷⁵ “A campanha eleitoral de 1988”. In: Partido dos Trabalhadores. *Resoluções de encontros e congressos (1979-1998)*, op. cit., pág. 344.

²⁷⁶ Inspirado no modelo hegemônico do sindicalismo norte-americano, voltado para a obtenção de conquistas materiais dentro das estruturas sociais vigentes sem questioná-las. Tal modelo acabaria para muitos críticos

irreversibilidade do processo, acabaram aderindo à fundação da CGT. A Conferência Nacional Sindical do partido, realizada em 8 e 9 de março de 1986, determinou o ingresso dos sindicalistas pecebistas à nova central. O jornal oficial do partido estampou em sua primeira página (ironizando a retórica unitária da CUT): “UNIDADE SINDICAL META DOS TRABALHADORES – Comunistas procedentes de todo o país, reunidos na Conferência Nacional Sindical do PCB, reafirmaram a opção preferencial pela fundação e fortalecimento de uma central única no movimento sindical: a CGT.”²⁷⁷

Quase que imediatamente, iria começar o combate por parte dos cutistas e do PT à nova central – e conseqüentemente aos setores de esquerda aliados a ela. Reafirmou-se o papel representado pelo PT e pela CUT desde suas respectivas fundações como contrapontos da política “pelega” ou “moderada” dos setores sindicais conservadores – e também das agremiações da esquerda tradicional: “Para que isso fosse possível – criação do PT e da CUT –, é evidente que tivemos que nos contrapor à política e à prática do PCB e de outros agrupamentos, como o PC do B e o MR-8, que continuaram a privilegiar os conchavos de cúpula em nome da *unidade*, fazendo acordos com a pelegada, sem questionar a atual estrutura sindical.”²⁷⁸ A CGT simbolizava exatamente a materialização da unidade desses setores, e configurava-se como o adversário a ser batido:

A CGT representa uma iniciativa divisionista de setores que se contrapõem à criação da CUT, através de uma aliança entre PCB, PC do B e notórios pelegos, incrustados nas federações e confederações. Apesar de todas as profundas divergências na sua composição política, ela tem estado mais preocupada em legitimar as iniciativas do governo perante a classe trabalhadora do que sustentar e reivindicar as mais justas aspirações dos trabalhadores perante o governo e os patrões.²⁷⁹

Como já foi dito, o PCB acabou assumindo – mesmo que não fosse essa sua intenção – um papel de “contenção” no movimento sindical. Por outro lado, a década de 1980 representou de modo geral um período de ascenso (e radicalização) das lutas sindicais no país – o que se depreende do maior número de greves, aumento do número de sindicatos e sindicalizados, ascendência do movimento sobre a chamada “grande política”, entre

“despolitizando” o movimento sindical, na medida em que esvazia o enfrentamento “capital-trabalho” de um sentido mais *geral*.

²⁷⁷ Capa, *Voz da Unidade* n.º 289 (14/03/1986).

²⁷⁸ “Linha sindical do Partido dos Trabalhadores”. In: Partido dos Trabalhadores. *Resoluções de encontros e congressos (1979-1998)*, op. cit., pág. 203.

²⁷⁹ *Ibid.*, pág. 212.

outros fatores²⁸⁰. Sem dúvida, a CUT e o PT eram não somente importantes para esse ascenso, como se valeram dele para a consolidação de suas posições. “Mesmo que relativizada, posteriormente, por esses dois agentes, a estratégia de enfrentamento dava frutos importantes nos setores organizados da sociedade.”²⁸¹

Com o tempo, os pecebistas reconheceram que a CGT era hegemônica por setores conservadores, “pelegos” e “cupulistas”, enquanto progressivamente se deu a aproximação entre as propostas sindicais cutistas e as defendidas pelo PCB. A central progressivamente abandonou a defesa da pluralidade sindical (execrada pelo PCB pelo seu potencial de pulverização e enfraquecimento do movimento), moderou sua defesa exacerbada da utilização da greve como instrumento de luta, substituindo progressivamente o perfil “combativo” pelo “propositivo”. Portanto,

Difícil era saber por que o partido ainda preferia se ver ligado aos “setores comprometidos com o patronato”, e não com os mais *combativos*. Isso pode ser claramente explicado pela linha geral de ação do partido e pela disputa interna de hegemonia na esquerda. Se discordavam das práticas sindicais e da orientação geral dos conservadores em termos sindicais, o PCB não conseguia aceitar a postura dos *combativos* nem tanto em termos sindicais, mas no tocante à sua linha de atuação na política geral que, obviamente, tinha rebatimento em suas práticas sindicais.²⁸²

Mais uma vez a política geral pecebista influenciou fortemente em sua intervenção sindical. Novamente, porém, alguns sindicalistas do partido na prática (e em função da tolerância ou fraqueza da direção pecebista) encontraram outro caminho ao permanecerem ligados à CUT, exercendo assim certa autonomia e nunca deixando de reivindicar o apoio oficial do partido àquela central. No entanto, assim como a política geral dos dois partidos dificultava a aproximação entre suas bases sindicais, a proposta de filiação à CUT só ganharia força a partir do momento em que o PCB assumisse postura mais independente em relação ao governo da *Nova República* – o que, como vimos, se daria a partir de 1988. Mesmo assim, ainda seriam necessários cerca de dois anos para a vitória definitiva da proposta sindical mais progressista no seio do PCB. Enquanto isso, o partido seguiria amargando derrotas atrás de derrotas no movimento. Por um lado, perderia espaço para setores cutistas. Por outro, seu espaço no interior da CGT seria progressivamente dilapidado pelos

²⁸⁰ Cf. SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos*, op. cit., bem como o artigo do mesmo autor intitulado “Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990”, op. cit.

²⁸¹ SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos*, op. cit., pág. 253.

conservadores, hegemonizados a partir de agora pelo “sindicalismo de resultados” – simbolizado por Antônio Rogério Magri e por Luiz Antônio Medeiros²⁸³.

Em crise no que um partido (ainda) oficialmente classista e revolucionário toma por central – sua representação em meio ao operariado. Em crise no que vinha progressivamente valorizando enquanto partido “legal”, representante do “povo brasileiro” – sua representação, inserção e influência no campo institucional. Foi envolvido por essas crescentes dificuldades (e mergulhado num recrudescimento de sua divisão interna) que o PCB acompanhou as primeiras movimentações por reformas no centro do sistema socialista – a URSS –, que se espraiariam por todos os países sob influência soviética e também pelos partidos identificados de alguma forma com ela. Como os pecebistas reagiram a esses acontecimentos é o que se buscará compreender nas próximas páginas.

As reformas no “socialismo real” e o PCB: instrumentalizações e compreensões divergentes

A crescente incapacidade dos regimes do “socialismo realmente existente” em fazer suas economias atingirem padrões aceitáveis na competição com os países de economia de mercado já era algo notório para a maioria dos observadores internacionais desde os anos 1970. Porém, no princípio da década de 1980 não só parecia evidente a dificuldade dos regimes socialistas em acompanhar o mundo capitalista – aqueles países começavam perigosamente a atingir a estagnação econômica²⁸⁴. Por outro lado, a necessidade de um aprofundamento (ou mesmo de um resgate) da *liberdade* parecia fundamental à própria sobrevivência dos regimes.

Foi nesse contexto que ascendeu ao topo do poder na URSS Mikhail Sergueievitch Gorbachev, em março de 1985. Chegava ao poder com ele uma geração mais nova do

²⁸² Ibid., pág. 267.

²⁸³ Que ironicamente havia iniciado sua carreira no próprio PCB.

²⁸⁴ A exceção é a China, que encontrou o caminho de uma economia “mista” desde o final dos anos 1970 – associada à manutenção de seu sistema político –, atingindo desde então extraordinários níveis de crescimento.

PCUS, e sua ascensão representava o amadurecimento de um longo processo de discussões e debates entre setores da *nomenklatura*, intelectualidade e técnicos – que apontava para a necessidade de reformas no sistema. A princípio, o novo secretário-geral tomou as atitudes possíveis: denunciou a estagnação (*zastoi*), defendeu a retomada de valores caros ao regime (patriotismo, dedicação ao trabalho) e buscou uma *distensão* das relações com os países capitalistas²⁸⁵, que vinham de um período de recrudescimento da “Guerra Fria” nos últimos anos – situação que impunha uma *sangria* insuportável de divisas ao regime (traduzida em seu gigantesco complexo militar). Porém, é necessário que se diga que, se havia a idéia da necessidade de reformas entre os setores da sociedade referidos acima, o mesmo não se pode dizer

do grosso dos povos soviéticos. Para estes, ao contrário dos povos da maioria dos Estados comunistas europeus, o regime soviético era legítima e inteiramente aceito (...). Além disso, o regime soviético não era apenas autóctone e com raízes internas (...), mas as próprias pessoas, de formas difíceis de especificar, se encaixavam nele, à medida que o regime a elas se adaptava. (...) Não admira que reformadores radicais se vissem enfrentando, além da burocracia soviética, a humanidade soviética.²⁸⁶

Somente a partir do final de 1985 e principalmente ao longo de 1986 é que Gorbachev iniciaria a implantação de um programa mais profundo de reformas, que ganharia de maneira generalizada o nome de *perestroika* (ou “reestruturação”):

O novo programa (...) conseguiu ser ao mesmo tempo preciso e genérico. Preciso na crítica aos desmandos das tradições: os desperdícios, o quantitativismo, a negligência em relação aos consumidores, a prioridade sempre atribuída aos comedores de ferro e aço, o exagerado centralismo, a ambição desmedida de controle e de comando. Genérico na proposta de alternativas. (...) rasgava amplos horizontes, propunha altos e nobres objetivos: uma sociedade comprometida com a paz, produtiva, emancipada e harmônica. A perspectiva de um socialismo renovado. Preocupado com o Homem, com o h sempre maiúsculo, enfatizando uma sensibilidade diferente para tempos que se queriam novos.²⁸⁷

A *perestroika* baseava-se em dois fatores: descentralização e utilização de mecanismos de mercado na economia; e aprofundamento da democracia (nesse ponto,

²⁸⁵ Sob o argumento de que a disputa entre capitalismo e socialismo não poderia mais ser resolvida por uma guerra mundial, pois esta, com o advento da produção de armamentos atômicos em massa pelos dois adversários, levaria à extinção da espécie humana. Acima da contradição entre os dois sistemas sociais, se impunha a necessidade da paz mundial para a auto-preservação humana.

²⁸⁶ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*, op. cit., págs. 462-463.

²⁸⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997, pág. 233.

ganharia importância outra proposta que ficaria associada a esse período de reformas, a *glasnost*, expressão que passou a ser traduzida por “transparência”, democratização da informação governamental). Ocorre que

Entre eles havia o que se revelou um conflito insolúvel. A única coisa que fazia o sistema soviético funcionar, e podia talvez transformá-lo, era a estrutura de comando do partido/Estado herdada dos dias stalinistas. Era uma situação conhecida na história russa, mesmo nos dias dos czares. A reforma vinha de cima. Mas a estrutura de partido/Estado era, ao mesmo tempo, o principal obstáculo para a transformação de um sistema que ele criara, ao qual se adaptara, no qual tinha um grande interesse investido, e para o qual achava difícil conceber uma alternativa. (...) é inegável que grande parte do aparato do partido/Estado recebia qualquer grande reforma com uma inércia que ocultava a hostilidade. A *glasnost* destinava-se a mobilizar apoio dentro e fora do aparato contra essa resistência. Mas sua consequência lógica foi solapar a única força que podia agir. (...) a estrutura do sistema soviético e seu *modus operandi* eram essencialmente militares. (...) se não se quer um sistema militar, deve-se cuidar para que haja uma alternativa civil antes de destruí-lo, pois senão a reforma produz não reconstrução, mas colapso. A URSS sob Gorbachev caiu nesse fosso em expansão entre *glasnost* e *perestroika*.²⁸⁸

Com efeito, Gorbachev buscou avançar nas reformas através da separação e fortalecimento do Estado (no qual se firmava como poderoso comandante) em relação ao (e em detrimento do) partido. Implantou um *Estado de direito* de fato, com liberdades civis e eleições diretas em todos os níveis (incluindo um plural Congresso de Representantes do Povo a partir de 1989 e a própria eleição de Gorbachev como chefe de governo em 1990) – enquanto o partido perdia na prática seu papel “condutor” e sua função de “centro do poder”. Enquanto isso, as reformas econômicas (implantação de cooperativas, liberação da atividade econômica individual, abertura para investimentos externos) não teriam o efeito esperado. Pelo contrário, contribuíam para desorganizar a economia, reduzindo o padrão de vida no país. Desmontavam-se o centro do poder e os mecanismos tradicionais da economia sem apontar com clareza as alternativas. O fosso entre *glasnost* e *perestroika* crescia. O otimismo reformista dos primeiros anos cederia lugar à confusão e ao desânimo (por volta de 1989 ou 1990). Logo, as forças centrífugas já presentes no sistema (“de um lado, o sistema de autonomia de poder territorial em grande parte corporificado na estrutura federal do Estado, de outro os complexos econômicos autônomos”²⁸⁹) se intensificariam e o levariam ao esfacelamento em 1991 – num processo em que as repúblicas se “apoderavam” enquanto o Estado federativo arquitetado por Gorbachev cada vez mais perdia sua razão de

²⁸⁸ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*, op. cit., págs. 465-466.

ser. Ainda antes desse fenômeno, se assistiria com estupefação a derrocada dos regimes socialistas do Leste Europeu em 1989 (fator importante – mas de forma alguma decisivo – para a compreensão da desintegração da URSS).

As tentativas de auto-reforma do regime soviético demoraram um pouco a entrar na ordem-do-dia das discussões pecebistas. Se elas já estavam claramente delineadas em 1986, só foram discutidas com maior interesse pelo PCB a partir do final de 1987 e principalmente em 1988. Uma primeira referência às reformas soviéticas foi emitida por Giocondo Dias ainda em 1986, quando afirmou que elas se tratavam de

uma virada das mais sérias na construção do socialismo, principalmente no plano da economia, e vai ter repercussões mais sérias em toda vida da URSS. Vai ser de certo modo um ataque frontal à burocracia e à rotina. Naturalmente ainda há o Estado e ele é necessário, no momento em que o socialismo está sendo construído e que o capitalismo e o imperialismo existem e dominam um espaço maior. O regime socialista necessita do Estado e por mais cuidado que se tenha, existem elementos de burocracia, de rotina. Isso tem que ser combatido.²⁹⁰

Nota-se a ênfase na vertente econômica e administrativa da *perestroika*. De fato, nesse momento o programa ainda não estava totalmente delineado e sua abrangência não era de todo perceptível – ou ainda não seria o momento de reconhecê-la em toda sua extensão. De qualquer forma, a discussão só se generalizou nas fileiras pecebistas, como foi dito, a partir da virada de 1987 para 1988 – e pode-se notar um claro interesse da maioria da direção nesse processo, visivelmente alimentado por ela. Salomão Malina, o novo secretário-geral (eleito no VIII Congresso²⁹¹ em substituição a Dias que, acometido por grave doença, veio a falecer em 7 de setembro de 1987), apressou-se em reconhecer o alcance das reformas e a apoiá-las, vendo nelas uma resposta “irrefutável” aos críticos do “socialismo real”: “A *perestroika* e a *glasnost* refutam inapelavelmente as enganosas suposições daqueles que pretendiam ver na experiência soviética sinais de ‘exaustão’. Exatamente quando os arautos desta tese equivocada prenunciavam o ‘exaurimento’ da experiência soviética, vem à luz,

²⁸⁹ Ibid., pág. 469.

²⁹⁰ “Entrevista com Giocondo Dias”. *Socialismo & Democracia* n.º 10. São Paulo: Alfa-Omega, 1986, pág. 23.

²⁹¹ Que traria em seu documento final uma declaração de apoio às reformas na URSS.

com um vigor para eles inesperado, o potencial renovador do socialismo real.”²⁹² As reformas na URSS se tornaram a partir dali um tema central do periódico oficial do PCB. Encontram-se os temas da *perestroika* e da *glasnost* em quase todas as edições, sempre de forma extremamente positiva, num tom de campanha. Segundo o periódico, as reformas no socialismo soviético seriam a única maneira de se retomar o verdadeiro caminho do socialismo, perdido em alguma curva da História. E quanto mais as reformas se mostrassem insuficientes para salvar os países socialistas do abismo, mais se exigiria sua radicalização nas páginas do jornal.

O PCB se manteve até o fim alinhado com a posição oficial soviética. As transformações em curso naquele regime, por seu turno, evidentemente atingiam a todos os pecebistas de alguma forma, sendo um fator importante a ser considerado. Por outro lado, deve-se observar que a liberalização na URSS permitia que se acelerassem processos já em andamento no seio do PCB, e que viessem à tona sentimentos adormecidos. O partido, que já vinha progressivamente se transformando, assumiria a partir de então algumas novas posições em grande parte motivadas pelas mudanças do “socialismo real” – e também pelo próprio enfraquecimento político da agremiação. Um bom exemplo de como as transformações da URSS influíram nas posições pecebistas e em suas disputas internas (e também de como foram instrumentalizadas nessas disputas) nos é dado pela intervenção do representante pecebista (o dirigente nacional Byron Sarinho) na conferência internacional “O Grande Outubro e o Mundo Contemporâneo”, organizada pelo Instituto de Marxismo-Leninismo do PCUS (8 a 10 de outubro de 1987, Moscou) como parte das comemorações pelos setenta anos da Revolução Russa. Sua intervenção é rica de significados:

A *perestroika* poderá ser o Grande Outubro deste final de século (...) essa viragem renovadora vem confirmar antigos e, muitas vezes, esquecidos princípios do marxismo-leninismo, como: a preocupação humanística, o aprofundamento da democracia, a participação efetiva das massas, a aceleração do crescimento econômico através de investimentos intensivos e da máxima eficiência, o estímulo às potencialidades individuais, a descentralização econômico-administrativa e os mecanismos de autogestão. (...) Gostaríamos (...) de expressar expectativa e desejo de que o vento renovador das reformas em curso na URSS sopra nos outros partidos comunistas, inspirando e esclarecendo dirigentes e militantes em toda a América Latina e, particularmente, no Brasil.²⁹³

²⁹² “O significado da Revolução de Outubro”. *Socialismo & Democracia* n.º 13. São Paulo: Alfa-Omega, 1988, págs. 98-99.

²⁹³ “Atualizar o legado heróico do Grande Outubro”. *Voz da Unidade* n.º 377 (08/01/1989), pág. 14.

Faz a ressalva da independência dos PCs e do erro de se transplantar modelos e receitas prontas de um país para outro. Mas por outro lado frisa o caráter internacionalista do marxismo-leninismo: daí adviria a influência recíproca e a troca de experiências entre os partidos e países socialistas. Por fim, Sarinho afirma

ser possível, em nossa vida partidária, tirar bom proveito desse peculiar processo de renovação dentro do socialismo. Esperamos, antes de tudo, que ele sirva de exemplo e ajuda para superarmos o dogmatismo e a rigidez mental, que levam tantos companheiros, às vezes, a confundir princípios permanentes com decisões táticas, necessariamente mutáveis e flexíveis. A superação desse dogmatismo e do sectarismo ainda existente em vários níveis é imprescindível, inclusive para a execução de uma estratégia de amplas alianças, em que se isola o principal adversário e não as esquerdas²⁹⁴.

Trata-se da mais evidente referência encontrada naquele momento acerca de possíveis opositores da *perestroika* no interior do partido. Além dessa, não haveria por um bom tempo qualquer outra citação a tais opositores em documentos, declarações ou na imprensa oficial do partido. Aquelas reformas continuariam sendo aclamadas pela direção pecebista, que inclusive enviaria uma carta de apoio ao Comitê Central do PCUS, impondo a tarefa de “estudar e divulgar a *perestroika*” e assinalando “com satisfação que, em virtude das concepções e práticas políticas de nosso partido, as mudanças realizadas pelo PCUS (...) encontraram em nosso meio boa representatividade.”²⁹⁵ O grupo hegemônico na direção pecebista certamente aproveitou o momento propício para levar adiante modificações também no interior do PCB.

Mas será mesmo que a *perestroika* teve tão “auspiciosa” recepção no interior do partido? A respeito disso Givaldo Siqueira lembra que

No PCB a *perestroika*, a *glasnost*, foram recebidas em geral com apoio. Houve evidentemente um certo setor que tinha desconfianças, muitos foram terminar nesse PCB aí... (...) Mas a maioria do partido, a sua liderança, Malina, Roberto Freire, eu, fizemos da *perestroika* e da *glasnost* um elemento importante para a transformação interna (...). E isso foi um elemento importante na viragem, na consolidação da viragem que o partido vinha dando (...) porque tirou um elemento de prisão, um obstáculo à nossa política interna. A gente avançava e tinha que ficar medindo passos em relação ao que os companheiros soviéticos iam dizer. E a gente também todo educado nessa idéia de que eles deviam estar mais certos do que nós. Isso foi uma coisa importante, porque removeu, passou a não ter mais uma camisa-de-força internacional. Ao contrário, nas teses novas, se assumiu o diverso, a democracia, o mercado, um conjunto de coisas de que se falava antes, mas a visão de reestruturação completa, acabada, do socialismo vai ajudando no nosso processo... Segundo evidentemente

²⁹⁴ Id.

²⁹⁵ “Tarefa: estudar e divulgar a *perestroika*”. *Voz da Unidade* n.º 385 (11/03/1988), pág. 7.

as próprias características nossas. Todo partido comunista tinha um elemento nacional particularmente forte.²⁹⁶

Parece ficar mais uma vez claro que parte da direção pecebista conscientemente se aproveitou dos “novos ventos” internacionais para levar adiante transformações almejadas por um certo setor do partido. Em primeiro lugar, aproveitando-se do “alargamento” da “camisa-de-força simbólica” internacional – fica cada vez mais evidente que, se não tinha seus rumos *determinados* pelas posições da URSS (“patria-mãe” do socialismo) e do PCUS (“partido-guia”), o PCB tinha limitações de ordem *simbólica* dadas concretamente por sua filiação internacional. Em segundo lugar, brandindo as idéias simbolizadas pela *perestroika* na luta interna. Procurava associar-se o PCB à *perestroika*, que em seus primeiros anos vinha obtendo crescente aceitação entre os países capitalistas (na mesma proporção em que encontrava dificuldades de toda sorte na própria sociedade soviética). Além disso, Siqueira reconhece que a *perestroika* encontrou diferentes níveis de aceitação no seio do partido. Tudo isso é confirmado por Gilvan Cavalcanti (remanescente da corrente “renovadora” do início da década):

A influência [da *perestroika*] aqui no partido é evidente que se expressou porque a gente tinha a cultura de que tudo que partia da URSS era bom! Quando o Gorbachev assumiu nós também... A direção assumiu praticamente essa visão também. [A receptividade nas bases] foi problemática de um lado e do outro lado auspiciosa. O “oba-oba” era geral! Mudou mas não sabe por que mudou, não é? Do outro lado também os mais resistentes, os mais ortodoxos existiram. Dentro do mesmo grupo que aceitava a mudança porque não tinha outro jeito, porque vinha da URSS. Mesmo nesse grupo havia resistência (...). Isso sem falar de nós... Muito mais lá atrás a gente apontava para essa direção. Aí tinha gente que dizia: “você tinha razão!”²⁹⁷

Esses depoimentos dão a entender que a divisão que ia se delineando no partido se mantinha no que tange à aceitação ou não dos “ideais da *perestroika*”. Por esse raciocínio, os que vinham aproximado o partido na prática de posições social-democratas – mas também os que buscavam “renovar” o socialismo – abraçaram efusivamente a *perestroika* (buscando forças para uma suposta “*perestroika* no PCB”, que o tornaria mais “aberto” e “plural”). Enquanto isso, os pecebistas contrários àquele projeto por qualquer motivo (associados nesse tipo de discurso inevitavelmente ao “conservadorismo”, à “ortodoxia”)

²⁹⁶ Givaldo Siqueira, op. cit.

²⁹⁷ Gilvan Cavalcanti Melo, op. cit.

receberam os ideais da *perestroika* com variados graus de desconfiança. Tal discurso, se serve ao universo das disputas políticas, deve ser desmistificado pelo historiador, obrigado por dever de ofício a aproximar-se o máximo possível da realidade que tenta compreender. E como sempre, a realidade suplanta qualquer esquema “binário” de interpretação. É significativa neste sentido a declaração abaixo, proferida por uma das principais representantes do grupo que manteve o PCB, Zuleide Faria de Melo:

Eu acho que o Gorbachev realmente nos dois ou três primeiros anos de governo dele enganou direitinho a todos nós. (...) ele dizia uma coisa que parecia ser verdade: o lema era “mais democracia para mais socialismo”. E a verdade não era essa: era menos democracia e menos socialismo. Só que ele conseguiu envolver isso aí num discurso tão bem elaborado – que ele é competente, disso aí não tenho dúvida nenhuma, é um salafrário, traidor, mas o discurso dele era muito atraente.²⁹⁸

Portanto, a receptividade nas fileiras pecebistas à nova política soviética parece ter sido de fato bastante ampla a princípio. Descontado o sentimento de “russofilia”, as diferentes correntes do partido conseguiam se identificar com um ideal caro à tradição socialista: “mais democracia para mais socialismo”. Uma oposição mais aberta a tal programa só iria se delinear de fato quando dois fatores comesçassem a ficar claros aos atores envolvidos: em primeiro lugar, que as reformas implementadas na URSS com o objetivo declarado de recuperar e aprofundar o “socialismo real”, ao invés de “curar o doente”, estavam acelerando sua morte; em segundo lugar, que os ideais propagados pela *perestroika* vinham servindo de justificativa para transformações no PCB que poderiam, em última instância, levá-lo à extinção.

* * * * *

A promulgação da nova Carta e a aproximação do final do governo Sarney simbolizavam para o PCB o final do longo processo de redemocratização vivido pelo país, com o qual os pecebistas haviam contribuído com uma política de frente democrática contra a ditadura militar-tecnocrática. Política que o partido, superado o regime ditatorial,

manteve ao longo do que considerou um “período de transição”, e que, assim como não vinha dando frutos mais práticos nos últimos anos de autoritarismo, menos ainda os deu nos tempos da “Nova República”. O “artífice da nova ordem” (progressivamente desassociada de qualquer tipo de “transição forte”) decaía enquanto o (ao menos na aparência) partido anti-sistêmico consolidava-se. O PT aparecia na nova fase democrática como o núcleo principal da oposição de esquerda, e o único em condições de apresentar uma alternativa viável ao novo regime.

Enquanto isso, o PCB, esgotada a necessidade da frente ampla, teria extrema dificuldade em formular uma nova política, em meio a suas dilacerantes disputas internas. Num extremo, alguns setores do partido defenderiam o abandono do “frentismo” pecebista (que já havia se tornado um forte elemento de sua identidade), optando por uma aliança à esquerda, ao lado do PT. Em outro, defenderia-se uma “frente democrática”, na prática uma manutenção da política antitatorial em tempos democráticos (guindada finalmente a uma *estratégia* do partido). Determinando essa divisão, duas visões distintas: a primeira valorizando preferencialmente o conteúdo classista e revolucionário do partido e sua reinserção no movimento sindical progressista (elementos que vinham se perdendo); a segunda associando-se à idéia do PCB popular, democrático, reformador (componentes sempre presentes no partido, mas nunca com tanta força quanto agora). Não se encontraria uma síntese. Em breve, nem mesmo a preservação do partido seria possível – processo que em seus últimos momentos guardaria importantes relações com o desdobramento da crise nos países socialistas.

²⁹⁸ Zuleide Faria de Melo, op. cit.

Capítulo 4

Divisão fatal da utopia – o destino do PCB em disputa (1989-92)

“O nosso socialismo estava na Praça da Paz Celestial. Ele não vestia farda e não trazia armas em suas mãos. Ele trazia a alegria e tinha as mãos cheias de esperança. Nosso socialismo é o da democracia e da liberdade.”
(Roberto Freire, em campanha à Presidência da República pelo PCB, referindo-se à repressão por parte do governo chinês de estudantes que clamavam por liberdade em Pequim, em 4 de junho de 1989)

“Discutimos apenas problemas da ‘democracia’, dessa democracia de classe que não nos deve entusiasmar. E nos afastamos da luta operária, participando satisfeitos das festas da política e das classes dominantes.”
(Oscar Niemeyer, Declaração aos Delegados do IX Congresso do PCB, proferida no dia 31 de maio de 1991)

A transição democrática chegava aos seus estertores confirmando seu caráter “fraco”. O governo de transição de José Sarney (símbolo maior do caráter “fraco” e “elitista” da democracia em construção), se não podia ser classificado como continuador do regime anterior (já que de fato fez avançar a institucionalidade democrática, cooperando para a consolidação de um Estado de direito democrático),

esteve repleto desses elementos arcaicos e “prussianos” (...): reforçou o presidencialismo imperial, manteve a tutela militar, recorreu abertamente ao populismo na época do Plano Cruzado, valeu-se amplamente do clientelismo, humilhou os partidos, buscou criminalizar a oposição popular (...), tudo fez para esvaziar a Constituinte (...). Além do mais, não promoveu nenhuma alteração substantiva no bloco das classes no poder, conservando intocado o peso político do latifúndio e do grande capital, sobretudo do capital bancário.²⁹⁹

A consolidação desse processo se daria com a vitória de um projeto conservador nas primeiras eleições presidenciais diretas desde 1961. Fernando Collor, um jovem político até então relativamente desconhecido, se tornaria em 1989 a opção preferencial das classes dominantes no embate direto com Lula, representante do único projeto popular e

democrático viável naquele momento. Collor simbolizaria para milhões de eleitores equivocadamente o “novo”, o jovem pretensamente “caçador de marajás” e divorciado da “velha classe política”. Não podia haver de fato candidato melhor: seduzia eleitores frustrados com a “Nova República” e decepcionados com a “classe política”, ao mesmo tempo em que era legítimo representante exatamente das forças conservadoras envolvidas com aquele estado de coisas.

Aquela eleição simbolizaria a derrota (ao menos temporária) do projeto popular e de uma alternativa democrática de massas ao regime conservador em construção. Seria um momento importante na consolidação da hegemonia social das classes *dominantes* – obrigadas agora, numa sociedade “ocidentalizada” (com a presença de uma sociedade civil atuante e de movimentos contra-hegemônicos), a serem mais que nunca *dirigentes*. O novo governo, empossado em 1990, buscava levar adiante o projeto conservador traduzido num modelo de democracia liberal, baseada no privatismo, na valorização da esfera do mercado enquanto solucionador de conflitos (em lugar da esfera pública), em partidos e sindicatos de *interesses* (não ideológicos ou classistas) e na baixa participação política. Tal modelo “deprecia a política e suas instituições em suas concepções naturalísticas sobre o mercado como instância organizadora da vida social. O interesse moderno burguês pode prescindir da política, uma vez que ele coincide e se pode satisfazer com o estado de coisas existente – o interesse que não pode prescindir dela é o das classes subalternas.”³⁰⁰

Ao mesmo tempo em que as forças populares e as organizações de esquerda se viam obrigadas a combater o avanço no Brasil do projeto que se convencionou chamar de “neoliberal”, dava-se a rápida derrocada dos regimes socialistas do Leste Europeu em 1989 e a desintegração final da URSS em 1991. Aliado a isso, decretava-se com júbilo o “fim da história”, a “vitória final” do capitalismo, a “crise terminal” do ideário igualitário – sentenças de morte até hoje reproduzidas por alguns como verdades irrefutáveis. Exageros à parte, tratava-se realmente do ápice de uma crise sem precedentes das esquerdas, que já vinha sendo sentida há tempos (porém negada por muitos), e que agora se abatia sobre as

²⁹⁹ COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e Socialismo*, op. cit., pág. 54.

³⁰⁰ VIANNA, Luiz Werneck. “Nova esquerda e cultura política”. *Presença*. São Paulo: s. ed., n.º 17, novembro de 1991, pág. 40.

forças populares em todo o mundo, fossem ou não associadas àqueles regimes em colapso³⁰¹.

Foi em meio à consolidação da transição conservadora (e avanço do neoliberalismo) no Brasil e ao ocaso do sistema socialista que o PCB vivenciou sua maior crise – tão grave que pôs em xeque sua própria existência. O velho “Partidão”, de tão rica trajetória, era agora um partido em colapso e irremediavelmente dividido.

Em busca de alternativas (e de unidade): candidatura presidencial e entrada na CUT

No final dos anos 1980, nem os pecebistas mais otimistas conseguiam negar algo que já poderia ter sido diagnosticado há um bom tempo: o PCB passava por uma crise sem precedentes, em grande parte vivida pelos socialistas de todo o mundo, mas que no caso daquele partido se manifestava de forma própria – e especialmente intensa. Membros do “núcleo dirigente”, que haviam se dedicado a relativizá-la ou a negá-la abertamente, se viram obrigados a reconhecer dramaticamente que o partido corria graves riscos. É o que se depreende da seguinte declaração de Roberto Freire no princípio de 1989: “A noção de crise é muito cara aos marxistas. É a famosa tese de que nas crises surgem as situações mais avançadas: ‘a crise como parteira da história’. Essa crise no entanto, pode não ser a parteira, mas talvez possa vir a ser nosso coveiro. É a crise não só do PCB, mas dos PCs no mundo inclusive dos que estão no poder.”³⁰² Propunha-se uma “renovação” do partido, entretanto ainda não havia chegado o momento em que sua “essência” (o marxismo como doutrina, a forma leninista de partido, nome e símbolos) seria negada: “A questão do centralismo, compreendido como a adesão voluntária e disciplinada a um centro dirigente, é fundamental para qualquer partido. Para atuar na sociedade é fundamental uma ação coordenada e eficaz, e um membro de um partido revolucionário deve ser fiel a esse compromisso.”³⁰³

³⁰¹ Basta observar a crise que se abatia também sobre as organizações socialdemocratas.

³⁰² “O drama e as vicissitudes do PCB”. *Novos Rumos*. Brasília: Instituto Astrojildo Pereira, n.º 13 (março de 1989), pág. 161.

³⁰³ *Ibid.*, pág. 163.

A divisão do partido se aprofundava, mas a convivência em seu seio ainda era possível (o que só deixaria de ocorrer quando sua “essência” fosse abertamente negada). Tanto que a campanha presidencial de Roberto Freire seria um fator unificador dos que defendiam o apoio ao candidato do PMDB (Ulisses Guimarães, numa reiterada opção pela “frente democrática”) ou ao candidato do PT (Lula, que na prática seria a opção pela “frente de esquerda”). A candidatura própria de Freire ainda podia representar naquele momento o conjunto dos pecebistas, o que se pode depreender da seguinte declaração de Zuleide Faria de Melo:

em 1989 eu fiz a campanha do Roberto Freire, tá? Que tinha um discurso bonito pra chuchu. Aliás ele fala bonito – não vou jamais atribuir ao Freire os defeitos que ele não tem, é um bom palestrante, tem certa base. O discurso do Freire não foi na campanha nada do que passou a ser depois, nada! Dá pra você fazer essa comparação. Quando o processo de mudanças se acelera na URSS, tudo isso, naturalmente o Roberto Freire resolveu que isto aí é lindo de morrer e absorveu isso tudo.³⁰⁴

A justificativa oficial da candidatura própria³⁰⁵ se baseava em dois argumentos principais (o primeiro direcionado aos defensores da “frente democrática”, o outro aos defensores da “frente de esquerda”). Constatava-se, por um lado, que a transição havia se encerrado, e que não se poderia reproduzir *ad infinitum* uma política adequada ao período de transição mas que, agora, se mostrava defasada. Por outro lado, denunciava-se que a frente organizada pelo PT (com a exclusão do PDT e do recém-fundado Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB –, dissidência do PMDB) tinha como condição a hegemonia daquele partido sobre seus demais integrantes (PSB e PC do B). Uma vez mais, vinha também à tona o argumento da dubiedade na relação do PT com o socialismo: o partido oscilava entre um “ultra-esquerdismo dogmático” e um “distributivismo fundado na pequena propriedade” (enquanto o PCB defenderia claramente o socialismo, àquele momento com viés democrático e pluralista). Por fim, havia um outro argumento endereçado a ambos os setores em disputa: o partido não negava sua vocação “aliancista”, já que a eleição em dois turnos permitia que o primeiro se prestasse à apresentação da face própria do PCB à sociedade, enquanto no segundo seriam realizadas as alianças cabíveis. Adiava-se uma definição.

³⁰⁴ Zuleide Faria de Melo, op. cit.

³⁰⁵ Perto das eleições a candidatura receberia o apoio do pequeno Partido Humanista (PH).

A campanha presidencial, a princípio apenas uma tentativa de afirmação do partido no cenário da política brasileira (talvez apenas no cenário da esquerda) e uma tentativa de unificação de suas próprias fileiras, foi assumindo aos poucos uma aura de “novidade” para alguns setores da sociedade brasileira, em especial da intelectualidade. Teve sem dúvida uma força simbólica maior que o resultado final alcançado (o oitavo lugar geral, com cerca de 1% da votação total ou aproximadamente 769.000 votos). A crise do socialismo, que deu seus passos decisivos em plena campanha de Freire no Brasil, certamente serviu para reforçar e definir algumas das posições assumidas ao longo daquela campanha, que deflagrou o processo de transformação do PCB nos anos seguintes. Porém, tais posições refletiam em boa parte mudanças pelas quais o partido vinha passando nos últimos anos, e representavam amplos setores pecebistas.

Expressões como “nova esquerda”, “esquerda moderna” e “socialismo democrático” foram amplamente empregadas, sendo associadas a Freire e ao PCB. O candidato e seu vice (Sérgio Arouca) defenderam sistematicamente um “novo socialismo”, democrático, defensor das liberdades, enquanto algumas críticas mais contundentes a países socialistas como Cuba e China foram proferidas. “Idéias-força” do “socialismo real”, como a estatização, foram relativizadas: “Precisamos de um Estado forte, a serviço do público e não do privado, em articulação com o capital particular, numa economia mista sob controles sociais. Socialismo não se confunde mais com estatismo.”³⁰⁶ Bandeiras polêmicas relacionadas à liberdade do indivíduo, como o direito ao aborto e a descriminalização da maconha, foram levantadas. Algumas vozes isoladas se manifestaram em oposição ao tom dado à campanha: “a todo momento, nosso candidato se diz pluralista sem qualificá-lo e assim (...) entra de corpo inteiro na maré liberal. (...) Se a reduzida influência do Partido entre os trabalhadores ainda se mantém, (...) isto não quer dizer que a mensagem do nosso candidato tenha que continuar a sensibilizar somente a ‘inteligência’ do País.”³⁰⁷ O órgão oficial do partido recebia cartas de militantes criticando o tom da campanha e defendendo os princípios leninistas do partido, que já vinham sendo, ainda que veladamente, postos em questão. Porém, parece claro que aquela campanha, apesar das profundas divisões no seio do PCB, conseguiu sensibilizar a grande maioria do partido – mesmo os setores que depois seriam mais refratários às mudanças que se tentariam impor ao partido. A campanha

³⁰⁶ *Voz da Unidade*, n.º 452 (30/06/1989).

presidencial de 1989, apesar de ser referida por muitos como (e ter sido de fato) um importante elemento na transformação posterior que o partido viveria, era naquele momento um fator de unidade (numa profunda diversidade), mais que de dissensão.

Encerrado o primeiro turno das eleições, a situação posta não deixava dúvidas aos pecebistas das forças políticas a serem apoiadas. No segundo turno, os setores populares e democráticos (representados naquele momento por Lula) enfrentaram as forças mais conservadoras da sociedade brasileira (apoiadoras de Collor). Apesar da busca de uma clara diferenciação ao longo da campanha com a candidatura petista e das diferenças históricas que separavam os dois partidos, não restaram dúvidas aos pecebistas de todos os matizes acerca da candidatura a ser apoiada. A vitória das forças representadas por Collor novamente não deixou escolha para o PCB. Os setores em disputa no partido foram unânimes na defesa de uma oposição ferrenha ao novo governo.

A profunda divisão entre os que defendiam um “resgate revolucionário” de elementos constitutivos do partido e de sua representação popular e os que pugnavam por sua “renovação democrática” se aprofundava. Se o debate entre “frente de esquerda” e “frente democrática” havia encontrado uma solução consensual (ainda que provisória), a discussão acerca dos rumos do partido no movimento sindical seria decidida claramente a favor de um dos grupos. Um momento importante nessa disputa acabou sendo o II Congresso da CGT (Praia Grande, SP, 28 a 30 de abril de 1989). Nele, Antônio Rogério Magri (associado ao “sindicalismo de resultados” norte-americano) se elegeu presidente da entidade derrotando Joaquinção (sindicalista tradicional apoiado pelo PCB), disputa que terminou em grossa pancadaria. Era perceptível que a central vivia um “racha irremediável”³⁰⁸, que em breve seria oficializado:

Tendo em vista o resultado, os setores derrotados, em um novo congresso realizado em setembro do mesmo ano, decidem criar uma nova CGT presidida por Joaquinção. O que vai se ver é um definhamento das duas CGTs e a criação da *Força Sindical* que, criada em março de 1991, tendo Luís Antônio Medeiros à frente, abrigaria os setores identificados com o *sindicalismo de resultados* e buscaria, a seu modo, ser uma alternativa à CUT.³⁰⁹

³⁰⁷ MAIO, Marcos Chor. “Emoções e reflexões”. *Voz da Unidade*, n.º 454 (14/07/1989), pág. 3.

³⁰⁸ “Magri banca o jogo na CGT”, *Voz da Unidade*, n.º 444 (05/05/1989), pág. 6.

³⁰⁹ SANTANA, Marco Aurélio, *Homens partidos*, op. cit., pág. 281.

A polêmica acerca da atuação sindical do PCB, que se arrastou por toda a década de 1980, sendo abafada em vários momentos, agora era retomada de forma irresistível. A realidade havia demonstrado o equívoco da atuação do partido junto aos setores mais conservadores do movimento sindical. A CGT (na qual os pecebistas buscavam levar adiante sua política de “unidade”) serviu de “celeiro” a um “sindicalismo de resultados”, em tudo diferente do que o partido defendia. A hegemonia da central, que os pecebistas esperavam conquistar derrotando os *tradicionais*, havia passado para as mãos de setores novos, forças conservadoras *modernas*, adaptadas à nova realidade do país. Estas afastaram da central tanto os *tradicionais* quanto os pecebistas (ironicamente companheiros dos “pelegos” também na derrota). Por seu turno, a atuação *prática* da CUT (naquele momento consolidada como central hegemônica, contrariando as previsões de muitos pecebistas de que ela não teria vida longa) já não diferia muito daquilo que o PCB defendia para o movimento sindical. Ao mesmo tempo, a central vinha perdendo em “combatividade”. Sua atividade se moderava, lançando as bases para sua atuação *defensiva* nos anos 1990, focada na questão do *emprego*³¹⁰ (o que confirmava, por outro lado, as *acusações* de “social-democracia” impingidas por pecebistas aos setores hegemônicos da central). De qualquer forma, se é possível afirmar que a atuação na CUT seria desde o início o caminho mais correto para o PCB, naquele momento ela se configurava enquanto única alternativa viável. Mesmo assim, a questão ainda demorou a ser definida. Militantes do PCB nos últimos anos já vinham atuando em sindicatos cutistas³¹¹, algo imposto até mesmo pela necessidade. A história da atuação sindical pecebista naquela década é basicamente uma sucessão de derrotas: a perda de vários sindicatos (alguns tradicionalmente controlados por pecebistas) para setores cutistas que depois os filiavam à central, bem como a predileção dos novos sindicatos progressistas que surgiam pela filiação à CUT. Os espaços dos pecebistas se reduziam na CGT, mas principalmente fora dela.

A partir do “racha” da CGT, a direção sindical pecebista buscou ainda uma “solução intermediária”: a atuação “equidistante” do partido, sem a opção definitiva por uma das

³¹⁰ Cf. SANTANA, Marco Aurélio, “Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990”, op. cit. Tal *moderação* pode ser explicada em grande parte pela crise mundial das esquerdas e pelo ascenso do neoliberalismo no Brasil, mas também guarda relação com a própria dinâmica da CUT e do PT.

³¹¹ Não era novidade na trajetória pecebista a existência de bases sindicais atuando contrariamente às orientações do partido – o que já havia sido chamado num outro momento de “os dois PCs”. Tal situação

centrais. Tal “solução” perdurou oficialmente até o ano seguinte, mas na prática os setores cutistas do PCB já eram amplamente majoritários, e a luta pela entrada na central acabou saindo vitoriosa do Encontro Nacional de Sindicalistas do PCB (Praia Grande, SP, 20 e 21 de outubro de 1990). Nele, finalmente optou-se pelo abandono da “política de equidistância” e pela atuação na CUT, decisão tomada por ampla maioria (apesar de alguns resistentes, argumentando que aquela reunião não tinha caráter deliberativo, tendo sido convocada apenas para discutir a crise vivida pelo partido e a eleição de sua direção sindical). De fato, os setores cutistas, cansados de indefinição e certos de sua maioria, impuseram a discussão e votação daquela proposta – numa espécie de “rebelião” das bases.

A polêmica ainda se arrastou por algum tempo, até que a direção do partido referendasse a decisão (em janeiro de 1991). Foi de fato uma vitória dos setores “à esquerda” do partido, mas na prática tal decisão não passava de “letra-morta”. Apesar da atuação na CUT estar agora oficializada, o grau de dissensão no PCB era tal que alguns militantes permaneceram na CGT e muitos participaram das articulações para a fundação da Força Sindical. Àquela altura, as divisões no partido se mantinham e se aprofundavam independentemente da posição oficial que fosse tomada. Só mudavam os “transgressores”. Um ano depois, oficialmente nem haveria mais partido. Era a solução encontrada pela maioria para superar aquela crise sem precedentes – potencializada (a um nível insuportável para muitos) pelo rápido e surpreendente colapso do “socialismo real”.

O colapso do “socialismo real” e o PCB

A URSS vivenciou na virada dos anos 1980 para os anos 1990 um aprofundamento dramático de sua crise. A receita de reformas econômicas e abertura política, destinada a curar os graves problemas inerentes ao sistema, não vinha dando os resultados esperados. Pelo contrário: agora a própria existência da superpotência parecia estar em jogo. Nesse ínterim, ocorreu a surpreendente derrocada dos regimes socialistas do Leste Europeu. Tais regimes, com mais intensidade ainda que o soviético, vivenciavam uma crise sem

muitas vezes era tolerada pelas instâncias superiores – sem força ou interesse para promover “expurgos” no

precedentes. Haviam servido aos países menos desenvolvidos da região³¹² como indutores e organizadores do desenvolvimento, mas a partir de um dado momento a centralização e a coerção típicas daquele tipo de organização socialista passavam a entrançar a economia e as potencialidades humanas – como vinha ocorrendo também na URSS. Com o agravante de que naqueles países o sistema, apesar de em boa parte autóctone e adaptado à realidade social daquelas sociedades (do contrário não teria sobrevivido por várias décadas), havia surgido de uma situação especial advinda da vitória soviética na Segunda Guerra Mundial – que passou a considerar aquela região sua “área de influência”, vital durante a Guerra Fria. Havia sido em parte, portanto, uma “imposição” externa, bem como sua manutenção havia sido sustentada em alguns momentos pelo temor da intervenção soviética (ou por sua ocorrência de fato). Agora, em crise e sem poder contar com o empenho da URSS na sua preservação (envolvida que estava com sua própria crise e num processo de superação definitiva da Guerra Fria)³¹³, as elites políticas daqueles países viviam uma situação difícil, tendo que negociar com oposições internas (quando haviam) e levar adiante reformas liberalizantes, ou simplesmente se “fechando” ainda mais em sua ortodoxia.

A situação ficaria insustentável em 1989, quando os regimes socialistas do Leste Europeu caíram como “castelos de cartas”, numa sucessão de acontecimentos que ficou marcada especialmente pela queda do Muro de Berlim (que cortava a cidade, na fronteira entre as duas Alemanhas) em outubro. Não houve propriamente a *derrubada* de nenhum governo³¹⁴, simplesmente a *desintegração* de um poder corroído pela crescente crise econômica, pelo baixo apoio interno e pela perda da sustentação externa. Mesmo porque não havia oposições suficientemente organizadas para operar tais *derrubadas*³¹⁵. O que ocorreu de fato foi uma sinalização clara de suas populações de que aqueles regimes não tinham mais legitimidade. Aceitando rapidamente a derrota e sem ter a quem recorrer como no passado, as elites políticas socialistas simplesmente se retiraram.

Enquanto isso, a URSS caminhava célere para seu próprio colapso. As reformas econômicas não vinham dando resultado: ao eliminarem o controle central e reduzirem a

setor sindical do partido.

³¹² Não tanto ao leste alemão e à Checoslováquia, num estágio mais avançado de desenvolvimento capitalista.

³¹³ Tal argumento deve ser relativizado no que tange às experiências da Iugoslávia e da Albânia, que já haviam passado por um processo de autonomização em relação à URSS.

³¹⁴ À exceção talvez da Romênia, onde o ditador Nicolae Ceaucescu acabaria fuzilado.

³¹⁵ À exceção da Polônia, onde a transição foi negociada.

planificação, longe de produzirem o almejado nascimento da iniciativa individual e autogestionária, vinham levando à pulverização do sistema em velhas práticas clientelistas e regionalistas. Por outro lado, a liberalização política avançava, entre outras coisas eliminando o centro de poder do partido. A intenção seria substituí-lo por um Parlamento e um governo eleitos em moldes democráticos (o que de fato foi feito). Mas essas novas esferas de poder terminariam dramaticamente esvaziadas pela crescente autonomização regional. Porém, em última instância “a desintegração da União não se deveu a forças nacionalistas. Deveu-se essencialmente à desintegração da autoridade central, que obrigou toda região ou subunidade do país a cuidar de si mesma e, não menos, a salvar o que pudesse das ruínas de uma economia que escorregava para o caos. A fome e a escassez estão por trás de tudo o que aconteceu nos últimos dois anos da URSS.”³¹⁶

As instituições do governo, o novo Parlamento e o enfraquecido e dividido partido foram obrigados a conviver nos últimos anos do regime (e do país) com um esvaziamento de suas funções e com seguidas declarações de autonomia das repúblicas soviéticas (e de independência a partir do início de 1991). A última tentativa de salvar algo da União (mas não do socialismo, do qual não se falava mais) se deu com a discussão de um novo tratado federativo (anteriormente aprovado pela maioria da população em referendo) que daria novas bases ao país, oferecendo maior autonomia às repúblicas integrantes do acordo. Porém, a indefinição dos termos do tratado acabou sendo de tal monta que visivelmente seria uma iniciativa fadada ao fracasso, antes mesmo de entrar em vigor. Outra tentativa de alteração dos rumos desintegradores da União foi o golpe liderado por membros do governo e do partido, que tentou afastar Gorbachev em agosto de 1991. Mais que tudo, era uma sinalização de força dos velhos centros de poder desgastados, que só poderia dar certo se de fato aqueles centros ainda concentrassem algum poder. Bastou o alheamento da população e a resistência de novos setores que iam se fortalecendo (tais como as novas instituições republicanas, em especial da Rússia), para que o movimento fracassasse quase que imediatamente. Era o último espasmo do velho regime. Em poucos meses todas as repúblicas seriam independentes. A União estava morta. O socialismo, esse já havia se retirado há tempos.

³¹⁶ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*, op. cit., pág. 476.

Era um fim melancólico para regimes que traziam em suas origens tantas promessas de liberdade e justiça, e ao seu final saíam de cena pela porta dos fundos da História, deixando um rastro de opressão e descrença (além de inegáveis realizações). A situação daqueles países não melhoraria nos anos seguintes – vivenciaram desesperadas e irresponsáveis experiências monetaristas e o recrudescimento de destrutivos sentimentos nacionais.

O PCB foi (como seria de se esperar, já que sempre esteve associado – ao menos simbolicamente – àqueles regimes) a organização brasileira na qual os acontecimentos referidos tiveram a mais profunda repercussão³¹⁷. Até às vésperas da queda dos regimes do Leste Europeu, declarações públicas do partido, de seus dirigentes e de sua imprensa oficial davam a entender que tudo seguia bem (e “progredindo”) nos países do “socialismo real”. Por exemplo, no princípio do processo de transição do regime polonês (quando iniciou-se a implantação de um sistema político pluripartidário) Salomão Malina emitiu uma nota oficial encorajando as mudanças que, segundo o presidente pecebista, “vêm sendo acompanhadas com atenção e simpatia por todo o mundo, fortalecendo sempre mais a imagem do socialismo junto a expressivos setores sociais dos vários continentes.”³¹⁸ Pouco depois, não haveria nem traço de socialismo naquele país. Notava-se, por outro lado, uma crescente disposição à crítica, notada por exemplo após o episódio que ficou conhecido como o *Massacre da Praça da Paz Celestial*, em Pequim, no qual o governo chinês assassinou um número incontável de estudantes que exigiam a liberalização do regime. O PCB reagiu ao acontecido com indignação, fazendo questão de reafirmar “a convicção de que é através da democracia, da participação de todo o povo na vida política que se constrói

³¹⁷ Por exemplo, o PC do B (que já vinha inclusive criticando as recentes reformas soviéticas como mais um estágio da “degeneração revisionista” naquele país) suportou com razoável tranquilidade a derrocada daqueles regimes. Na verdade, esse partido sempre foi extremamente seletivo com suas referências internacionais, nunca permanecendo por um longo período atrelado a alguma experiência socialista em particular, ao mesmo tempo em que desenvolveu um conteúdo *nacionalista* especialmente forte e uma notável coesão ideológica (em alguns momentos tendendo ao sectarismo). Mesmo assim, vivenciou uma crise (ainda que mais branda que a pecebista), perdendo militantes e sofrendo uma certa dispersão no princípio dos anos 1990. Já o principal partido das esquerdas – o PT – aprofundou ainda mais a postura crítica que já possuía em relação às experiências do “socialismo real”, mas não sofreu nenhuma crise significativa ou perda numérica decorrente desse movimento. Por outro lado, é visível que essas e todas as outras agremiações e movimentos de esquerda (do Brasil e do mundo) sofreram de alguma forma, senão com a crise do “socialismo real”, com a crise *geral* da teoria socialista e com o poderoso avanço da nova versão liberal do capitalismo.

³¹⁸ “45.º aniversário da República Popular da Polônia”. In: MALINA, Salomão. *O socialismo em renovação*. Brasília: Novos Rumos, 1989, pág. 47.

o socialismo.”³¹⁹ A isso se seguiu a declaração do candidato pecebista à Presidência de que o seu “socialismo era o que estava na Praça”, mas não o que carregava armas³²⁰. No mesmo contexto crítico às experiências do “socialismo real”, Freire atacou a condenação à pena de morte pelo governo cubano de militares envolvidos com o narcotráfico: “isso fere os direitos humanos e contraria a democratização do mundo e do socialismo.”³²¹ Deve-se notar que as transformações no “mundo socialista” serviam de justificativa para que se assumissem posições já presentes no interior do PCB, mas ao mesmo tempo de fato derrubavam limitações preexistentes, *autoimpostas* pelos pecebistas de acordo com seus “exemplos internacionais”. Porém, quando o aprofundamento da crise nos países socialistas do Leste Europeu apontou para a iminente derrocada daqueles regimes, ocorreu, segundo depoimento de Givaldo Siqueira, uma significativa indecisão no núcleo dirigente da campanha de Freire:

nós tivemos num dado momento chance de fazer uma desvinculação clara dessa coisa que estava havendo internacionalmente. (...) naquele momento estava o negócio do Muro de Berlim: cai não cai... Nós fizemos uma reunião aqui no Rio de Janeiro (o pessoal da campanha dele) para discutir que ele devia fazer um pronunciamento após a derrubada do muro. Ele vacilou e vários companheiros vacilaram: “aí não...” Então o muro cai por cima de nós também.³²²

Isso mostra o papel simbólico que aqueles regimes possuíam para quase todos os pecebistas. De fato, havia a percepção pública de que o PCB estava associado aos países socialistas em crise e por parte de quase todos os pecebistas se criava um vínculo com aquelas experiências. Confirmando a profundidade desse vínculo, nos últimos meses de 1989 (os dias decisivos da derrocada daqueles regimes) os pecebistas tenderam ao silêncio e posteriormente à negação de que todos aqueles acontecimentos transmitidos *via satélite* para todo o globo fossem tão graves quanto pareciam. Como afirmou um militante

³¹⁹ Comissão Executiva da Direção Nacional do PCB. “O PCB e os acontecimentos na China”, *ibid.*, pág. 46.

³²⁰ Declaração reproduzida no princípio do capítulo, retirada do *Voz da Unidade* n.º 452 (30/06/1989).

³²¹ *Voz da Unidade* n.º 454 (14/07/1989). Por sinal, Cuba e China integrariam o grupo dos poucos países declaradamente socialistas que não foram afetados imediatamente pela crise que varreu o socialismo do Leste Europeu e soviético. De qualquer forma, a manutenção desses regimes no momento em que escrevo (sejam considerados eles socialistas ou não) de forma alguma relativiza a crise sem precedentes do “socialismo real” e da própria teoria socialista.

³²² Givaldo Siqueira, *op. cit.*

histórico do partido, “com aquilo a gente se sentia um pouco órfão”³²³. Como um editorial do semanário oficial admitiu,

Uma sensação de angústia toma conta dos militantes comunistas. Historicamente ligados ao **socialismo real**, sentem-se impotentes diante de tudo o que está acontecendo – um sentimento que abarca também a maior parte dos que apoiam a **renovação**. Os comunistas brasileiros, duramente atingidos por tudo o que está acontecendo na sua relação com a sociedade e também no mais íntimo da consciência, estão diante desse desafio. Se o novo socialismo é **pluralista**, as idéias marxistas têm espaço e o comunismo como **objetivo**, o seu lugar. Precisam, porém, fazer sua mais séria **autocrítica**. Expor inclusive o erro de não pensar com a própria cabeça, de errar por apoiar os erros dos outros. É duro – mas é indispensável desencarnar da “teoria marxista-leninista” que explicou e justificou tudo aquilo que ameaça a existência do socialismo hoje e que na verdade se chama “modelo stalinista”.³²⁴

Estavam oficialmente colocados, na esteira da crise do “socialismo real”, os temas que seriam debatidos a partir dali: a busca de um “socialismo pluralista” e o abandono do “marxismo-leninismo” (associado ao “stalinismo”). Alguns, no limite, já começavam a falar em um “novo partido” e no abandono do marxismo como um todo enquanto “credo oficial” – propostas que somente seriam defendidas pela maioria no final do processo. Enquanto isso, a URSS seguia em sua crise, aproximando-se (algo até então imprevisível) da desintegração. No entanto, se no princípio das reformas os pecebistas de maneira geral pareciam apoiá-las, agora brotavam posicionamentos diferentes acerca do processo soviético. O depoimento seguinte (incluindo um diálogo marcado por certa dose de *nonsense*) é bem ilustrativo:

A última vez que eu fui na URSS foi em janeiro de 90. Quando eu voltei, tinha que dar um informe, e eu disse o seguinte: “o socialismo na URSS acabou”. Quase apanhei: “você está maluca, você está negando o socialismo!” “Continuo tão socialista quanto sempre fui, estou dizendo que o socialismo na URSS acabou!”. E o Juliano Siqueira disse: “se acabou o socialismo na URSS, então acabou o socialismo! Esse é o único modelo”. “Então vai ter que arranjar outro, porque esse aí acabou!”³²⁵

As posições assumidas abertamente no interior do PCB acerca dos últimos momentos da URSS e da experiência do “socialismo real” como um todo atingiram um grau de diversidade imenso – o mesmo se pode afirmar em relação a todas as questões candentes debatidas no partido naqueles dias. O momento em que o partido discutiu em conjunto

³²³ Severino Theodoro de Mello, op. cit.

³²⁴ “Um novo caminho”, *Voz da Unidade* n.º 478 (11/01/1990), pág. 2.

³²⁵ Zuleide Faria de Melo, op. cit.

essas questões foi o IX Congresso (realizado no Rio de Janeiro de 30 de maio a 2 de junho de 1991). Porém, o grau de dissensão já era tão forte que naquele estágio se podia falar em facções em processo avançado de dispersão, não mais num “partido” propriamente. De qualquer forma, a versão final da *tese* discutida e aprovada pela maioria abordou de maneira profundamente crítica o “socialismo real” e suas mais recentes transformações. Afirmou-se que “a crise da Europa do Leste sepultou o estatismo como via para o socialismo; fracassou o velho esquema de acumulação socialista através da poupança compulsória das massas e do planejamento centralizado burocrático-autoritário.”³²⁶ Apontou-se várias características negativas daqueles regimes: “ausência de democracia, liberdade, pluralismo político e pluripartidarismo, subalternização da sociedade civil, limitação extrema da cidadania, planificação ultracentralizada da economia, degenerescência burocrática, métodos de gestão autoritários e coercitivos e degradação teórico-política”³²⁷. Diagnosticou-se “a superação da via autoritário-burocrática da transição socialista”³²⁸, e com ela o fim de “velhos dogmas, mitos e a velha cultura política terceiro-internacionalista”³²⁹. Porém, no bojo desse movimento de *destruição* havia algo positivo: criava-se “uma nova situação que permite elaborar uma nova teoria da revolução e da transição socialista”³³⁰.

Enquanto boa parcela do partido aprovava uma resolução com esse teor, havia uma multiplicidade de posicionamentos divergentes. Apenas para exemplificar, cito algumas colocações do ator Francisco Milani, um dos principais articuladores da oposição àquelas teses no IX Congresso (note-se que em tudo difere da posição “oficial”, desde o equacionamento da questão até as conclusões da análise):

O PCB deve abordar a questão da atual crise do socialismo afirmando, em primeiro lugar, que não foi em vão a luta de várias gerações pela construção de uma nova sociedade, livre da exploração do homem pelo homem. As imensas conquistas sociais, econômicas, culturais e políticas alcançadas, pela primeira vez, na URSS e em outros países socialistas, (...) comprovaram a supremacia do sistema socialista sobre o capitalista (...). É verdade que o processo de edificação do socialismo, realizado em condições extremamente adversas e sob pressão permanente do imperialismo, deu margem a desvios e violações do marxismo-

³²⁶ “Lutamos pelo socialismo com liberdade e democracia (declaração política do IX Congresso do PCB)”. In: Partido Comunista Brasileiro. *IX Congresso do Partido Comunista Brasileiro – caminhos e descaminhos*. Florianópolis: s. ed., 1991, pág. 41.

³²⁷ “Nova política, partido novo”, *ibid.*, pág. 52.

³²⁸ *Ibid.*, págs. 52-53.

³²⁹ *Ibid.*, pág. 52.

³³⁰ *Id.*

leninismo (...). Não é possível considerar, sumária e simplesmente, mais de setenta anos de construção do socialismo como décadas de erros acumulados. Por isso mesmo estamos obrigados a investigar, em profundidade, os erros cometidos, até pela mais grave de suas consequências: a restauração capitalista.³³¹

Pouco depois, acontecimentos ocorridos no Leste Europeu (especificamente na URSS) surgiram mais uma vez em um documento oficial do partido, servindo então de “justificativa internacional” para a convocação do congresso (o X) destinado a encerrar a trajetória pecebista. O golpe de agosto de 1991 e os movimentos precipitados por ele – a perseguição aos comunistas soviéticos, o recrudescimento de sentimentos chauvinistas, a desintegração soviética – reforçaram as posições *transformistas* no interior do PCB (sendo *utilizados* nesse sentido pelos defensores dessas posições). Até o final, os acontecimentos soviéticos marcavam presença no imaginário, nas decisões e nos argumentos dos pecebistas.

Por fim, há outra experiência ocorrida nesse período que acabou se tornando paradigmática. Não se tratava agora de algum dos regimes socialistas em colapso, mas já de uma *resposta* à crise geral do socialismo. Me refiro ao processo transformador do PCI (relacionado em grande parte à trajetória original daquela agremiação, não apenas à crise socialista), que se tornou simbólico para uma grande parcela de pecebistas³³². Um momento decisivo na história daquele partido foi o XIX Congresso Extraordinário (realizado em março de 1990), no qual os comunistas italianos se dividiram entre três teses: a moção 1 (encabeçada pelo secretário-geral Achille Occhetto),

propugnando a abertura pelo PCI de uma fase constituinte “para dar vida a uma nova formação política de esquerda italiana capaz de pôr em movimento um processo de agregação das correntes renovadoras da sociedade italiana, com base num programa de renovação social e política voltada para a redefinição da identidade de esquerda, no limiar do ano 2000”; a moção 2, personificada no velho dirigente comunista Pietro Ingrao, se contrapondo à dissolução do PCI numa nova formação política e sugerindo a necessidade de uma renovação radical na estrutura e na política do partido; por fim, a moção 3, encabeçada por Armando Cossutta, defendendo antigos postulados e propondo a luta por democracia socialista na Europa.³³³

³³¹ MILANI, Francisco. “Sobre as teses para o IX Congresso do PCB” (março de 1991), *ibid.*, págs. 12-13.

³³² O que se reflete numa ampla gama de *referências*, desde os elogios à experiência italiana até a tentativa por parte de alguns de nomear o “sucessor” do PCB de Partido da Esquerda Democrática (nome semelhante ao recebido pelo “substituto” do PCI – Partido Democrático da Esquerda).

³³³ “Apresentação”. *Novos Rumos*. Brasília: Instituto Astrojildo Pereira, n.º 17, 1990, pág. 4.

A moção 1 acabou vitoriosa, deflagrando o processo de transformação do PCI, que em breve abandonaria seus referenciais programáticos e organizacionais “marxistas-leninistas” de tradição terceiro-internacionalista. Fica evidente a relação entre a experiência dos comunistas italianos e a do PCB – o que salta aos olhos quando se observa a configuração assumida pelo IX Congresso pecebista entre três correntes e o conteúdo programático defendido por cada uma delas. Não se trata de acusar os pecebistas de “repetidores” dos italianos. Por um lado, as trajetórias recentes de ambos os partidos, guardadas as devidas proporções, possuíam alguns pontos de contato; por outro, as duas experiências “transformistas” eram formuladas em parte enquanto *respostas* à crise geral do socialismo. De qualquer forma, a experiência italiana se tornaria um paradigma a inspirar vários pecebistas (alguns deles admiradores de longa data do PCI).

Com tudo isso, fica evidente o peso que o colapso do “socialismo real” (como parte integrante de uma crise geral do socialismo) assumiu no interior do PCB – interferindo, potencializando e dando novos contornos à crise pecebista, ao mesmo tempo em que era apropriado de diferentes formas por seus atores naqueles últimos dias do partido. As próximas páginas são dedicadas a uma análise mais detida desses últimos dias.

O PCB em questão

Logo após o término da campanha presidencial de 1989, e sob o impacto do colapso dos regimes socialistas do Leste Europeu, a crise pecebista atingiria um novo patamar. Agora, setores do partido questionariam sua própria razão de ser, suas referências teóricas e simbólicas, sua função social. A existência do partido seria posta em xeque. Algumas divisões se aprofundariam, assumiriam outro caráter, novos questionamentos e propostas surgiriam, outros ressurgiriam para cobrar sua fatura após um longo silenciamento.

Ainda no final de 1989, circulou no partido uma nova proposta, que ainda não implicava necessariamente num partido novo, mas numa *nova formação* com outras forças de esquerda, baseada em *novos* valores: “A proposta de constituição de uma nova esquerda, em discussão nas fileiras do PCB, já está sendo apreciada pelas organizações do Partido e

debatida amplamente”³³⁴. Foi aprovada, por pequena margem, em reunião da Executiva Nacional (5 de dezembro de 1989, no Rio de Janeiro). A partir de então, as respostas à crise assumiram os contornos mais diversos. Uma rica pluralidade de posições emanou das discussões levadas adiante no partido. Já se falava inclusive numa completa *metamorfose* do PCB, incluindo o abandono de nome e símbolos. Um bom exemplo dessa diversidade pode ser dado pela compilação de algumas opiniões proferidas no Seminário de Organização do PCB (27 e 28 de janeiro de 1990, em São Paulo):

“O centralismo democrático impede o avanço da democracia? A prática tem demonstrado que não.” (Rogério Dias, DF)

“A estrutura que nós temos é conspirativa.” (Juliano Siqueira, RJ)

“A militância muitas vezes é nossa religião, que justifica o não trabalho e o não estudo, estimulando a burrice.” (Beth Wagner, BA)

“Acho que isso [mudar a sigla] não passa de uma transformação cartorial.” (Dagusan Cardoso Dias, SP)

“Quem quer mudar a sigla é porque se envergonha de ser comunista.” (Manoel Fernandes do Nascimento, SP)

“Mudar o nome e o símbolo me choca, mas se for para construir o socialismo, se for necessário, não me oponho.” (William Moreira Lima, SP).³³⁵

A sequência natural, em virtude de uma tal pluralidade de concepções (e progressiva falta de unidade), seria a convocação de um congresso partidário para discutir os rumos (e talvez a própria existência) do partido. E assim foi feito. O IX Congresso (concebido por alguns desde sua convocação como o “congresso da renovação”) foi marcado ainda para o primeiro semestre de 1990. Porém, pouco tempo depois, em reunião do Diretório Nacional (30 de março a 1º de abril de 1990, São Paulo), o congresso foi adiado para o primeiro semestre de 1991. É visível o interesse de boa parte da direção (a velha “burocracia” que vinha comandando o partido há tempos) em tal protelação – fosse para acumular forças, fosse para definir o melhor rumo para a preservação do partido ou para a auto-preservação de alguns. Sem dúvida, havia um equilíbrio de forças naquele momento, mas principalmente uma *indecisão* acerca das transformações a serem implantadas no partido e de que forma elas se concretizariam. Nessas condições, o adiamento dos problemas, mais uma vez, se tornava a melhor opção para muitos.

³³⁴ “Em tempo”. *Voz da Unidade*, n.º 473 (30/11/1989), pág. 2.

³³⁵ “Novos Rumos”. *Voz da Unidade*, n.º 481 (01/02/1990), encarte especial.

No entanto, ainda naquele ano, a realidade mais uma vez pediria sua conta. O partido colheria nas urnas (em eleições para governadores, senadores e deputados federais e estaduais) mais um resultado decepcionante: 3 deputados federais e 4 estaduais. Na esteira desses resultados, se deflagraria o processo congressual. As discussões acerca do futuro do partido, até certo ponto abafadas nos meses anteriores, retornariam com uma força incontrolável – agora alimentadas com maior decisão pelo núcleo dirigente pecebista, e tendo como justificativa parcial os resultados eleitorais negativos:

Outra vez os resultados obtidos pelo PCB, ao lado de outros insucessos políticos e no movimento social, revelam a profunda crise de nosso Partido e a necessidade de uma ampla discussão sobre o seu futuro imediato. (...) Os fracos resultados eleitorais são principalmente consequência da débil presença do PCB e de sua militância nos movimentos sociais, geradora de uma crise de representatividade, agora vinculada à crise do socialismo – de longa gestação – mas com elementos autônomos, decorrentes de indefinições e erros cometidos na condução de sua política, particularmente a de massas, (...) durante o período de transição.³³⁶

A partir de então, se deu um verdadeiro florescimento da diversidade nas fileiras pecebistas – talvez a maior em toda a trajetória do partido. Se configurou a princípio um amplo espectro de posições, que foi desde as abertamente social-democratas (como a do dirigente Jarbas de Holanda, que sairia do PCB no início de 1991 apontando o PSDB como “alternativa de esquerda moderna” e a Força Sindical como “opção de sindicalismo plural”³³⁷) num extremo, passando por propostas de fusão com o PSB, diluição no PT, extinção do partido, formação de uma nova agremiação, resgate do “revolucionarismo perdido” do PCB, até chegar ao outro extremo do espectro, habitado por militantes que não aceitavam maiores *revisões* da trajetória do partido e iriam se abrigar no PC do B (entre esses, os mais destacados eram os dirigentes Juliano Siqueira e Francisco Milani, que deixariam o partido logo após o IX Congresso).

Nesse meio-tempo, boa parte do núcleo dirigente assumiu abertamente a luta pela transformação completa do partido, baseada na crítica da experiência socialista, dos valores leninistas, do centralismo, da burocratização, do conceito de vanguarda, do partido único, da ditadura do proletariado. Transformação calcada no valor estratégico da democracia e na superação da dicotomia entre reforma e revolução. Impossível que não viesse à mente a

³³⁶ Direção Nacional do PCB. “O desempenho do PCB”. *Voz da Unidade*, n.º 507 (novembro de 1990), pág. 13.

lembrança de antigas propostas defendidas no interior da organização e silenciadas alguns anos antes. O próprio presidente do partido se viu obrigado a prestar reverência àqueles antigos militantes: “O esforço do partido é crescer, incorporar todas as idéias que se revelam ou se revelaram corretas. Essas idéias que num primeiro momento não foram entendidas, frutificaram. Esperamos que aqueles companheiros se juntem à nova luta. (...) Todos os espaços estão abertos.”³³⁸ Mais que um chamamento ao retorno de antigos militantes pecebistas (que na prática não obteve respostas mais consistentes), tratava-se também de *reabilitar* muitos “renovadores” que haviam permanecido no partido ao longo da última década, reafirmando posições mas, na prática, pouco influenciando nos rumos da agremiação, silenciados que estavam pela máquina burocrática do PCB. Esses voltariam a cumprir um papel na vida do partido:

o tema nosso afinal foi absorvido pelo partido no IX Congresso (...). Então foi esse congresso que praticamente assimilou toda a nossa história. (...) se você pegar o documento do IX Congresso, vai ter uns negócios ali que foram exigência nossa para participar. Foi exigência nossa colocarem um processo autocrítico. Dizerem que a nossa posição tinha sido a mais correta.... tinham que constatar teoricamente que a gente enquanto grupo político estava com a razão. (...) Então foi isso que permitiu que os remanescentes fossem para lá participar do congresso.³³⁹

Grande parte dos militantes pecebistas não concordava com tais posições. A esses, indistintamente, os setores majoritários (até mesmo através do órgão oficial do partido) rotularam de “conservadores”. Numa formulação que interessava aos que controlavam o processo de mudanças, mas que não correspondia à complexidade das divisões que se apresentavam, o partido estaria cindido entre duas concepções:

Não há a menor possibilidade de ignorar a oposição nas fileiras do Partido – um [grupo] conservador, aferrado aos velhos dogmas e estereótipos, e outro renovador, em busca do novo, do moderno, do futuro. Mas não é possível um corte maniqueísta entre eles, numa separação entre bons e maus, pois na raiz de tudo isso (...) estão duas concepções distintas de revolução, uma golpista e outra democrática, concepções que agora tendem a radicalizar seus conteúdos e direções.³⁴⁰

³³⁷ Cf. HOLANDA, Jarbas, “Do PCB a uma esquerda moderna no Brasil”, in: *Novos Rumos*, Brasília, Instituto Astrojildo Pereira, n.º 20, 1991.

³³⁸ “Democracia: única via do socialismo – entrevista com Salomão Malina”. *Novos Rumos*, Brasília: Instituto Astrojildo Pereira, n.º 20, 1991, pág. 69.

³³⁹ Gilvan Cavalcanti Melo, op. cit.

³⁴⁰ “Editorial – a Voz pede ajuda”. *Voz da Unidade*, n.º 508 (dezembro de 1990), pág. 2.

No entanto, deve-se frisar que

A crítica a essas teses nem sempre representou uma defesa irrestrita da ortodoxia. Será a maior ou menor ênfase na crítica à cultura e prática ortodoxa que determinará a heterogeneidade da oposição e os diferentes rumos que seus membros tomarão. Na dissidência havia o desejo de renovação – com caráter e conteúdo diferenciado da renovação modernizante da maioria capitaneada por Freire. Havia ainda elementos autocríticos em relação à práxis do partido nos últimos anos. Embora mantivessem conceitos e concepções ortodoxas, os dissidentes elaboraram uma reflexão crítica sobre o marxismo-leninismo e as experiências do socialismo real.³⁴¹

Tal reflexão crítica do marxismo-leninismo e da atuação do partido nos últimos anos por parte dos “conservadores”, de fato, pode ser sentida em várias análises apresentadas ao longo do debate congressual. Como exemplo, pode-se recorrer a um artigo de Felipe Oiticica – que mais tarde integraria o “atual” PCB, mostrando que mesmo entre os que receberam a pecha de “ortodoxos” havia espaço para diferentes concepções. Para ele (em uma outra forma de simplificação do processo), o que os setores majoritários do partido defendiam era, na verdade, “capitulacionismo frente às ofensivas ideológicas desencadeadas pela burguesia e pela social-democracia, face à crise do Leste. Capitulacionismo diversionista, porque desfoca, ou melhor, enfoca de maneira turva a carência por transformações realmente sentida em nossa teoria e em nossa prática, disfarçando-se por detrás dele.”³⁴²

Durante o processo congressual, a pluralidade de concepções do partido terminou por se agregar em três tendências³⁴³. A maioria se agrupou em torno de Freire, Arouca e

³⁴¹ SILVA, Antônio Ozaí da. “Os comunistas diante do muro: o marxismo-leninismo entre a negação e a afirmação da tradição stalinista”. In: *Revista Diálogos*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, volume 3, 1999.

³⁴² OITICICA, Felipe. “A confusão da refundação”. *Voz da Unidade*, n.º 507 (setembro de 1990), pág. 8.

³⁴³ O primeiro embate entre essas diversas concepções pelo controle do partido (e consequentemente de seu destino) se daria na definição da estruturação do congresso. Um grupo capitaneado por Freire defenderia a abertura total do congresso a não-filiados e a realização de “fóruns socialistas” reunindo militantes (pecebistas ou não) interessados na constituição de uma “nova esquerda”, podendo eleger representantes para a etapa final do congresso. Tal proposta receberia desde restrições parciais até a condenação completa. Por fim, seria aprovado um meio-termo: o direito de discussão e voto para os participantes de “fóruns socialistas” não-filiados ao PCB apenas na discussão da Resolução Política, mas não no balanço do trabalho da direção e na eleição da nova. Tal proposta seria basicamente um consenso entre Freire e Malina (contrário até então ao voto dos não-filiados), que acabou vencendo a proposta contrária à participação dos não-filiados e os que continuavam insistindo no direito de voto total (curiosamente, o direito de voto a não-filiados seria aprovado meses depois, para o X Congresso – o que evidencia a rápida mudança da correlação de forças naqueles dias). Além disso, pela primeira vez setores do partido poderiam se apresentar como “tendências” diversas no congresso, com chapas próprias – a direção seria escolhida proporcionalmente aos votos angariados por cada grupo.

Malina, e se apresentou no congresso sob a alcunha de “Socialismo e democracia”, defendendo “a renovação radical do partido. Isto significava abandonar a tradicional concepção de partido de quadros e da ditadura do proletariado e o desafio de construir uma nova teoria e organização partidárias. A maioria da DN [Direção Nacional] coloca em xeque a existência do PCB, seu nome, seus símbolos e a tradição histórica que estes encerram.”³⁴⁴ A oposição tachada de “ortodoxa” se agrupou na tendência “Fomos, somos e seremos comunistas”, capitaneada por Oscar Niemeyer, Francisco Milani, Horácio Macedo, entre outros. Defendia (ou buscava “resgatar”) o caráter revolucionário do partido, sua estrutura leninista de organização e seus símbolos – muitos deles, porém, assumiam uma postura crítica em relação à experiência socialista e a alguns aspectos do marxismo-leninismo. Por fim, um outro grupo se configurou como uma “terceira via” entre o que classificava como “social-democracia” da primeira e “ortodoxia stalinista” da segunda. Era a “Política de esquerda pelo novo socialismo” (liderada por Domingos Tódero), que defendia a manutenção do nome e dos símbolos do partido, mas pugnava pela aprovação de boa parte das propostas transformadoras defendidas pela maioria – dando-lhes no entanto um caráter mais definidamente socialista.

O IX Congresso terminou com a esperada vitória do grupo de Freire (que foi eleito presidente do partido), porém por uma margem apertada: 53%, contra 36% da chapa “Fomos, somos e seremos comunistas” e 11% da chapa “Política de esquerda pelo novo socialismo”. As oposições somadas chegaram perto da maioria, inviabilizando momentaneamente o projeto de substituição *imediata* do PCB por um novo partido, com novo formato e sem um credo oficial marxista. Chegou-se a um impasse:

Ao grupo “Fomos, somos e seremos comunistas” a correlação interna de forças era desfavorável, e ao grupo majoritário, agora defensor público do pluralismo, não interessava mais utilizar os procedimentos inerentes a uma concepção de “partido marxista-leninista” para provocar outros constrangimentos morais e se apoderar automaticamente da máquina partidária. (...) Ao final do Congresso, em busca da “unidade”, os dois grupos fizeram concessões mútuas. Para não destruir o partido, conciliaram o inconciliável. (...) Para o grupo “Fomos, somos e seremos comunistas”, a derrota do programa político não foi o mais importante: afinal ameaçado de morte, o PCB parecia, agora, imortal. Para o grupo majoritário (...), a vitória no campo político parecia parcial.³⁴⁵

³⁴⁴ SILVA, Antônio Ozaí da. Op. cit.

³⁴⁵ PANDOLFI, Dulce, op. cit., págs. 240-241.

As oposições obtiveram outra significativa concessão da maioria quanto à definição das forças políticas que poderiam integrar o “ novo bloco político” proposto pela direção pecebista (como caminho para a construção de um novo pólo de poder contraposto à hegemonia conservadora vigente): “fizeram uma composição grande que a gente sabia que ia durar muito pouco tempo. O Roberto [Freire] na época fez uma ‘concessãozinha’ e botou ‘frente *democrática, progressista e de esquerda*’ [a princípio seria apenas *democrática*], e aí mudou tudo, não é? Servia para os dois lados. Um defendia a democracia e o outro defendia a frente de esquerda.”³⁴⁶ “A oposição conseguiu manter a existência do partido, seu nome e símbolos e ampliou seu peso na Direção Nacional. Contudo, terminado o congresso, ela se viu novamente dividida e em minoria”³⁴⁷ – o que seria decisivo para a vitória definitiva da maioria poucos meses depois.

Ao mesmo tempo, as declarações aprovadas no IX Congresso já apontavam para o caminho da “renovação total” do PCB – e para a sua “extinção” num futuro próximo. As teses aprovadas trouxeram grande originalidade em relação às declarações aprovadas nos congressos pecebistas até então realizados. Compreendeu-se (para além da crise do modelo “autoritário-burocrático” de socialismo e do *welfare state*) que o mundo apresentava novas características (diagnosticava-se a “mundialização”) e novas questões (tais como as desigualdades regionais e o desequilíbrio ecológico). A “nova ordem internacional” e a “nova fase do capitalismo” exigiam uma nova concepção transformista, calcada num “novo socialismo”, humano, libertário, plural. A consecução desse projeto passava pela valorização da sociedade civil e pela ampliação da cidadania. Afirmou-se que

O Estado no mundo moderno é permeável à ação da sociedade civil e pode ser submetido ao seu controle, sendo passível da disputa no jogo democrático por forças sócio-políticas contraditórias. O “Estado ampliado”, uma vez que a hegemonia burguesa é exercida na sociedade civil e legitima o seu controle sobre o aparelho de estado *stricto sensu*, coloca inúmeras e novas equações para quem pensa construir o socialismo por via democrática.³⁴⁸

Assim, o partido defendeu oficialmente que

³⁴⁶ Gilvan Cavalcanti Melo, op. cit. No entanto, o depoente reconheceria que uma parcela dos pecebistas que viriam a integrar o PPS “aceitou mas não assimilou” aquelas idéias.

³⁴⁷ SILVA, Antônio Ozaí da. Op. cit.

³⁴⁸ “Lutamos pelo socialismo com liberdade e democracia (declaração política do IX Congresso do PCB)”. Op. cit., pág. 41.

A democracia é a via do socialismo. Assim, concebemos a democracia não só como a única via ao socialismo, mas também como a via do seu desenvolvimento. (...) A democracia pela qual lutamos é aquela em que a hegemonia estará colocada permanentemente em disputa. Assim, possibilitará o amadurecimento do projeto socialista, não como algo de antemão, mas formulado segundo a conformação de sujeitos políticos e sociais envolvidos na luta pela hegemonia do mundo do trabalho e da cultura. Nosso projeto envolve a combinação dialética de democracia e reformas orientada ao socialismo.³⁴⁹

Em virtude das novas concepções, realizou-se uma (necessária) análise crítica da trajetória pecebista. Valorizou-se o PCB enquanto partido mais antigo do país, portador “dos ideais de liberdade e de igualdade, de justiça social, de progresso social, de luta contra a opressão e a exploração, contra a miséria, da defesa da paz, da democracia e dos interesses nacionais.”³⁵⁰ Por outro lado, como elementos *negativos* a serem superados, foram citados o centralismo democrático, a incompreensão da “questão democrática”, a associação com os regimes do “socialismo real” e o “ideário terceiro-internacionalista”, seus traços “patrimoniais”, “burocráticos” e “gerenciais”. A direção admitiu sua parcela de culpa na “crise aguda” vivenciada pelo partido (“reabilitando” antigos militantes):

a Direção Nacional e os demais dirigentes do Partido não conseguiram perceber e compreender a tempo e em plena medida a necessidade de mudanças. Não obstante os esforços realizados, na atividade prática prevaleceram as tendências, práxis e cultura política conservadoras, a inércia política e a tendência de enfrentar as novas sugestões com os esquemas habituais. As dificuldades de compreender a própria questão democrática, bem como a nova sociedade civil emergida após o processo de modernização conservadora, seus problemas e contradições vitais, tendências e perspectivas sociais estavam relacionados, em grande medida, ao estado e à evolução do nosso pensamento teórico. (...) Esse processo dificultou inclusive o livre desenvolvimento de tendências renovadoras. Neste particular, a Direção Nacional faz autocrítica da forma incorreta como conduziu a luta interna no início da década de 80, uma época decisiva para a renovação do PCB e para o aperfeiçoamento de sua política democrática. Em decorrência, houve o afastamento de inúmeros companheiros, sobretudo intelectuais, que enfatizavam a centralidade democrática e já diagnosticavam a crise do “socialismo real”.³⁵¹

Por fim, afirmava-se a necessidade de “gestação de uma nova formação política e de uma nova forma-partido”³⁵², na qual o PCB iria “recriar sua identidade (...). As nossas melhores heranças do passado não se perderão, mas, contribuirão para a construção de nossa nova identidade, uma nova força política contemporânea que incorpore outras

³⁴⁹ “Nova política, partido novo”, *ibid.*, pág. 57.

³⁵⁰ *Ibid.*, pág. 63.

³⁵¹ *Ibid.*, págs. 64-65.

³⁵² *Ibid.*, pág. 66.

experiências e culturas, que gere outro modo de ser, pensar e agir revolucionariamente.”³⁵³ Essa “nova forma-partido” (formulação que se revelaria mais “ideal” que “real”) era classificada (um tanto indefinidamente) como uma “experiência democrática coletiva”, respeitadora da “diferença” em seu interior, transparente, dirigida por sua militância, calcada numa cultura política socialista democrática e inspirada “nas concepções marxistas e na experiência do movimento operário e socialista (...) em convívio e diálogo com as concepções democráticas e progressistas do mundo contemporâneo.”³⁵⁴ Para a materialização desse “novo operador político”, propunha-se

sem prejuízo de nossa identidade, um encontro nacional do qual participem comunistas e socialistas, marxistas ou não, com partido, ou sem partido, sem modelos e programas pré-estabelecidos. Esse confronto autêntico de opiniões, idéias e experiências, com regras consensuais, tem o objetivo de erguer no campo da esquerda moderna uma nova plataforma programática e uma nova formação política, socialista, humanista e democrática.³⁵⁵

Na prática, o programa analisado até aqui não representava os anseios do conjunto do partido (havia na verdade “vários partidos” naquele momento), e de fato “conciliava o inconciliável”. De qualquer forma, trazia em seu bojo o caminho para a “superação” do PCB. Parecia apenas uma questão de tempo que isso ocorresse. Não se contava, porém, com a rapidez que os acontecimentos assumiram a partir dali. Em poucos meses, a maioria da nova direção recolocou em andamento o projeto de criação da “nova formação política”, dessa vez com todas as condições de êxito.

A morte do PCB (ou última “diáspora”)

Os últimos meses da trajetória pecebista foram marcados por uma sucessão vertiginosa de acontecimentos, que progressivamente levaram à inexorabilidade da transformação (e divisão) do partido. Esse processo foi precipitado sem dúvida pelos acontecimentos de agosto na URSS – que serviram como prova irrefutável da “necessidade,

³⁵³ Id.

³⁵⁴ Ibid., pág. 68.

³⁵⁵ Ibid., pág. 70.

e mesmo urgência, de implementar a proposta congressual³⁵⁶ de transformação do PCB. Com essa justificativa – somada ao aprofundamento da crise brasileira ao longo daquele ano –, a maioria da direção pecebista decidiu acelerar o processo de mudanças, convocando “o X Congresso do PCB, em caráter extraordinário, a se realizar o mais breve possível, para discutir a constituição da nova formação política – o que inclui a nova forma-partido, seu nome e símbolo”³⁵⁷. A decisão pela convocação imediata de mais um congresso partidário parece ter sido tomada intempestivamente (talvez com a pressa necessária para se aproveitar um momento claramente favorável ao desejo de mudanças no partido), a se julgar pelo seguinte depoimento:

o congresso de mudança de nome foi uma coisa intempestiva. Saiu sem grande preparação. (...) o Roberto Freire convocou o congresso para mudar o nome do partido. Nós da executiva discutimos, concordamos inteiramente com o Roberto, então fomos para um congresso onde a questão era não as grandes transformações, ficou uma coisa retida, não houve uma grande acumulação nem dentro nem fora do partido.³⁵⁸

A oposição, dividida e sem poder contar com a estrutura e a preparação necessária (ao mesmo tempo em que setores dela aderiam ao PC do B e ao PT), lançou-se como pôde ao combate sem tréguas pela preservação do partido. Na sequência da convocação do X Congresso, 29 membros da direção pecebista lançaram um comunicado, manifestando “seu mais veemente repúdio à postura liquidacionista da maioria do Comitê Central, que convocou um Congresso Extraordinário, com a finalidade exclusiva de tentar extinguir o nosso partido, criando outro em seu lugar”³⁵⁹, denunciando “que essa convocação representa a capitulação ante a histeria anticomunista surgida após os acontecimentos da União Soviética e um golpe contra as deliberações do IX Congresso, recém realizado.”³⁶⁰ Criaram, por fim, o Movimento Nacional em Defesa do PCB (MND-PCB), dedicado a “preservar e fortalecer o nosso Partido, marxista, internacionalista, revolucionário, democrático e de massas.”³⁶¹ A partir dali, não se mediriam palavras e ações, as partes em contenda perderiam definitivamente o sentimento de pertencimento à mesma organização:

³⁵⁶ Diretório Nacional do PCB. “Resolução política do PCB (01/09/1991)”. In: Partido Comunista Brasileiro. *IX Congresso do Partido Comunista Brasileiro*. Op. cit., pág. 79.

³⁵⁷ *Ibid.*, pág. 81.

³⁵⁸ Givaldo Siqueira, op. cit.

³⁵⁹ Partido Comunista Brasileiro. *IX Congresso do Partido Comunista Brasileiro*. Op. cit., pág. 83.

³⁶⁰ *Id.*

³⁶¹ *Id.*

Quando nós saímos dessa reunião do Comitê Central, definimos lá que naquele momento nós íamos começar a nos organizar, a briga ia ser agora pra valer e ia ser de forma clara, insofismável (...). Desse período até o X Congresso foi (como a gente chama no interior) uma briga de foice no escuro. Você pode imaginar o que é uma briga de foice no escuro... (...) Aí era pra valer, era briga mesmo, sem princípio, sem nenhum compadrio (...) nós tínhamos delegados (e nisso a História ainda vai nos fazer justiça) que eram militantes do partido. Não era o caso do Roberto Freire.³⁶²

Essa é a mais comum contestação dos setores minoritários pecebistas em relação àquele processo congressual. Deu-se aos não-filiados o direito de voto integral (quando este havia sido apenas parcial no congresso anterior), e os delegados ao congresso foram definidos nos chamados “fóruns socialistas”, abertos à participação de todos os interessados. Sem dúvida, tal estratégia consolidou a vantagem dos setores majoritários – mas não se pode afirmar que uma estruturação diferente do congresso pudesse modificar seus resultados, já que o momento era mais que nunca favorável aos que pretendiam abandonar velhos paradigmas.

Meses depois, a oposição sofreu mais um golpe – ao qual soube, no entanto, reagir. “Numa atitude inédita na história da esquerda, Freire registrou no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) as marcas símbolos do PCB: a foice e o martelo, o nome (...), a sigla (...) e a expressão ‘partidão’. O deputado se declarou respaldado pela Comissão Executiva, patrocinadora da decisão.”³⁶³ Provavelmente, já visualizavam uma breve divisão, e pretendiam que o novo partido fosse simbolicamente o “herdeiro” do PCB – algo que seria relativizado com a existência de um “outro PCB”. O MND-PCB entrou rapidamente com requerimento junto àquele órgão, solicitando o indeferimento do pedido de registro. Ironicamente, se referiram ao “risco que corre a democracia brasileira de ver seus partidos políticos, privatizados, transformarem-se em balcões de negócios”³⁶⁴, e que Freire, “apesar de eleito pela legenda do PCB, tem o direito de criar outro partido, mas não o de tentar inviabilizar o Partido que renega”³⁶⁵. Finalmente, argumentaram que “o legado político e histórico do PCB não é propriedade privada, mas patrimônio do povo brasileiro

³⁶² Zuleide Faria de Melo, op. cit.

³⁶³ SILVA, Antônio Ozaí da. Op. cit. Outro acontecimento significativo ocorrido neste mesmo período, no sentido da manutenção do controle simbólico sobre o PCB (desta vez sobre sua memória) foi a doação efetuada pela direção pecebista de boa parte dos arquivos do partido à Fundação Roberto Marinho – o que, pelas ligações da referida fundação com as Organizações Globo, causou espécie aos chamados “ortodoxos”.

³⁶⁴ PINHEIRO, Ivan. *Atitude subversiva*. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2000, pág. 104.

³⁶⁵ Id.

em geral e dos comunistas brasileiros em particular.”³⁶⁶ O registro da “marca” PCB foi indeferido.

O processo congressual, sem maiores discussões senão acerca da mudança do partido, foi naturalmente polarizado entre apenas duas chapas: “Movimento socialismo e democracia”, dos chamados “renovadores modernizantes”; e “Renovação revolucionária”, dos que receberam a pecha de “ortodoxos”. Vale notar, curiosamente, que ambos se definiram pela “renovação”. O segundo grupo logo perceberia que sua luta seria inglória:

decidimos participar do congresso tentando fazer maioria. Logo vimos que isso seria impossível (...). Aí, estabelecemos a tática de realizar um congresso paralelo também em São Paulo. Ao mesmo tempo, para não ficar um só dia sem registro, nós registramos, no Diário Oficial, o Partido Comunista – PC – como partido transitório (...) até a concretização da mudança de nome de PCB para PPS para que, então, pudéssemos requerer na justiça a sigla PCB e o nome Partido Comunista Brasileiro.³⁶⁷

Chegado o momento decisivo do X Congresso (sua fase final se realizou de 24 a 26 de janeiro de 1992), os “renovadores revolucionários” detinham cerca de um terço da representação. Dessa forma, não lhes restou outra alternativa – haja visto que não havia mais conciliação possível entre as duas concepções – a não ser abandonar o congresso, seguindo para seu “congresso paralelo” já previamente marcado de “reconstrução” do PCB. O “racha” estava caracterizado. O congresso oficial ficava assim restrito a partir de então aos “renovadores modernizantes”. Mas deve-se registrar que havia também entre estes uma divisão – que no entanto não punha em risco sua unidade. Tal divisão refletia ligeiras diferenças de concepção em relação ao novo partido que seria construído. Um grupo (entre os quais estavam os remanescentes das “batalhas renovadoras” do princípio da década anterior) queria uma mudança ainda mais “radical”, sinalizando para (de fato) novas concepções de partido e atuação política. Outro grupo (aliado a democratas e humanistas provindos de outras organizações) propunha uma transformação que viesse a preservar certos traços da forma-partido e da tradição pecebista:

houve na mudança uma luta, uma discussão com os outros companheiros chamados de “mudancistas”. Queriam que o partido se chamasse “democrático de esquerda”, inclusive o Roberto Freire, porque era uma coisa lá do partido italiano (...). E eu por exemplo defendi que fosse “popular socialista”, porque tinha uma certa identidade maior, mas porque eu

³⁶⁶ Id.

³⁶⁷ Ibid., pág. 103.

achava que era uma coisa brasileira, quer dizer, o nosso partido tinha um traço popular, nunca foi um partido de vanguarda, dos “poucos e bons”... Toda vez que ele crescia tinha uma certa característica popular.³⁶⁸

Concluído o congresso, as forças que defendiam a proposta do “Partido Popular Socialista” saíram vitoriosas. Nasceu – não sem dificuldades – o PPS, um partido entre o passado e o futuro, “novo” e ao mesmo tempo “herdeiro”, equilibrando-se em dicotomias difíceis de serem equacionadas:

Um Partido novo, democrático, socialista, que se inspire na herança humanista, libertária e solidária dos movimentos sociais e das lutas dos trabalhadores em nosso País e em todo o mundo, prolongando hoje a luta que travamos desde 1922. (...) Um Partido socialista, humanista e libertário, que tenha como prática a radicalidade democrática, que permita a cada ser humano exercer sua plena cidadania, na área em que reside e no planeta em que habita. Um Partido que tem como metodologia de ação política, a não violência ativa, e que repudia toda e qualquer forma de violência (econômica, racial, religiosa, física, psicológica etc.). (...) Um Partido que assume sem medo compromissos com o presente e o futuro, recusando a infalibilidade e o dogma, mas tendo em conta a experiência do passado.³⁶⁹

Para além do nascimento do PPS e de um PC (que lutaria nos anos seguintes pela sua legalização enquanto “PCB”), é necessário registrar a verdadeira “diáspora” que se deu nesses últimos momentos do PCB – desde a preparação do IX Congresso até o encerramento do X. Um grande número de pecebistas decidiu seguir sua militância (ou reinventá-la) numa gama de outras organizações, mas fundamentalmente no PT e no PC do B. Além disso, deve-se lembrar do número incomensurável de pecebistas que abandonaram a atuação política, entre os quais muitos, desgostosos, perderam a referência de toda uma vida. O PCB chegava ao fim gerando uma pulverização de sua militância, de sua identidade, de sua memória. Caberia a partir de então a seus diversos “herdeiros” a reivindicação, manutenção, reprodução, renovação e manipulação de sua identidade, agora definitivamente esfacelada.

Seus principais “herdeiros”, PPS e PCB, seguiram caminhos em vários sentidos opostos. O primeiro, depois de alguns anos de indefinição, se abriu para novas forças e participou com mais intensidade do chamado “jogo institucional” (e menos dos movimentos sociais), com um perfil “socialdemocrata” mais nítido, crescendo

³⁶⁸ Givaldo Siqueira, op. cit.

³⁶⁹ Manifesto aprovado no X Congresso do Partido Comunista Brasileiro – PCB / Partido Popular Socialista – PPS, São Paulo, 26 de janeiro de 1992. Retirado do sítio www.pps.org.br em 20/10/2004.

consideravelmente e desenvolvendo um projeto mais definido de poder (dentro dos limites do capitalismo). Preserva ainda muito do velho PCB (ou de uma de suas facetas, a mais democrática, reformadora e de massas), mas vai se configurando (ao menos até o momento em que escrevo) como um partido “novo” – mas perigosamente parecido com tantos outros. Já o segundo, depois de alguns anos obteve seu registro definitivo e o direito de utilizar a sigla e os símbolos do PCB. Manteve, no entanto, um papel residual na política brasileira, reproduzindo outros aspectos do velho PCB (seu revolucionarismo, a opção pelo “partido de quadros”, a desvalorização do campo institucional). Pode-se dizer que o PPS progressivamente aprofundou sua concepção democrática, abandonando por outro lado parte de suas pretensões transformadoras e igualitárias³⁷⁰. Já o “atual” PCB, no afã de valorizar seus símbolos e ideais revolucionários e de renegar o que foi classificado como o “líquidacionismo” presente na trajetória pecebista em especial dos anos 1980, intensificou certos dogmas e leituras ultrapassadas e deslocadas do pensamento marxista, abafando qualquer elemento de renovação do marxismo e de aceitação de postulados democráticos que pudesse haver em seu seio. O PPS e o “atual” PCB, portanto, cristalizaram dramaticamente a divisão entre as “duas almas” do PCB – aqui não importando as dimensões físicas de cada agremiação, mas o papel simbólico que suas trajetórias encerram. O primeiro, democrata mas pouco socialista, convive com o risco de uma incorporação definitiva ao sistema; o segundo, socialista mas pouco democrata, está à beira do desaparecimento. Enquanto isso, socialismo e democracia seguem em busca de uma síntese – não conseguida, apesar dos esforços de alguns, no interior do velho PCB.

* * * * *

Nos últimos anos da trajetória pecebista, radicalizou-se a tal ponto a crise vivenciada pelo partido que ficou evidente (ao menos assim pareceu à maioria de seus integrantes) que o PCB havia chegado a um “beco sem saída”. Diante disso, a maioria decidiu pela sua “extinção/renovação”. Sem dúvida, essa percepção foi em muito

³⁷⁰ Não somente uma identidade socialista, mas elemento central do “ser de esquerda”. Cf. BOBBIO,

influenciada pelo colapso do “socialismo real”. Tal relação é inegável, sabendo-se das ligações simbólicas, afetivas e (em certos momentos e situações) materiais entre o PCB e o PCUS, a URSS e os demais regimes do Leste Europeu. De qualquer forma, a percepção da crise do “socialismo real” e do pensamento socialista foi algo tão poderoso naquele período (e em boa parte até os dias de hoje) para a opinião pública mundial em geral, que mesmo partidos, governos e movimentos desassociados do modelo “soviético” (ou “burocrático-autoritário”) de socialismo tiveram suas trajetórias marcadas de alguma forma por aquela crise, não somente de regimes, mas de paradigmas.

No entanto, a direção que a trajetória do PCB assumiu em seus últimos momentos derivou principalmente da configuração já assumida pelas forças pecebistas em disputa nos anos anteriores; do progressivo enfraquecimento da representação social e política do partido; de seu isolamento no campo das esquerdas. Porém, não se pode esquecer que a extinção do PCB e a forma como ela se deu (e isso serve para qualquer análise histórica) não foi algo *determinado* de antemão por forças incontroláveis. A decisão pela “extinção/renovação” do partido foi apenas a proposta vitoriosa entre várias possíveis.

Conclusão

“tudo o que existe merece morrer, mas pode-se envelhecer e morrer bem, deixando inclusive um legado proveitoso ou potencialmente proveitoso. E a história da oposição ao regime militar segundo a política pecebista de ampla coalizão, em defesa da democracia dita burguesa (no léxico da esquerda autoritária), é um desses legados que ainda se insiste em ignorar ou passar por alto, como nota de pé de página sem maiores consequências. No entanto, as implicações são muito amplas, pois o exemplo brasileiro confirma uma tendência mais geral: todas as vezes que, na teoria e na prática, a idéia comunista se aproximou da idéia democrática, o resultado foi perturbadoramente produtivo”.

(Luiz Sérgio Henriques, *Política Democrática*, n.º 8, maio de 2004, págs. 23-24).

Não restam dúvidas de que, malgrado o caráter “fraco” assumido pela transição em seus momentos decisivos, a política democrática (em todos os sentidos) de amplas alianças para a superação da ditadura militar-tecnocrática rendeu frutos que até hoje muitos analistas insistem em negar. E igualmente não pode haver dúvidas acerca da importância do PCB enquanto o principal agente divulgador e (num dado momento) importante catalisador dessa política. Esta deve ter sido a última grande contribuição do PCB à sociedade brasileira, confirmando duas tendências observadas em sua trajetória: de um lado, um partido que tinha por objetivo fazer a revolução deu suas principais contribuições no campo das “reformas” no sistema capitalista; e, de outro, o partido pôde dar essas contribuições nos momentos em que esteve mais propenso a alianças, à participação democrática, mais afastado do seu “bolchevismo” vanguardista original – quando soube, nos dizeres de Oduvaldo Vianna Filho, “encharcar-se no lodo”.

Essas duas tendências apontam para o que foi assumido como um pressuposto nesse estudo do ocaso do PCB (e das “versões” acerca desse processo que seus atores produziram no calor da hora ou reproduzem até os dias de hoje): o caráter dúplice do partido, que se reflete na sua trajetória oscilante, nas suas profundas divisões, em suma, no delicado equilíbrio entre “reforma” e “revolução”, bem como entre institucionalização e mobilização popular. Esse traço esteve presente também em seus últimos dias, de forma ainda mais nítida e dramática. Como se viu, o PCB atravessou os anos decisivos da modernização

conservadora com dificuldades de entendê-la – e de lidar com os novos atores que emergiram desse processo. A política democrática levada a cabo pelo partido poderia ter contribuído para uma melhor integração do PCB à complexidade da sociedade “ocidental” que se plasmava (apesar da profunda repressão que ele sofreu). Porém, não foi o que se viu. O partido, profundamente dividido, continuou aferrado à concepção “orientalista” de sociedade e de organização, fechando-se aos novos setores sociais, reduzindo sua compreensão democrática ao nível “tático” e expurgando forças vivas que buscavam, num esforço intelectual e militante, o caminho democrático para o socialismo – ou, como formulou sinteticamente Armênio Guedes, um “caminho democrático para a democracia”. Dessa forma, “por força de suas próprias fraquezas, divisões e incompreensões, da implacável perseguição e das armadilhas pregadas pela modernização conservadora do país, os comunistas ficaram relativamente despreparados para se inserir com plenitude na nova sociedade que emergia”³⁷¹.

Tal despreparo ficou dramaticamente evidente na relação do PCB com o “novo sindicalismo”, que não viu no velho partido leninista e proscrito seu representante de vanguarda (como o próprio partido se via). Esses setores acabaram majoritariamente convergindo para o PT, que soube dar representatividade aos seus interesses – mesmo que a princípio tenham se divorciado (o novo partido e os seus representados) de uma ampla política democrática, contribuindo para aumentar o fosso entre os interesses populares e a “transição pelo alto” que acabou se dando. Enquanto isso o PCB, que poderia ter encontrado uma síntese entre os interesses dos explorados e as necessidades da atuação política realista naquela quadra histórica, seguiu em seu calvário, com decrescente representação social e progressiva dificuldade em levar sua política às últimas consequências:

assumir a política da transição, e não apenas se ligar a ela por um cálculo político de valor contingente, pressupunha uma mudança na forma de agir e na própria identidade do ator, caso não quisesse se encontrar como estrangeiro à sua própria criação e incapaz de continuar agindo positivamente sobre ela (...). É, pois, o cânon identitário que aprisiona o PCB em sua própria história, protegendo-o da sua política, mesmo quando ela se mostra bem sucedida (...). Fixado em suas lealdades, internas e externas, o PCB assiste ao curso da transição

³⁷¹ NOGUEIRA, Marco Aurélio. “Comunistas, comunismo: o desafio da renovação.” In: *Presença*. São Paulo: Caetés, n.º 1, novembro de 1983, pág. 92.

indiferente ao movimento do mundo, sem se dar de conta que a base da sua sustentação – o movimento operário e sindical – já se desprendera, definitivamente, da sua influência.³⁷²

Malgrado seu papel relativamente importante nos últimos lances da transição em meados da década de 1980, deve-se dizer que o PCB não tinha mais uma ascendência sobre aquele processo, nem uma identificação maior com a política democrática enquanto valor “estratégico”. Mesmo assim, o partido continuou por alguns anos aferrado ao governo da transição conservadora, pensando levar a cabo a perfeita tradução de sua política quando, na verdade, reproduzia enquanto era possível uma atuação institucionalizada duvidosa e sem substância. Enquanto isso, o PT consolidava sua hegemonia nas esquerdas com a política oposta³⁷³.

A legalidade apresentou para a sociedade o PCB em seu tamanho real: um partido enfraquecido, pequeno e com profundas dificuldades organizativas, “depurado” de seus setores mais pujantes, organizado à moda militarista e burocratizada numa sociedade que pedia dinamismo, pluralidade, descentralização e compromisso radical com a democracia. Além de tudo, associado visceralmente a um sistema social (o “socialismo real”) que vinha dando sucessivas mostras de definhamento e necrosamento. Apesar disso, seu colapso pegou a quase todos de surpresa. O que não se constituiu numa surpresa foi o impacto que tudo aquilo causou a um partido já profundamente enfraquecido, “o muro caindo sobre o PCB”. Ao longo do trabalho buscou-se levar em conta o nível exato da influência do “socialismo real” no partido (ao menos em suas últimas décadas): suficiente para impedir a compreensão de sua trajetória sem que se leve tal fator em conta, porém insuficiente para determinar em última instância os rumos do partido. Assim, haveria dificuldades em se compreender os últimos anos do PCB sem lançar mão da “crise geral” do socialismo, e seria especialmente empobrecedor analisar seus últimos passos sem observar a *sincronia* entre estes e os mais importantes acontecimentos do “mundo socialista” em colapso (ou possíveis semelhanças entre o processo pecebista e a experiência do PCI, por exemplo). Espero ter apontado tais relações, mas ao mesmo tempo ter deixado claro que a extinção do

³⁷² VIANNA, Luiz Werneck. “A esquerda e os quinze anos da transição”. In: *Política Democrática*. Brasília: FAP, n.º 0, outubro de 2000, págs. 17-18.

³⁷³ Muitas vezes marcada pelo exclusivismo político e pela desconfiança em relação às instituições democráticas (algo visto ao longo do trabalho, mas que pode ser facilmente exemplificado pela recusa em assinar o texto final da Constituição de 1988 e pela negação de quaisquer alianças em seus primeiros anos de existência).

PCB foi mais que tudo uma decorrência do estágio crítico em que o partido se encontrava quando foi atingido pela derrocada dos regimes socialistas.

É um fator ainda mais importante o referido caráter dúplice do PCB, que se manifestou com clareza nos seus últimos anos, encarnado de alguma forma pelas facções nas quais o partido se dividiu. Alguns exigiam sua “revolucionarização” em variados níveis, o que significaria na prática o abandono de aspectos essenciais da política pecebista, que constituíam boa parte de suas contribuições à sociedade brasileira. Estes terminariam residuais na política brasileira. Outros propuseram uma transição democrática do próprio partido (porém “pelo alto”, para fazer um paralelo com a transição brasileira) que, no entanto, não pôde se aproveitar das forças democráticas pecebistas (naquele momento em grande parte eliminadas ou silenciadas). Acabaram produzindo de fato uma transição cartorial, sem conteúdo, que exacerbou a atuação institucional e sistêmica do velho PCB, se afastando de pretensões transformadoras e populares mais radicais. Enquanto isso, foram muito poucos os que buscaram realmente a síntese da trajetória pecebista, o encontro entre os ideais comunistas e a democracia. O PCB chegou ao final de sua trajetória e se cindiu em vários fragmentos. Mas, para além dessa cisão, o mais grave aos que têm algum compromisso com a superação da injusta realidade que nos cerca é observar que para além da extinção de uma organização política, o ocaso do PCB (confirmando sua trajetória) se configura num claro exemplo da dificuldade em sintetizar igualdade e liberdade. Qualquer proposta substancialmente transformista, para efetivamente chegar a um bom termo, deverá levar em consideração que somente o encontro dessas duas vertentes poderá concretizar a almejada sociedade livre entre iguais – inviabilizada até aqui em função de tal divisão da utopia.

Bibliografia e fontes

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry, CAMILLER, Patrick (orgs.). *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2000.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda – razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995.
- _____. *Estado governo sociedade: para uma teoria geral da política*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade – lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista (1920/1964)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CAVALCANTI, Berenice. *Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: EDUFF, 1986.
- CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1974)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal – notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: LECH, 1980.
- _____. *Democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. *Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky – o profeta banido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano – vol. 4, o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FICO, Carlos. *Além do golpe*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2004.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- HOBBSBAWM, Eric (org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979/1989.
- _____. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- IANNI, Octavio (org.). *Florestan Fernandes e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- LENIN, Vladimir Ilich. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1978.
- MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa – os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: s. ed., 1996.
- _____. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. Coleção Os Pensadores.
- MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília: UNESP; São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____, LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.
- MORAES, João Quartim de, REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil, volume 1 – o impacto das revoluções*. Campinas: Unicamp, 2003.

- MÜLLER, Bruno Frederico. *Da distensão à transição*. Monografia de conclusão do bacharelado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PECAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil – entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1998.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____ . *Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
- _____ . *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ / Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RIDENTI, Marcelo, REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil – volume 5: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- ROMANO, Clayton Cardoso. *Da abertura à transição: o PCB e a cultura política democrática da esquerda brasileira*. Dissertação de Mestrado em História e Cultura Política. Franca: UNESP, 2001.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Unirio, 2001.
- SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- _____ . *O pecebismo inconcluso*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1994.
- _____ . *Política e agrarismo sindical no PCB*. Brasília: FAP, 2002.
- SEGRILLO, Ângelo. *O declínio da URSS: um estudo das causas*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Questão nacional e democracia: o ocidente incompleto do PCB*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Série Estudos n.º 64, 1988.

- _____ . *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- VIANNA, Marly. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- VINHAS, Moisés. *O partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- ZAIDAN FILHO, Michel. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.

Artigos

- AGGIO, Alberto. “O lugar de Gramsci”. In: *Política Democrática*. Brasília: FAP, n.º 3, 2002.
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. “Por uma história da esquerda brasileira”. In: *Topoi*. Rio de Janeiro: 7Letras, n.º 5, 2002.
- FICO, Carlos e POLITO, Ronald. “A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica”. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A velha História: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. “Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 1990”. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (org.). *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- _____. “‘Prezada censura’: cartas ao regime militar”. In: *Topoi*. Rio de Janeiro: 7Letras, n.º 5, 2002.
- HENRIQUES, Luiz Sérgio. “Uma pedagogia interrompida”. In: *Política Democrática*. Brasília: FAP, n.º 8, 2004.
- LEMOS, Renato. “Anistia e crise política no Brasil pós-1964”. In: *Topoi*. Rio de Janeiro: 7Letras, n.º 5, 2002.
- POLLACK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 2, n.º 3, 1989.
- _____. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 5, n.º 10, 1992.

- RODRIGUES, Leôncio Martins. “PCB: os dirigentes e a organização”. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História geral da civilização brasileira, tomo 3, vol. 3: o Brasil republicano – sociedade e política (1930-64)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- SILVA, Antônio Ozaí da. “Os comunistas diante do muro: o marxismo-leninismo entre a negação e a afirmação da tradição stalinista”. In: *Diálogos*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, vol. 3, 1999.
- VIANNA, Luiz Werneck. “A esquerda e os 15 anos da transição democrática”. In: *Política Democrática*. Brasília: FAP, n.º 0, 2000.

Memórias, biografias e depoimentos

- ALVES FILHO, Ivan. *Giocondo Dias, uma vida na clandestinidade*. Rio de Janeiro: Mauad, 1997.
- COUTO, Ronaldo Costa (org.). *Memória viva do regime militar*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- D’ARAÚJO, Maria Celina, CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997.
- FERREIRA, Marieta de Moraes et. al. (orgs.). *Vozes da oposição*. Rio de Janeiro: Graflina, 2001.
- GODOY, Ivan. *Glasnost e perestroika: a era Gorbachov*. São Paulo: Alfa-Omega, 1988.
- MORAES, Dênis de, VIANA, Francisco (orgs.). *Prestes – lutas e autocríticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 1997.
- PICCHIA, Pedro del. *O PCB no quadro atual da política brasileira: entrevistas com seis membros do Comitê Central*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- PINHEIRO, Ivan. *Atitude subversiva*. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2000.
- SANTOS, Geraldo Rodrigues dos; PENNA, Lincoln de Abreu (org.). *A trajetória de um comunista*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon et. al. (orgs.) *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a Abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

Documentos

- CAPISTRANO FILHO, David et. al. (orgs.). *Há o que fazer – a esquerda na Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- CARONE, Edgard (org.). *O PCB. Vol. 3 (1964-1982)*. São Paulo: Difel, 1982.
- CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Brasília: UNB, 1998.
- CORRÊA, Hércules. *O ABC de 1980*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- _____ (org.). *Documentos sindicais dos comunistas*. São Paulo: Novos Rumos, 1985.
- GENRO FILHO, Adelmo. “A democracia como valor operário e popular”. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n.º 17, 1979.
- GORBACHEV, Mikhail. *Perestroika: novas idéias para o meu país e o mundo*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.
- _____. *Outubro e a perestroika: a Revolução continua*. Rio de Janeiro: Revan, 1987.
- LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MALINA, Salomão. *O socialismo em renovação – resumo de intervenções e artigos sobre a conjuntura internacional*. Brasília: Novos Rumos, 1989.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio et. al. (orgs.). *O PCB em São Paulo: documentos (1974-1981)*. São Paulo: LECH, 1981.
- Partido Comunista Brasileiro. *Teses para discussão para o V Congresso / Projeto de Estatutos do Partido Comunista do Brasil*. Rio de Janeiro: s. ed., 1960.
- _____. *Os comunistas e a questão da mulher*. São Paulo: CERIFA – Novos Rumos, 1982.
- _____. *Para renovar a política dos comunistas n.º 1*. Rio de Janeiro: s. ed., 1983.
- _____. *Uma alternativa democrática para a crise brasileira*. São Paulo: Novos Rumos, 1984.

- _____ . *O PCB na luta pela democracia: 1983-1985*. São Paulo: Novos Rumos, 1985.
- _____ . *IX Congresso do Partido Comunista Brasileiro – caminhos e descaminhos*. Florianópolis: s. ed., 1991.
- Partido dos Trabalhadores. *Partido dos Trabalhadores – resoluções de encontros e congressos (1979-1998)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- “Perguntas de vinte intelectuais a Luiz Carlos Prestes”. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n.º 27, 1980.
- PRESTES, Anita. “A que herança os comunistas devem renunciar?”. In: *Oitenta*. Porto Alegre: L & PM, n.º 4, 1980.
- SANTOS, Raimundo (org.). *Questão agrária e política – autores pecebistas*. Rio de Janeiro: EDUR, 1996.
- ZASLÁVSKAIA, Tatiana. *A estratégia social da perestroika*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

Periódicos

- Novos Rumos (1986-1991) – Biblioteca Nacional
- Presença (1983-1992) – Biblioteca do CPDA/UFRRJ
- Socialismo & Democracia (1984-1988) – Acervo pessoal
- Voz da Unidade (1980-1991) – TEMPO e Biblioteca Nacional
- Voz Operária (1979 e 1980-82) – Biblioteca Nacional e AMORJ

Entrevistas realizadas

- Geraldo Rodrigues dos Santos (Rio de Janeiro, 17 e 24/09/2003)
- Gilvan Cavalcanti Melo (Rio de Janeiro, 30/07/2003)
- Givaldo Siqueira (Rio de Janeiro, 09/09/2003)
- Leandro Konder (Rio de Janeiro, 15/07/2004)
- Severino Theodoro de Mello (Rio de Janeiro, 27/08/2003)
- Zuleide Faria de Melo (Rio de Janeiro, 21/04/2004)

- Zuleika Alambert (Rio de Janeiro, 16/03/2004)

Sítios na *Internet*

- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (www.cpdoc.fgv.br)
- Fundação Astrojildo Pereira (www.pps.org.br/fap)
- Gramsci e o Brasil (www.artnet.com.br/gramsci)
- Guia da História das Esquerdas Brasileiras (<http://www.ifcs.ufrj.br/~rfcastro/gheb.htm>)
- *International Gramsci Society* (www.italnet.nd.edu/gramsci)
- PCB (www.pcb.org.br)
- PC do B (www.pcdob.org.br)
- PPS (www.pps.org.br)